

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Katiuscia Sartori Silva Cominotti

**O SENTIMENTO DE IDENTIDADE E O PROCESSO DE
MANUTENÇÃO/SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA:
O CASO DE SÃO BENTO DE URÂNIA, ESPÍRITO SANTO**

Vitória – ES

2021

Katiuscia Sartori Silva Cominotti

**O SENTIMENTO DE IDENTIDADE E O PROCESSO DE
MANUTENÇÃO/SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA:
O CASO DE SÃO BENTO DE URÂNIA, ESPÍRITO SANTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Linguística, na área de concentração em Estudos Analítico-descritivos da Linguagem.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edenize Ponzo Peres

Vitória – ES

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

C733s Cominotti, Katiúscia Sartori Silva, 1977-
O sentimento de identidade e o processo de manutenção/substituição linguística: o caso de São Bento de Urânia, Espírito Santo / Katiúscia Sartori Silva Cominotti. - 2021.
202 f. : il.

Orientadora: Edenize Ponzo Peres.
Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Imigração Italiana. 2. Contato Linguístico. 3. Identidade. 4. Política Linguística. 5. Revitalização Linguística. I. Peres, Edenize Ponzo. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

Katiuscia Sartori Silva Cominotti

**O SENTIMENTO DE IDENTIDADE E O PROCESSO DE
MANUTENÇÃO/SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA: O CASO DE SÃO BENTO DE
URÂNIA, ESPÍRITO SANTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 15 de junho de 2021.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Gesieny Laurett Neves Damasceno (UFES)

Coordenadora do PPGEL

Por: Profa. Dra. Edenize Ponzó Peres (UFES)

Orientadora e Presidente da Comissão

Profa. Dra. Kyria Rebeca Neiva de Lima Finardi (UFES)

Examinadora Interna

Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

Examinadora Interna

Profa. Dra. Annita Gillo (UFRJ)

Examinadora Externa

Profa. Dra. Giliola Maggio (USP)

Examinadora Externa



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
GESIENY LAURETT NEVES DAMASCENO - SIAPE 3008674
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística
Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGLi/CCHN Em
21/06/2021 às 15:59

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/211492?tipoArquivo=O>

Dedico este trabalho

À minha mãe, minha maior incentivadora. Ao meu esposo, companheiro que me apoia e que compreende minhas escolhas. Às minhas filhas, Lara e Lívia, verdadeiras joias e motivo de cada passo e escolha na minha vida. A vocês, todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que conduz minha vida e que, com certeza, permitiu que mais esta vitória me fosse proporcionada.

À minha intercessora Maria, mãe do meu Senhor Jesus, aquela que me fez renascer e continuar, apesar de muitas quedas.

Aos meus pais, pela companhia em toda esta jornada.

À minha mãe, que é minha maior inspiração. Sua conduta de vida, seu pensamento positivo, sua fé e sua companhia nos congressos durante esta jornada são meu manual de sobrevivência. Amo você eternamente!

Aos meus amados irmãos, Rozildo (Júnior), Júlio César e Hugo Luiz. Queridos meus, vocês completam a minha vida!

Às minhas amadas filhas, Lara e Lívia, minhas joias raras. Vocês foram importantes na construção de cada etapa da minha vida. Agradeço por toda paciência e generosidade para que este projeto pudesse tomar corpo. Amor além do infinito.

Ao meu esposo amado, Paulo Sérgio, que caminha comigo e compartilha todos os momentos, sejam eles quais forem. Agradeço o apoio, o incentivo e, principalmente, por me compreender e acreditar em mim.

À minha orientadora, professora Dr.^a Edenize Ponzó Peres, por acreditar mais uma vez na minha pesquisa, por abrilhantar este texto com seu olhar sempre atento e conduzir com competência a minha orientação. Nossa parceria já rendeu vários trabalhos e continuará rendendo bons frutos.

Aos Professores Dr. Pedro Henrique Witsch e Roberto Perobelli de Oliveira, pelo importante aporte na análise deste trabalho, pelas colocações relevantes, pela leitura minuciosa e valiosa contribuição para o aprimoramento deste trabalho, feito à ocasião do Exame de Qualificação.

Às Professoras Dr.^{as} Annita Gullo, Giliola Maggio, Kyria Rebeca Finardi e Lúcia Helena Peyroton da Rocha, por aceitarem o convite para fazer parte da banca examinadora

da defesa, pela leitura cuidadosa e pelas importantes contribuições para a melhoria deste texto.

Aos moradores e informantes de São Bento de Urânia, pela colaboração, por partilharem experiências vividas e engrandecerem minhas entrevistas com as respostas aos questionários.

À Escola Municipal de Ensino Fundamental de São Bento de Urânia, que, mais uma vez, me recebeu para a complementação da minha coleta de dados.

Aos professores, amigos e colegas pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFES, que fizeram parte deste caminho e que, com certeza, me ajudaram muito a percorrê-lo.

À minha amiga de curso Aparecida Krohling, pelos momentos de descontração, generosidade, amizade, ajuda e carinho. Muito obrigada!

À FAPES, pelo suporte financeiro concedido.

À Secretaria Estadual de Educação (SEDU) e à Secretaria Municipal de Educação (SEME) de Alfredo Chaves, pelas licenças a mim concedidas para que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa.

E, por fim, a todos os meus amigos que, de uma forma ou de outra, me auxiliaram com palavras de força e esperança.

Like desire, language disrupts, refuses to be contained within boundaries. It speaks itself against our will, in words and thoughts that intrude, even violate the most private spaces of mind and body. (BELL HOOKS, 1994, p. 167).

A língua é sentida pelos povos que a falam como marca de identidade cultural, ou seja, o que os torna únicos aos olhos do outro. (BRAGGIO, 2002, p. 13).

RESUMO

A presente tese analisa o papel do sentimento de identidade para a manutenção ou a substituição de uma língua de herança. Especificamente, buscamos analisar a situação sociolinguística da língua vêneta entre os descendentes de imigrantes italianos do distrito de São Bento de Urânia, Alfredo Chaves, Espírito Santo. Este estudo tem também por objetivo discutir as políticas linguísticas em relação às línguas minoritárias e como o Estado e a sociedade vêm lidando com essa questão. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo-interpretativo, envolvendo uma região significativa da história da imigração italiana no estado do Espírito Santo. Essa pesquisa se insere no campo de estudos dos Contatos Linguísticos, e os procedimentos metodológicos utilizados para a obtenção dos dados foram a observação participante, entrevistas semiestruturadas e a aplicação de questionários sociolinguísticos. Os resultados obtidos indicam que a identidade dos informantes como italianos é um forte fator de manutenção da língua vêneta, apesar da significativa perda de seus domínios de uso no decorrer dos anos, relacionada a causas como a política de repressão do Estado Novo, na era Vargas; o papel da escola como instituição pública veiculadora de um ensino homogeneizador da língua portuguesa; e o preconceito linguístico. O estudo conclui que, apesar de o sentimento de identidade estar fortemente presente na comunidade, no cotidiano e nas manifestações culturais, ele não foi capaz de manter a língua dos antigos imigrantes. Contudo, é o principal fator para pensarmos na revitalização dessa língua.

Palavras-chave: Contato linguístico. Manutenção linguística. Substituição linguística. Identidade. Vêneta.

ABSTRACT

This thesis analyzes the role of the feeling of identity in the maintenance or replacement of a heritage language. Specifically, we seek to analyze the socio-linguistic situation of the veneto language among the descendants of Italian immigrants in the district of São Bento de Urânia, Alfredo Chaves, Espírito Santo. This study also aims to discuss the language policies in relation to minority languages and how the State and society have been dealing with this issue. This is a qualitative-interpretative study, involving a significant region in the history of Italian immigration in the state of Espírito Santo. This research is part of the field of studies of Linguistic Contacts, and the methodological procedures used to obtain the data consisted of participant observation, semi-structured interviews, and the administration of sociolinguistic questionnaires. The results obtained indicate that the identity of the informants as Italians is a strong factor in maintenance of the Venetian language, despite the significant loss of its domains of use over the years, related to causes such as the repression policy of the Estado Novo, in the Vargas era, the role of the school as a public institution that conveys a homogenizing teaching of the Portuguese language and linguistic prejudice. The study concludes that despite the feeling of identity being strongly present in the community, in daily life and cultural manifestations, she was not able to maintain the language of the former immigrants. However, it is the main factor in revitalizing this language.

Keywords: Language contact. Language maintenance. Language substitution. Identity. Veneto.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação gráfica do processo de contato linguístico	43
Figura 2: Esquema dos processos de manutenção/substituição linguística.....	60
Figura 3: Esquema da formação de atitudes.....	66

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Procedência dos imigrantes italianos que desembarcaram nos portos capixabas	35
Mapa 2: Movimentos migratórios italianos e alemães no Espírito Santo	36
Mapa 3: Focos de imigração estrangeira no Espírito Santo	37
Mapa 4: Localização do distrito de São Bento	39

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: São Bento de Urânia e comunidades vizinhas.....	104
Fotografia 2: Vista aérea da Sede de São Bento de Urânia.....	105
Fotografia 3: Rua principal de São Bento de Urânia, com vista da igreja católica ..	105
Fotografia 4: Escola de Ensino Fundamental de São Bento de Urânia.....	106
Fotografia 5: Vencedoras do Concurso Rainha da Festa da Uva e do Vinho de 2018 com roupas típicas	133
Fotografia 6: Jogo de bocha.....	134
Fotografia 7: Jogo de mora	135
Fotografia 8: Representação da culinária italiana	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais destinos da emigração italiana — 1846-1932 (em milhões de imigrantes).....	32
Quadro 2: Quantidade e procedência dos imigrantes adentrados no Espírito Santo, nos séculos XIX e XX.....	32
Quadro 3: Relação entre diglossia e bilinguismo	50
Quadro 4: Fatores de manutenção/substituição linguística.....	61
Quadro 5: Elementos da cultura vêneta presentes na comunidade de São Bento de Urânia, segundo os informantes.....	130
Quadro 6: Programação da Festa da Uva e do Vinho em São Bento de Urânia.....	132
Quadro 7: Medidas de preservação e revitalização do vêneto declaradas pelos informantes adultos	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Habilidades linguísticas declaradas dos informantes	112
Tabela 2: Crianças e adolescentes que demonstram interesse em aprender o vêneto	122
Tabela 3: Língua mais útil declarada pelos jovens de São Bento de Urânia.....	123
Tabela 4: Características da língua vêneta, segundo os informantes	139
Tabela 5: A importância do vêneto, segundo os informantes adultos	143
Tabela 6: A importância de aprender o vêneto	144
Tabela 7: Sentimento de vergonha devido à linguagem dos informantes	160
Tabela 8: Habilidades linguísticas declaradas dos informantes	163

LISTA DE SIGLAS

ABRALIN	Associação Brasileira de Linguística
ALAB	Associação de Linguística Aplicada
ALERS	Atlas Linguístico Etnográfico da Região Sul do Brasil
ALMA-H	Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs
AM	Amazonas
APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
CF	Comunidade de fala
CL	Contato linguístico
ES	Espírito Santo
GTDL	Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil
H	High (Língua Alta)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
INDL	Inventário Nacional da Diversidade Linguística do Brasil
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPOL	Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística
L	Low (Língua Baixa)
L1	Primeira Língua
L2	Segunda Língua
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PB	Português Brasileiro
PL	Política Linguística
PMAC	Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves
SBU	São Bento de Urânia
SC	Santa Catarina
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	<i>United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (em português: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 AÇÕES E ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS E CONTATOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO	25
3 O CONTEXTO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO E EM SÃO BENTO DE URÂNIA	31
3.1 O contexto histórico da imigração italiana no Brasil e no Espírito Santo	31
3.2 A imigração italiana em Alfredo Chaves e em São Bento de Urânia.....	38
4 REFERENCIAL TEÓRICO	41
4.1 Os contatos linguísticos	41
4.2 Consequências do contato de línguas	44
4.2.1 <i>Bilinguismo e o sujeito bilíngue</i>	44
4.2.2 <i>Diglossia</i>	49
4.3 Os fatores de manutenção ou de substituição linguística.....	55
4.4 Atitudes Linguísticas.....	62
4.5 O sentimento de identidade	67
4.5.1 <i>Língua e Identidade</i>	70
4.5.2 <i>Identidade e cultura</i>	75
5 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS	78
5.1 Política linguística vs planejamento linguístico – definições.....	78
5.2 Políticas linguísticas e planejamento linguístico – campos de atuação.....	81
5.3 Políticas linguísticas e interação social	83
5.4 Políticas linguísticas e políticas de silenciamento de línguas no Brasil	86
5.5 Dos direitos linguísticos ao preconceito linguístico.....	90
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	98
6.1 A natureza da pesquisa	98
6.2 A obtenção dos dados.....	99
6.2.1 <i>Os sujeitos da pesquisa</i>	99
6.2.2 <i>Os instrumentos da pesquisa</i>	100
6.2.2.1 <i>Os questionários</i>	100
6.2.2.2 <i>As entrevistas</i>	101
6.2.2.3 <i>A observação participante</i>	103
6.2.3 <i>A localidade escolhida</i>	103
6.3 Procedimentos para a análise dos dados	107
7 A ANÁLISE DOS DADOS	109
7.1 A presença da língua e da cultura vêneta em São Bento de Urânia	109
7.1.1 <i>A formação étnica dos informantes</i>	109
7.1.2 <i>O vêneta em São Bento de Urânia</i>	109
7.2 A substituição do vêneta em São Bento de Urânia.....	117
7.3 Fatores de manutenção/substituição linguística.....	124
7.3.1 <i>O sentimento de identidade como fator de manutenção/substituição linguística</i>	125
7.3.2 <i>O papel da cultura na construção identitária</i>	129
7.3.3 <i>As atitudes linguísticas</i>	138
7.3.4 <i>Etnicidade</i>	147
7.3.5 <i>A ação do preconceito nesse cenário</i>	155

<i>7.3.6 O bilinguismo passivo e o caminho para uma possível revitalização</i>	<i>162</i>
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS.....	173
APÊNDICE A – Questionário 1.....	188
APÊNDICE B – Questionário 2.....	190
APÊNDICE C – Questionário 3.....	194
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Aplicação dos Questionários	196
APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Uso de Imagem.....	197
APÊNDICE F – Acesso às Respostas dos Questionários 1, 2 e 3	198
APÊNDICE G – Áudio dos Excertos	198
ANEXO A – Roteiro de Perguntas para as Entrevistas com os Descendentes de Italianos (COMINOTTI, 2015).....	200
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a Concessão de Entrevista Usado em COMINOTTI (2015)	202

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais características do século XIX foram as profundas mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no Ocidente, que culminaram com o deslocamento de populações de sua terra natal para outras cidades, países ou mesmo continentes, com a perspectiva de uma vida nova, fugindo da situação difícil em que se encontravam.

Nesse contexto histórico, o Brasil recebeu imigrantes de diferentes procedências, sendo que, apenas no estado do Espírito Santo, este montante chegou a representar 25% de sua população total, no final do século XIX. Aos imigrantes que aqui chegaram foram destinados lotes de terra na região central, montanhosa e inexplorada do estado, o que fez com que esses imigrantes passassem a viver em situação de isolamento (MOREIRA; PERRONE, 2007). Eles precisaram abrir picadas na mata virgem, para estabelecer suas famílias, iniciando-se, assim, um árduo trabalho de reconstrução de vida:

[...] chegamos ao nosso destino; e nosso coração enchia-se de esperança ao pensar que encontraríamos uma casa, um campo, animais. E, ao invés disso, nada; nos amontoaram num barracão e depois nos disseram: 'Agora é com vocês! Receberão ferramentas de trabalho e comida, amanhã lhes serão atribuídos os seus lotes'. Nossos lotes! Só víamos céu e mata e nunca nos sentimos tão sozinhos e abandonados como então. Muitos de nós choraram. (TRENTO, 1989, p. 91).

Assim como ocorreu em diversas localidades do Espírito Santo, o distrito de São Bento de Urânia, em Alfredo Chaves – o lócus desta pesquisa –, foi colonizado por imigrantes italianos, que ali chegaram em 1888. A esses colonos coube a difícil tarefa de desbravar a região, construir suas moradias, produzir alimentos, enfim, sobreviver:

Em toda a colônia sempre houve muita inventividade, muito improviso. Sobreviver no período inicial foi obra titânica e genial. Aprender a nova língua, dominar flora e fauna, preservar a memória cultural, produzir bens materiais e imateriais – mais do que sobreviver, vencer. Agarrar-se aos dias antigos, voar com o novo tempo. Pairar culturalmente entre o que passou, o que está passando, de olho no que virá. Eis a jornada e a continuidade da saga dos homens e mulheres que habitam lá nas cumeeiras de São Bento de Urânia. (VILAÇA, 2010, p. 95).

O isolamento inicial desses imigrantes propiciou o uso da língua dos antepassados sem maiores entraves, mas, aos poucos, os necessários encontros com os nacionais se fizeram mais constantes, gerando o contato entre a língua materna e a língua portuguesa. Assim, a aquisição do português se deu progressivamente, ao longo dos anos, segundo as próprias condições de acesso à língua dominante¹.

Neste ponto, cabe especificar que, neste trabalho, iremos referir-nos à língua de imigração² falada em São Bento de Urânia como *vêneto*, por se tratar de uma comunidade que foi totalmente colonizada por famílias originárias do Vêneto³, localizado no norte da Península Itálica. Assim, diferenciamos a língua vêneta do *talian*, que

[...] constitui uma autodenominação dos falantes da RCI (Região de Colonização Italiana do RS) para uma variedade supra regional intracomunitária e intercomunidades (coiné) do italiano como língua alóctone em contato com outras variedades do italiano e com o português do Brasil, vinculada historicamente aos dialetos provenientes do norte da Itália, mas com características próprias, derivadas do contexto brasileiro que a diferem da matriz original e de outras regiões brasileiras. (RELATÓRIO FINAL DO PROJETO-PILOTO "INVENTÁRIO DO TALIAN", 2010, p. 11⁴).

O contato entre línguas tem como origem diversas situações, sendo a imigração um dos mais comuns para a sua ocorrência. Em um contexto como esse, em que duas ou mais línguas são faladas em um mesmo espaço, duas consequências básicas podem ocorrer: i) a manutenção da(s) língua(s) com menor poder e prestígio ao lado da majoritária; ou ii) o abandono da língua minoritária por seus falantes em prol da língua majoritária do país.

¹ Mioranza (1990) e Margotti (2004) relatam um processo semelhante, que aconteceu no Rio Grande do Sul.

² Para os objetivos deste estudo, definimos língua de imigração como aquela falada por um grupo de indivíduos que migra para outras terras e que possui uma língua diferente da falada no país anfitrião, por isso também denominada língua *alóctone* (OLIVEIRA, 2003, p. 7).

³ Essa informação nos foi revelada pelo informante SL, que indicou os sobrenomes das primeiras famílias que chegaram à comunidade, bem como o nome do navio que os trouxe ao Brasil. Esses dados foram posteriormente comprovados por nós no site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

⁴ Disponível em: <https://assodita.org.br/wp-content/uploads/2016/10/1.1.-Relat%C3%B3rio-Invent%C3%A1rio-Talian-Vers%C3%A3o-Final.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

Entretanto, nas situações de imigração, há uma forte tendência de a língua de menor poder ser abandonada, como demonstra Weinreich (1970 [1953])⁵, ao estabelecer a Lei da Terceira Geração. De acordo com essa Lei, a primeira geração dos imigrantes, quando chegam ao outro destino, já adultos, aprende, quando muito, uma variedade *pidginizada* da língua do país de acolhimento. Os filhos, a segunda geração, geralmente são bilíngues, usando a língua ancestral nas interações intragrupais. Os netos, a terceira geração, tendem a preferir a língua da nova terra e apresentam apenas um conhecimento passivo da língua original de seus avós. Os bisnetos, a quarta geração, frequentemente não têm praticamente nenhum conhecimento da língua dos antepassados.

Entretanto, essa tendência pode ser alterada, dependendo de diversos fatores apontados por autores dos Contatos Linguísticos, como a localização da comunidade, a importância (ou não) que seus falantes dão à língua e à cultura materna, o fluxo contínuo (ou não) da imigração, a identificação (ou não) do povo com o seu país de origem etc.

No distrito de São Bento de Urânia, apesar de encontrarmos uma situação sociolinguística que favoreceria a manutenção do vêneto, essa língua é falada apenas pelos mais idosos e alguns adultos (COMINOTTI, 2015). Nesse sentido, a motivação para este trabalho se deu principalmente por razões pessoais, como as conversas com os próprios descendentes de imigrantes do distrito, já que a autora se enquadra nesse contexto; e por inquietações que surgiram no decorrer dos estudos sociolinguísticos com relação ao processo de substituição do vêneto na comunidade pesquisada, não obstante os moradores alegarem ter orgulho de sua língua de herança⁶ (ORTALE, 2016) e desejarem mantê-la viva.

Assim, faz-se importante analisar com maior profundidade o processo de substituição do vêneto nessa comunidade, a fim de que possamos indicar quais os fatores que mais contribuíram para o seu desaparecimento, entre os apontados na literatura dos Contatos Linguísticos, como o fato de a língua minoritária não ser oficializada e ter baixo prestígio, reconhecimento e suporte institucional, no país de

⁵ A Lei da Terceira Geração também é mencionada por outros autores, como Fasold (1996) e Couto (2009).

⁶ Nesta pesquisa, adotamos o seguinte conceito de língua de herança: língua com a qual uma pessoa possui identificação cultural e sentimento de pertencimento a determinada comunidade que a usa, seja por laços ancestrais, seja por convivência no mesmo ambiente sociocultural com falantes dessa língua (ORTALE, 2016, p. 27).

acolhimento, além de ser discriminada por pessoas de fora da comunidade, inclusive na e pela escola; e ter pouca utilidade nas instituições e nas atividades religiosas e culturais.

Dessa forma, com esta pesquisa, além de contribuirmos para a descrição da diversidade linguística do Espírito Santo, pretendemos apontar caminhos para uma possível reversão do atual cenário sociolinguístico de São Bento de Urânia e, talvez, de outras comunidades com características semelhantes, pensando-se, inclusive, em políticas para a revitalização das línguas de herança ainda faladas no estado, o que é – ou deveria ser – um direito de todos.

Em se tratando de direitos linguísticos, sejam individuais ou relativos a uma comunidade, concordamos com Fishman (2006), quando afirma que a diversidade representa o caminho mais natural e mais adequado a uma democracia cultural. Esse argumento foi vigorosamente defendido no Seminário Internacional da Diversidade Linguística, ocorrido em Porto Alegre, em julho de 2007, quando se defendeu a construção de um espaço em que diferentes povos e diferentes línguas convivam pacificamente, enriquecendo-se mutuamente.

Em resumo, este estudo está centrado na história e nas consequências dos contatos linguísticos mantidos pelos descendentes de imigrantes italianos que formaram as comunidades do distrito de São Bento de Urânia, os quais passaram de uma situação monolíngue em vêneto para bilíngue e de volta para a monolíngue, mas agora em português. Esse fato nos revela o quão complexo é analisar os fatores que levam à manutenção do bilinguismo em uma comunidade pequena e rural, em que atuam muitas variáveis intervenientes.

Portanto, neste estudo, nos dispusemos a aprofundar a discussão iniciada em nossa pesquisa de Mestrado (COMINOTTI, 2015), em que analisamos os fatores de manutenção/substituição do vêneto em São Bento de Urânia. Por sua vez, outros estudos (VILLAÇA, 2010; PERES; COMINOTTI; DADALTO, 2015; PERES; DADALTO; BOTTER, 2016; PETERLE, 2017) verificaram que existe, entre os uranienses, um sentimento positivo em relação à sua gente, à sua cultura e à sua língua. Assim, para a presente pesquisa, estamos propondo uma investigação sobre os fatores de substituição linguística, observando especialmente o fator *identidade* para tal processo. Além desse tema, interessa-nos discutir a possibilidade de implementação de ações em prol da manutenção do vêneto em São Bento de Urânia,

ao lado do português, podendo-se expandir o uso dessa língua para outras comunidades capixabas com forte presença de descendentes de imigrantes vênets.

Em resumo, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a relação existente entre o sentimento de identidade de um grupo às suas origens, à sua cultura e à sua língua, e a manutenção ou o abandono da língua de herança em prol da oficial do país. Como objetivos específicos temos:

- a) verificar em que medida os uranienses se sentem identificados como descendentes de italianos linguística e culturalmente;
- b) identificar as representações e atitudes linguísticas dos membros da comunidade em relação ao vênets;
- c) investigar quais os sentimentos dos moradores de São Bento de Urânia em relação à sua língua de herança e à sua cultura;
- d) verificar a existência de ações implementadas pela comunidade local e/ou pelo poder público para a manutenção da língua e da cultura vêneta; e
- e) refletir sobre as propostas existentes na literatura dos Contatos Linguísticos e na prática mundial, para uma possível revitalização do vênets no distrito de São Bento de Urânia.

Para alcançarmos esses objetivos, realizamos uma pesquisa exploratória de campo, aplicamos três tipos de questionário sociolinguístico a 118 moradores do distrito e utilizamos os dados de 62 entrevistas sociolinguísticas (LABOV, 1972) com descendentes de imigrantes italianos, divididos de acordo com seu sexo/gênero, sua faixa etária e seu nível de escolaridade.

Os objetivos propostos nortearam a estruturação do presente trabalho. No Capítulo 2, apresentamos, resumidamente, trabalhos que se ocuparam dos temas afins a esta pesquisa: os contatos linguísticos e as políticas com vistas a defender e preservar a diversidade linguística do país.

No Capítulo 3, situamos o contexto histórico e social da imigração italiana: da saída dos imigrantes da Itália à sua chegada e instalação no distrito de São Bento de Urânia. Abordamos, também, a localização dos imigrantes no município, a fim de

dimensionar a representatividade dos descendentes de italianos no contexto da pesquisa.

No Capítulo 4, apresentamos os pressupostos teóricos que norteiam as análises contidas nesta pesquisa, abordando os principais temas e conceitos relacionados ao contato entre línguas, bem como os fatores que podem contribuir mais significativamente para a substituição e/ou a manutenção linguística, em especial, o sentimento de identidade do grupo de falantes com respeito à sua língua.

No Capítulo 5, tratamos do tema Políticas Linguísticas, apresentando os principais tópicos a ele relacionados, bem como algumas propostas de promoção e salvaguarda de línguas de herança.

No Capítulo 6, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, relatando como e por que se deu a escolha da comunidade e dos informantes, além de descrevermos todo o processo de geração dos dados.

No Capítulo 7, apresentamos a análise de nossos dados, especialmente com relação ao tema *identidade* como fator mantenedor ou não da língua vêneta no distrito pesquisado, destacando-se a análise das atitudes dos falantes em relação às línguas vêneta e portuguesa.

Por último, tecemos as nossas considerações finais, defendendo a necessidade de uma mudança de olhar sobre as línguas minoritárias – da perda para a aquisição, do fator que mantém para o fator que fomenta –, visto que, dessa forma, mudamos também a maneira de lidar com as diferenças. E, por fim, procuramos demonstrar que o caminho da revitalização é menos árduo com o apoio dos poderes públicos, quando da promoção e salvaguarda desse patrimônio cultural imaterial de nosso país. A seguir, então, o segundo capítulo desta tese.

2 AÇÕES E ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS E CONTATOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO

Segundo Maher (2013), o Brasil está entre os oito países que contêm mais línguas em seu território. Aqui, ao lado da língua portuguesa, coexistem línguas indígenas, africanas e dos imigrantes. Segundo Pereira (2008), nosso país tem hoje cerca de 210 línguas faladas, das quais 180, aproximadamente, são indígenas e 30 são de imigração, sendo a maioria mantida na modalidade oral. Por sua vez, o site Ethnologue⁷ (2020) aponta que são faladas no Brasil 218 línguas, sendo que 77 estão vivas, 41 estão ameaçadas e 100 estão em extinção. Assim, somos um país plurilíngue e pluricultural, de rica diversidade étnica, explicitada em diferentes situações de/em contato.

A partir dos dados do Ethnologue, analisando-se a situação das línguas minoritárias no Brasil, é possível perceber a urgente necessidade de implementação de ações que assegurem a defesa da diversidade linguística e cultural no país. Segundo Morello (2015), o primeiro passo foi dado no Brasil, quando o Estado reconheceu os direitos das línguas indígenas, na Constituição de 1988, embora esta não dissesse nada a respeito das demais línguas faladas no país. Essa iniciativa do governo federal abriu caminho para novas medidas, não só de salvaguarda e documentação linguísticas, mas também de promoção do ensino de outras línguas aqui existentes.

Nesse sentido, algumas medidas foram tomadas: em 2006, foi realizado, no Congresso Nacional, o Seminário Legislativo sobre a Criação do Livro de Registro das Línguas, cuja principal reivindicação era o reconhecimento, pelo Estado, da pluralidade linguística existente em nosso país. Em dezembro de 2010, como resultado desse Seminário, foi assinado o Decreto nº 7.387, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL. O INDL é, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “um instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (IPHAN, 2010, p. 25)⁸ e tem como objetivos, além do mapeamento e da

⁷ Disponível em: <https://www.ethnologue.com/region/SAM>. Acesso em: 19 mar. 2020.

⁸ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl>. Acesso em: 24 out. 2018.

caracterização dessas línguas, o diagnóstico e a promoção de uma maior visibilidade das diferentes situações ligadas à pluralidade linguística brasileira, “de modo a permitir que as línguas sejam objeto de políticas patrimoniais que colaborem para sua continuidade e valorização” (IPHAN, 2010, p. 30).

Mais recentemente, o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL) elaborou uma política de reconhecimento da diversidade linguística e cultural das línguas brasileiras e promoveu a cooficialização de línguas minoritárias, tanto autóctones como alóctones. Outras iniciativas e estudos envolvendo as línguas minoritárias no país são discutidos no Laboratório de Pesquisas em Contato Linguístico (LABPEC)⁹ e na linha História, Política e Contato Linguístico do Programa de Estudos de Linguagem¹⁰, ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF) (GAIO, 2017).

Outros exemplos de ações em prol das línguas minoritárias faladas no Brasil são o Projeto Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata (ALMA-H) e o Projeto Inventário do Hunsrückisch, este último realizado em 2017, sendo patrocinado pelo IPHAN e promovido pelo IPOL e pelo Projeto ALMA-H, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O Inventário visa à realização de uma contagem dos falantes dessa língua em municípios colonizados pelos imigrantes provenientes da região do Hunsrück ou Renânia Palatinado. A pesquisa abrangeu os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, percorrendo, neste último, os municípios de Domingos Martins, Marechal Floriano e Santa Leopoldina.

Em relação especificamente às línguas faladas pelos imigrantes italianos que chegaram ao Brasil no século XIX, ressaltamos a existência de algumas ações de valorização dessas línguas desde o final dos anos 80, como a oficialização do uso do *Talian*¹¹ em festivais de cultura de Serafina Correia-RS, por meio dos Decretos n.

⁹ Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8525543472142637>. Acesso em: 25 nov. 2020.

¹⁰ Disponível em: <http://www.posling.uff.br>. Acesso em: 25 nov. 2020.

¹¹ O *Talian* – ou o vêneto brasileiro – “é uma variedade ‘vinculada historicamente aos dialetos provenientes do norte da Itália, mas com características próprias, derivadas do contexto brasileiro que a diferem da matriz original e de outras regiões brasileiras’ (Relatório Final, 2010, p. 11). Sua origem linguística é o italiano e os dialetos falados, principalmente, nas regiões do Vêneto, Trentino-Alto e Friuli-Venezia Giulia e Piemontes, Emilia-Romagna e Ligúria”. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certidao_%20Talian.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020).

43/88 e n. 47/89. Em 2009, o governo do estado do Rio Grande do Sul decretou o *Talian* como patrimônio histórico e cultural do estado.

O que tem sido feito em prol das línguas minoritárias faladas no Brasil demonstra que elas estão recebendo uma atenção até então inédita e, finalmente, estão tendo sua importância confirmada. É preciso que as línguas e culturas minoritárias sejam reconhecidas como parte da formação étnica e cultural brasileira, assim como se busquem meios para que a sua preservação seja efetivada nas comunidades de descendentes de imigrantes.

Em se tratando de pesquisas acadêmicas sobre as línguas minoritárias, a maioria delas foi realizada principalmente na região Sul do Brasil, nas ex-colônias de imigrantes alemães e italianos. Contudo, no Espírito Santo, as questões concernentes aos contatos linguísticos foram discutidas em estudos sobre a constituição da identidade regional e as consequências sociolinguísticas dos contatos que ocorreram a partir da imigração europeia no estado.

Entre os trabalhos sobre as línguas germânicas no Espírito Santo, destacamos:

- i) a tese de doutorado de Tressmann (2005), cujos objetivos principais foram descrever e analisar textos orais dos descendentes de imigrantes pomeranos do Espírito Santo, numa interface entre a Linguística e a Antropologia;
- ii) a tese de doutorado de Beate Höhmann (2010), cujos temas principais são o processo de manutenção e de planificação do pomerano no Espírito Santo.
- iii) O estudo de Bremenkamp (2010), que averiguou a vitalidade da variedade holandesa Zeeuws em diferentes comunidades do município de Santa Leopoldina e de Santa Maria de Jetibá;
- iv) a pesquisa de mestrado de Bremenkamp (2014), que estudou a vitalidade da língua pomerana e as consequências de seu contato com o português em duas localidades de Santa Maria de Jetibá – a Sede e Caramuru, na zona rural;
- v) a investigação de Souza (2017), sobre a manutenção e/ou a revitalização de línguas minoritárias, tomando por base duas

comunidades de imigração pomerana: Santa Maria de Jetibá (ES) e Canguçu (RS);

- vi) a dissertação de Klippel-Machado (2018), em que a autora analisou o ensino do português em uma situação de contato entre a língua portuguesa e o hunsrückisch, no município de Marechal Floriano, ES;
- vii) a dissertação de Pereira Neto (2018), cujo foco foi o ensino de Língua Portuguesa, tomando por base a produção de memórias literárias com descendentes de imigrantes pomeranos de Santa Maria de Jetibá;
- viii) a dissertação de mestrado de Pinheiro (2018), cujo objetivo foi refletir sobre o papel do inglês e do pomerano na construção de identidades em comunidades pomeranas no Espírito Santo; e
- ix) a pesquisa de Holz (2020), acerca das consequências do contato entre o pomerano e o português no nível ortográfico e de uma possibilidade de trabalho em sala de aula para alunos e professores vencerem esse desafio.

Por sua vez, as línguas autóctones do Espírito Santo foram alvo de pesquisa, entre outras, de Silva (2016), que realizou um estudo etnográfico sobre o processo de revitalização da língua tupi (Tupi Antigo), da identidade e da cultura dos indígenas da comunidade Tupinikim Pau Brasil, em Aracruz-ES; e as pesquisas de Calazans (2014; 2018), que trataram, respectivamente, da sócio-história do contato entre o Guarani Mbya e o português; e da concordância da terceira pessoa do plural no português dos indígenas Guarani de Aracruz-ES.

Entretanto, o maior número de estudos de contato linguístico no Espírito Santo tem como foco as línguas italianas e o português. Trata-se, em sua maioria, de trabalhos realizados pelo Grupo de Estudos da Diversidade Linguística do Espírito Santo – Gediles –, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Edenize Ponzó Peres, da UFES, que têm abordado os níveis social e linguístico desses contatos¹². As pesquisas do Gediles seguem os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista e dos Contatos Linguísticos, tendo como principais objetivos: descrever e analisar o

¹² Do Gediles também fizeram e fazem parte graduandos de Letras e de Geografia, participantes de projetos de Iniciação Científica, cujas pesquisas abrangem o contato entre o português e as línguas germânicas e as italianas, além do português falado em aldeias tupiniquins.

português falado atualmente pelos descendentes de imigrantes italianos em diversas comunidades do estado; retratar a história social das línguas de herança ainda faladas no Espírito Santo; e verificar quais os fatores sociais que levaram à substituição dessas línguas pelo português.

Entre os vários estudos do grupo que tiveram como objeto o contato entre as línguas italianas de imigração e o português, temos o de Peres (2011), que apresenta os usos da língua vêneta presentes em uma das primeiras comunidades a receber imigrantes italianos: Araguaia, um distrito rural do município de Marechal Floriano; Peres (2014), que analisa a situação histórica e social do vêneto no Espírito Santo e os fatores considerados objetivos para a manutenção de uma língua minoritária; Avelar (2015), que analisou a pronúncia dos fonemas /t/ e /d/ diante de /i/ por parte de descendentes de italianos residentes na zona urbana de Santa Teresa.

Acrescente-se a esses o trabalho de Peres, Cominotti e Dadalto (2015), em que as autoras fazem um estudo histórico e social da língua vêneta na comunidade de São Bento de Urânia, Alfredo Chaves, dando ênfase aos fatores que não estão diretamente relacionados às atitudes ou à avaliação da comunidade, a fim de melhor explicar o rápido desaparecimento do vêneto nessa localidade. Também o trabalho de Peres, Dadalto e Botter (2016), em que as autoras avançam nas análises realizadas por Peres (2014), investigando o papel do sentimento de identidade e de lealdade dos descendentes de imigrantes às suas origens, o desejo de ascensão social e o *status* atribuído à língua minoritária e a seus falantes, para a substituição da língua dos ancestrais.

Outros estudos de membros do grupo são os desenvolvidos em Alfredo Chaves-ES, que é o município desta pesquisa: Picoli-Meneghel (2015), que analisa a variação da pronúncia do ditongo tônico nasal <ão> na fala dos descendentes de imigrantes italianos da comunidade de Santa Maria do Engano; a nossa pesquisa de Mestrado (COMINOTTI, 2015), que buscou identificar os fatores de manutenção e/ou de substituição da língua vêneta na comunidade de São Bento de Urânia; e, por fim, Peterle (2017), que descreveu e analisou as consequências do contato também em São Bento de Urânia, especificamente quanto à realização do ditongo nasal tônico <ão>, retratando os aspectos linguísticos e extralinguísticos que condicionam essa variação.

Os estudos realizados sobre os contatos linguísticos no Espírito Santo demonstram que certos fatores de manutenção/substituição linguística apontados na literatura da área, tais como o número total de falantes, o caráter permanente/temporário da imigração, os casamentos intra ou interétnicos, as políticas do país receptor a favor ou contra as línguas minoritárias etc., não explicam a manutenção do pomerano e do hunsrückisch e a substituição das línguas italianas pelo português.

Dessa forma, consideramos de extrema relevância analisar o fator *identidade* como favorecedor da manutenção/substituição de uma língua minoritária e escolhemos São Bento de Urânia, um distrito rural de Alfredo Chaves-ES, como lócus desta pesquisa, por ser possível observar, ainda hoje, o uso da língua dos imigrantes italianos, apesar da prevalência do português na localidade.

No próximo capítulo, faremos um breve histórico da imigração italiana no Espírito Santo e da colonização de São Bento de Urânia, a fim de contextualizarmos os contatos que aí ocorreram e a relação desses descendentes de imigrantes com sua cultura e com seu modo de viver, de pensar e de sentir, os quais são fatores fundamentais para entendermos os processos pelos quais passaram o vêneto e seus falantes, nesse distrito.

3 O CONTEXTO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO E EM SÃO BENTO DE URÂNIA

Neste capítulo, retrataremos a chegada dos primeiros imigrantes italianos ao Espírito Santo, ao município de Alfredo Chaves e ao distrito de São Bento de Urânia. De forma concisa, faremos um retrospecto de suas vidas, desde a chegada à antiga província até os dias atuais, com o objetivo de entendermos as suas características sociais e culturais. Para tanto, é necessário apontarmos os principais motivos que impulsionaram a vinda desses imigrantes e reportarmos-nos a fatos que caracterizaram a colonização do Espírito Santo, de Alfredo Chaves e de São Bento de Urânia, como apresentaremos a seguir.

3.1 O contexto histórico da imigração italiana no Brasil e no Espírito Santo

Entre 1870 e 1970, cerca de 26 milhões de pessoas deixaram a Itália para viver em outros países (BERTONHA, 2005). As razões para isso têm causas diversas, tais como: i) as calamidades naturais: por um lado, a seca e, por outro, as chuvas de granizo, que causaram as más colheitas de 1878 e de 1884; além das inundações no outono de 1882, fazendo com que ocorressem desmoronamentos e avalanches; ii) a diminuição do valor do gado; iii) as más condições higiênico-sanitárias; iv) epidemias; v) o desemprego ou os baixos salários; e vi) o inverno rigoroso em diferentes locais da Itália. Nas palavras de Franzina (2006):

A principal razão da emigração reside na “necessidade” das nossas classes agrícolas, na escassez dos meios de subsistência, a que há muitos anos e por diversas causas chegaram, infelizmente, está a se encontrar. E, na verdade, deixando de enumerar as graves perdas provocadas pelas chuvas de granizo e pelas secas que frequentemente flagelam os nossos campos, é um fato que o produto dos bichos-da-seda, no passado o nosso primeiro recurso, vem diminuindo sensivelmente [...], mas isso não basta; ocorre que outro e bem mais formidável inimigo está agora avançando na uva [...], destruído o produto da uva [...], o agricultor, chamado a suar no campo, não pode ter uma reposição eficaz de suas forças e foi atingido pela pelagra. Além disso, outra fonte de riqueza se esgotou, ou quase, para os nossos friulanos, isto é, os ganhos da emigração temporária nos Estados limítrofes austro-húngaros ou alemães. (FRANZINA, 2006, p. 223).

Todos esses fatores, por serem concomitantes, e ainda o *Risorgimento* – o movimento de unificação da Itália —, adquiriram um peso excessivo, gerando a

miséria de grande parte da população, principalmente a do campo. Assim, muitas pessoas emigraram em direção a uma “terra prometida”, para garantirem uma vida nova em um mundo novo. Bertonha (2005) apresenta um quadro com números da emigração italiana durante quase um século:

Quadro 1: Principais destinos da emigração italiana — 1846-1932 (em milhões de imigrantes)

Estados Unidos	32,4
Argentina e Uruguai	7,1
Canadá	5,2
Brasil	4,4
Austrália e Nova Zelândia	3,5

Fonte: Bertonha, 2005, p. 83.

Como vemos no Quadro acima, cerca de 4,4 milhões de italianos entraram no Brasil. Os anos que assinalaram os números mais expressivos do movimento migratório em direção a nosso país foram os de 1888, 1891, 1895 e 1897, sendo a maioria procedente do norte da Itália, principalmente do Vêneto.

A imigração italiana no Brasil tomou dimensões consideráveis, transformando-se em um fenômeno de massa entre 1874 e 1902, o que contribuiu decisivamente para o aumento demográfico do país. Dos 4,4 milhões de imigrantes italianos que aportaram no país, 36.666 se fixaram no Espírito Santo (APEES, 2019), um número que correspondia a 67,71% de todos os imigrantes que aqui chegaram, como podemos verificar a partir do quadro a seguir.¹³

Quadro 2: Quantidade e procedência dos imigrantes adentrados no Espírito Santo, nos séculos XIX e XX.

Países	séc. XIX	sec. XX	Total
Itália	35.033	1.633	36.666
Alemanha	4.013	853	4.866
Espanha	2.942	527	3.469
Portugal	2.080	1.347	3.427

¹³ Disponível em: <http://imigrantes.es.gov.br/html/estatisticas.html>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Polônia	699	898	1.597
Líbano	1	568	569
Áustria	295	131	426
Estados Unidos	167	219	386
San Marino	360	3	363
Holanda	329	13	342
Suíça	289	21	310
Rússia	185	58	243
França	162	66	228
Bélgica	185	5	190
Síria	0	130	130
China	66	57	123
Inglaterra	9	105	114
Luxemburgo	97	0	97
Ucrânia	130	8	
Romênia	1	56	57
Argentina	8	47	55
Ex-Iugoslávia	0	48	48
Grécia	2	42	44
Tchecoslováquia	0	38	38
Hungria	2	26	28
Barbados	0	23	23
Turquia	0	21	21
Lituânia	0	21	21
Japão	0	18	18
Dinamarca	0	14	14
Palestina	0	14	14
Venezuela	8	3	11
Bielorrússia	0	9	9
Chile	1	8	9
Bolívia	0	7	7
Noruega	0	7	7
Uruguai	0	7	7
Canadá	0	6	6
Estônia	0	6	6
Granada	0	6	6
México	0	6	6
Egito	0	5	5
Irlanda	0	5	5
Santa Lúcia	0	5	5
Colômbia	0	4	4
Escócia	0	4	4
Suécia	1	3	4
Cuba	0	3	3
Letônia	0	3	3
Marrocos	2	1	3
País de Gales	0	3	3
Paraguai	0	3	3
Peru	0	3	3
Argélia	2	0	2
Armênia	0	2	2
Índia	0	2	2
África do Sul	1	0	2
Angola	1	0	1

Arábia Britânica	1	0	1
Austrália	1	0	1
Belize	1	0	1
Bulgária	1	0	1
Dominica	1	0	1
Equador	1	0	1
Guiana	1	0	1
Jamaica	1	0	1
Jordânia	1	0	1
Malta	1	0	1
Nicarágua	1	0	1
São Vicente e Granadinas	1	0	1
Senegal	1	0	1
Tailândia	1	0	1
Tunísia	1	0	1
TOTAL	47.026	7.129	54.155

Fonte: Franceschetto (2014)

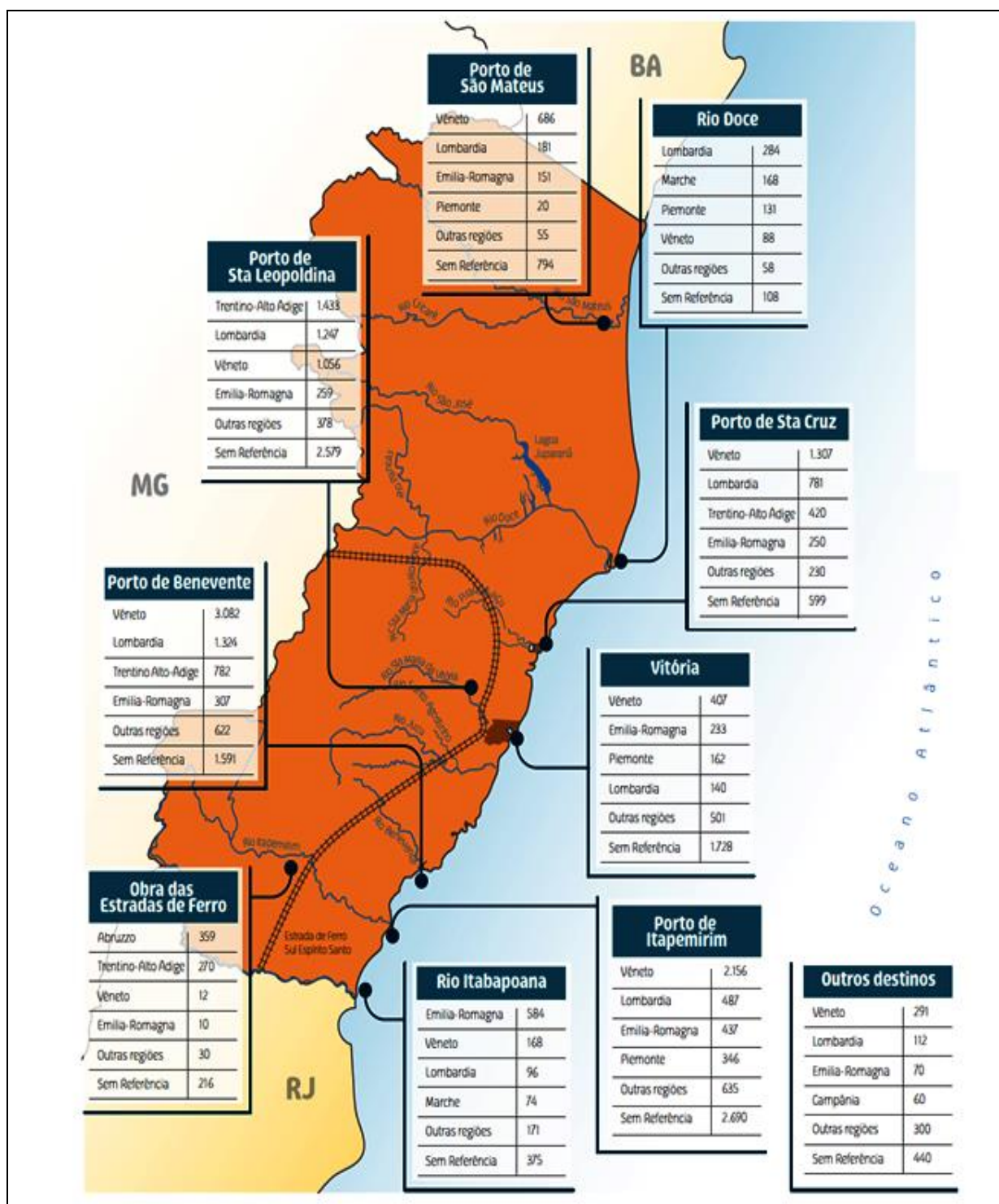
A imigração foi um fato marcante na história do Espírito Santo. No século XIX, o território capixaba era muito pouco povoado: de acordo com dados de censos realizados nesse século, em 1824, o Espírito Santo contava com 40.627 habitantes; em 1827, com 41.562; e, em 1856, com 49.092 habitantes¹⁴ (OLIVEIRA, 2003, p. 331). Dessa forma, a chegada desse contingente populacional deu nova vida à província.

Segundo os historiadores, a principal causa do pequeno povoamento do Espírito Santo era a proibição do Governo Imperial de colonizá-lo, com a finalidade de proteger as minas de ouro de Minas Gerais. Porém, no século XIX, havendo terminado o ciclo do ouro na província vizinha, essas medidas protetivas foram abolidas. Era necessário, então, povoar e desenvolver o Espírito Santo e julgou-se que a melhor forma para que esses objetivos fossem alcançados seria promover a imigração, haja vista a iminente abolição da escravidão e a conseqüente necessidade de mão de obra. Para tanto, a preferência foi dada a famílias europeias, em razão das ideias racistas da época, que creditavam o atraso do país à sua população miscigenada.

Os imigrantes aportavam, geralmente, em Vitória ou em Benevente, atual município de Anchieta, mas também nos portos de Barra do Itapemirim, Santa Cruz e São Mateus. O mapa a seguir indica o quantitativo e a procedência de italianos chegados, assim como a localização dos portos onde desembarcaram.

¹⁴ O interior do estado era povoado por indígenas, mas essas pessoas não eram contabilizadas pelo governo imperial.

Mapa 1: Procedência dos imigrantes italianos que desembarcaram nos portos capixabas



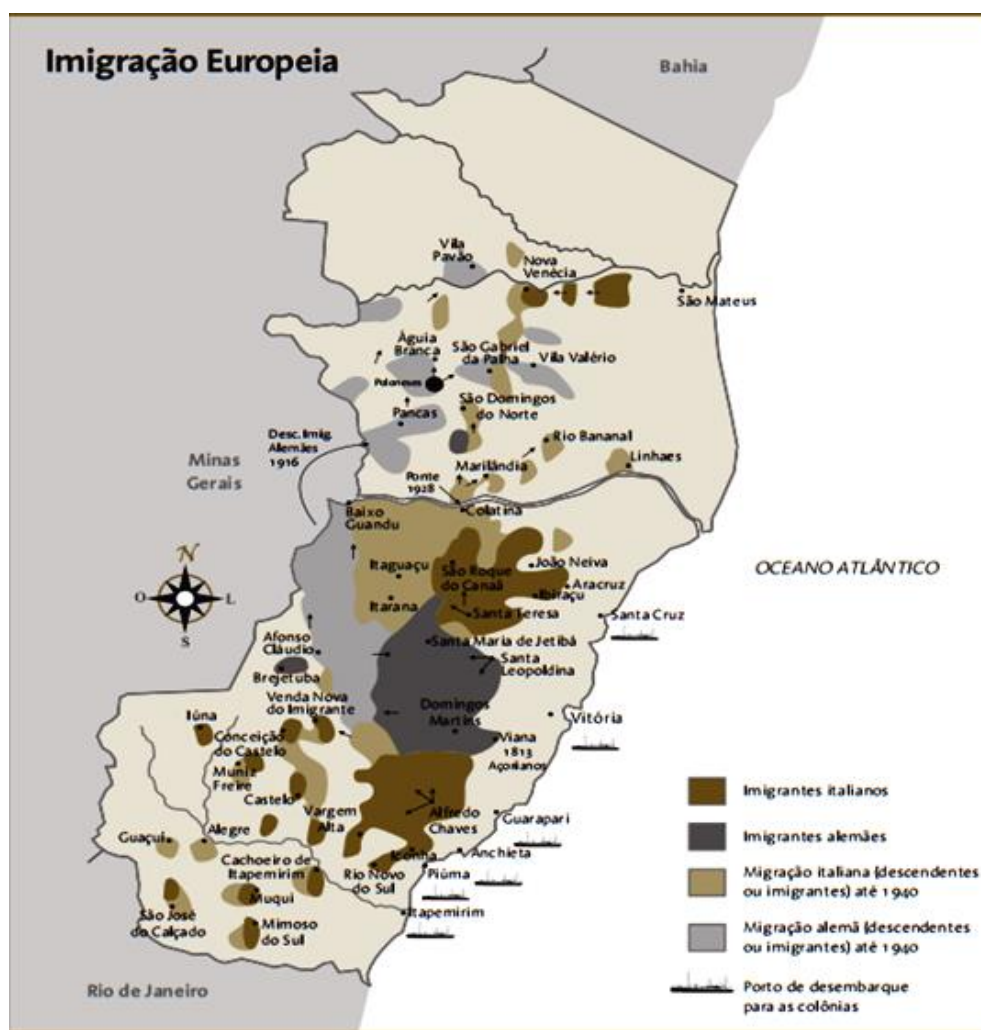
Fonte: Franceschetto (2014).

Alguns dias após a sua chegada, os imigrantes eram distribuídos pelo interior do estado (NAGAR, 1895). Devido ao fato de que os portos ficavam muito distantes

dos lotes de terra designados a eles pelo governo brasileiro, os imigrantes faziam uma longa caminhada para chegar a seu destino, atravessando alagadiços e cortando picadas nas densas matas, guiados por tropeiros. Cruzavam rios caudalosos em canoas e muitos dormiam em troncos de árvores, forrados com algumas folhas (NAGAR, 1895).

Ao chegarem a seus lotes, os imigrantes se deparavam com a realidade: não havia nada além de mata virgem, ou seja, havia tudo por fazer. Por outro lado, a descoberta de algumas terras inférteis, a falta de terras para todos e o futuro crescimento das famílias forçaram os imigrantes e/ou seus descendentes a buscar novas localidades para fixar moradia (PESSALI, 2010). O mapa a seguir evidencia a expansão demográfica do estado.

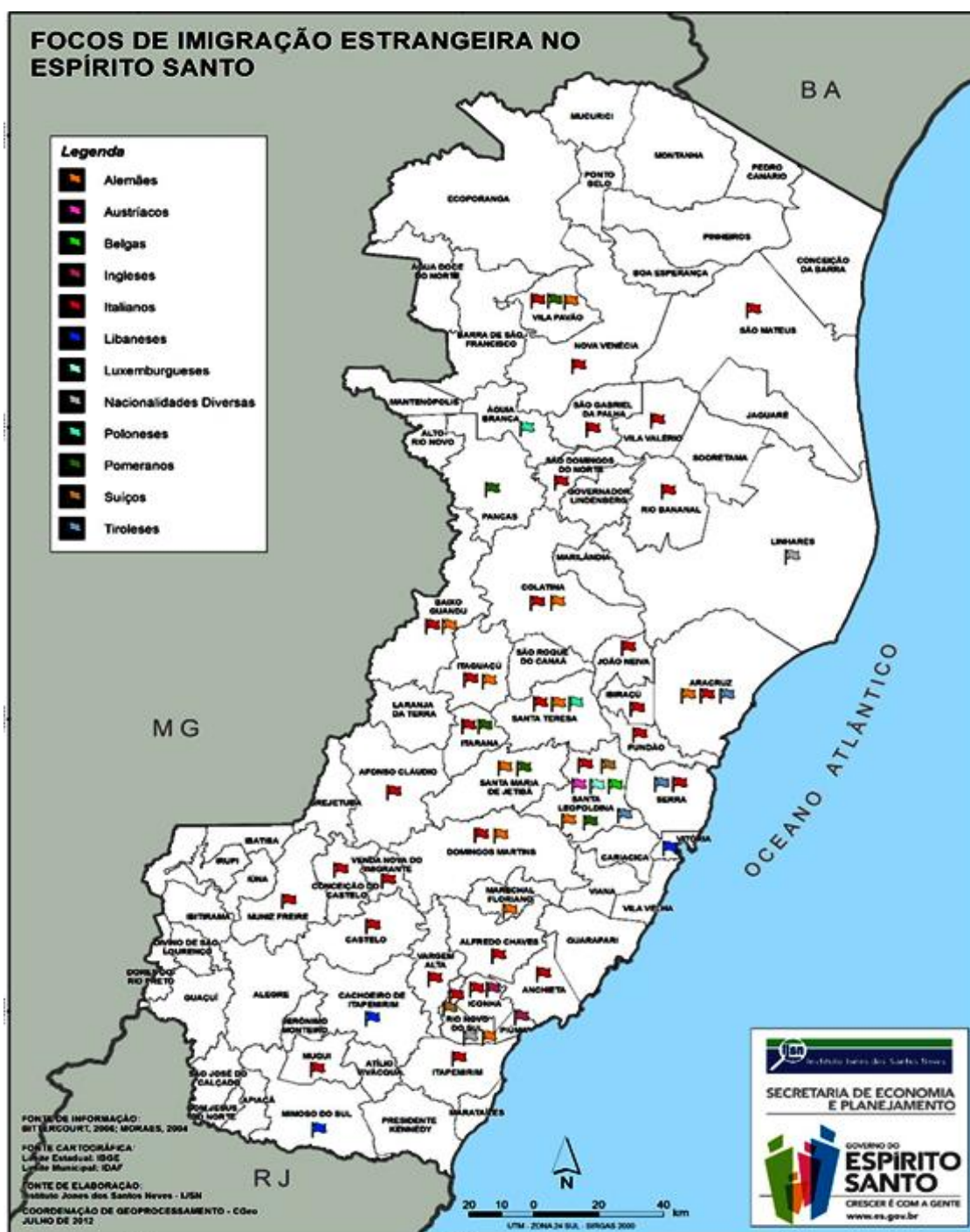
Mapa 2: Movimentos migratórios italianos e alemães no Espírito Santo



Fonte: Martinuzzo, 2009, p. 69.

Superando as limitações que lhes foram impostas – natureza, cultura e língua diferentes, as doenças tropicais, a tristeza e a saudade –, os imigrantes usaram sua força para vencer todas as dificuldades e, em suas migrações internas, as famílias italianas e de outras etnias conseguiram alcançar boa parte das regiões do estado, como evidencia o mapa a seguir.

Mapa 3: Focos de imigração estrangeira no Espírito Santo



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2012.

Os imigrantes italianos viveram, até quase o final dos anos 1960, em grotões, em um panorama de isolamento (DERENZI, 1974). Não eram assistidos pelo governo com médicos, farmacêuticos ou professores. Essas funções eram normalmente exercidas por padres, que foram por décadas os fiéis depositários da confiança dos moradores isolados no meio da mata.

Segundo Vilaça (2010), o cotidiano dos italianos no interior das colônias foi de constantes descobertas, mas os hábitos da Itália permaneceram, ao mesmo tempo em que se misturavam aos hábitos brasileiros. Desde sua chegada, os italianos e, em seguida, seus descendentes passaram a ser uma parte importante da vida do Espírito Santo: essas mulheres e esses homens participaram e ainda participam do processo de formação e desenvolvimento das cidades do estado, construindo e mantendo um extenso painel de atividades socioeconômicas, culturais e políticas, modificando significativamente o papel que, no geral, lhes era reservado até a década de 1960, que era a de meros camponeses (VILAÇA, 2010)¹⁵.

A seguir, apresentamos o contexto histórico da imigração italiana em Alfredo Chaves e em São Bento de Urânia.

3.2 A imigração italiana em Alfredo Chaves e em São Bento de Urânia

O município de Alfredo Chaves começou a formar-se em 1877, quando Giuseppe di Agostino Togneri vendeu um pedaço de sua propriedade para a Colônia Imperial do Rio Novo, onde, aos poucos, foi-se levantando a povoação de Alto Benevente, mais tarde denominada Vila de Alfredo Chaves.

As terras incultas de Alfredo Chaves foram o destino de muitos imigrantes italianos, os quais desembarcavam no porto de Benevente, como observamos no Mapa 2, acima. Em seguida, eram recebidos por um representante do Governo – que lhes falava algumas palavras em vêneto – e cumpriam uma curta quarentena na Hospedaria São Martinho. Logo após, eram levados de prancha¹⁶ rio acima até um barracão coberto com folhas de palmito, na Fazenda Quatinga (PUPPIN, 1981).

¹⁵ As informações mais detalhadas sobre a imigração italiana no ES podem ser encontradas no site da APEES. (<https://ape.es.gov.br/>)

¹⁶ Embarcação feita da junção de madeira roliçada usada para navegação.

precisaram trabalhar muito para derrubar a mata, limpar o terreno e iniciar o cultivo da terra.

Por se tratar de famílias oriundas do Vêneto, a comunicação entre elas se dava por meio das variedades vênetas – chamadas por nós, simplificadaamente, de vêneto –. Ainda hoje os traços do vêneto se fazem fortemente presentes na linguagem da população (COMINOTTI, 2015), assim como, em seu dia a dia, os hábitos e costumes do mundo rural se impõem, entrelaçando a cultura brasileira com antigas práticas dos imigrantes¹⁷.

Após esta breve apresentação do contexto histórico da imigração italiana no Brasil, no estado do Espírito Santo e em São Bento de Urânia, na sequência exporemos o Referencial Teórico que embasou as nossas análises.

¹⁷ Em nosso capítulo metodológico, aportaremos mais informações a respeito de São Bento de Urânia.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, abordaremos os pressupostos teóricos que nos fazem compreender melhor nosso objeto de estudo. Na seção 4.1, apresentaremos conceitos relevantes dos Contatos Linguísticos; na seção, 4.2, as consequências do contato de línguas; em seguida, na seção 4.3, enfocaremos os fatores apontados na literatura da área que levam uma língua minoritária a manter-se ou a ser substituída por outra; em 4.4, enfocaremos as atitudes linguísticas, extremamente importantes para a manutenção/substituição linguística; e, em 4.5, analisaremos o sentimento de identidade e como ele atua entre os nossos informantes, no sentido de manter ou abandonar a sua língua de herança.

4.1 Os contatos linguísticos

Os contatos linguísticos são tão antigos que se perdem na história. Eles se dão com o deslocamento de indivíduos sozinhos, em grupos ou até populações inteiras, no espaço geográfico e estão presentes em qualquer sociedade, uma vez que não há evidências de línguas que não tenham tido contato com outra(s) (THOMASON, 2001). Segundo Grosjean, “o bilinguismo está presente em praticamente todos os países do mundo, em todas as classes sociais, em todas as faixas etárias; de fato, estima-se que metade da população mundial é bilíngue” (GROSJEAN, 2001, p. vii).

O contato entre línguas não possui uma definição simples ou unívoca. Para Thomason (2001, p. 1), ele é o uso de mais de uma língua no mesmo lugar e ao mesmo tempo. Entretanto, essa definição é questionada pela própria autora, quando a exemplifica com o cenário de dois grupos de viajantes, de línguas diferentes, ocupando ao mesmo tempo a cozinha de um *youth hostel*. Tal situação se enquadraria na definição acima, mas seria preciso que houvesse interação entre os grupos, para que, de fato, acontecesse o contato linguístico.

Nesse mesmo sentido segue Mufwene (2008). Para o autor, “a coexistência de duas populações na mesma área geográfica não é condição suficiente para que haja

contato linguístico. É preciso haver interação entre elas”¹⁸. Montrul (2013), por sua vez, define o contato linguístico como o momento em que duas ou mais línguas coexistem em um mesmo espaço geográfico, com a possibilidade de uso de duas línguas por um mesmo falante. A partir das três definições apresentadas, vemos que, para haver contato linguístico, é imprescindível que haja comunicação entre duas ou mais pessoas.

Com respeito à classificação dos contatos, Couto (2009) os divide entre *inter* e *intra*linguísticos. Os contatos intralinguísticos são aqueles que acontecem dentro de uma mesma língua, tais como:

- i- entre variedades linguísticas;
- ii- entre idioletos;
- iii- entre pessoas de gerações diferentes – os contatos intergeracionais; e
- iv- entre o indivíduo e a comunidade.

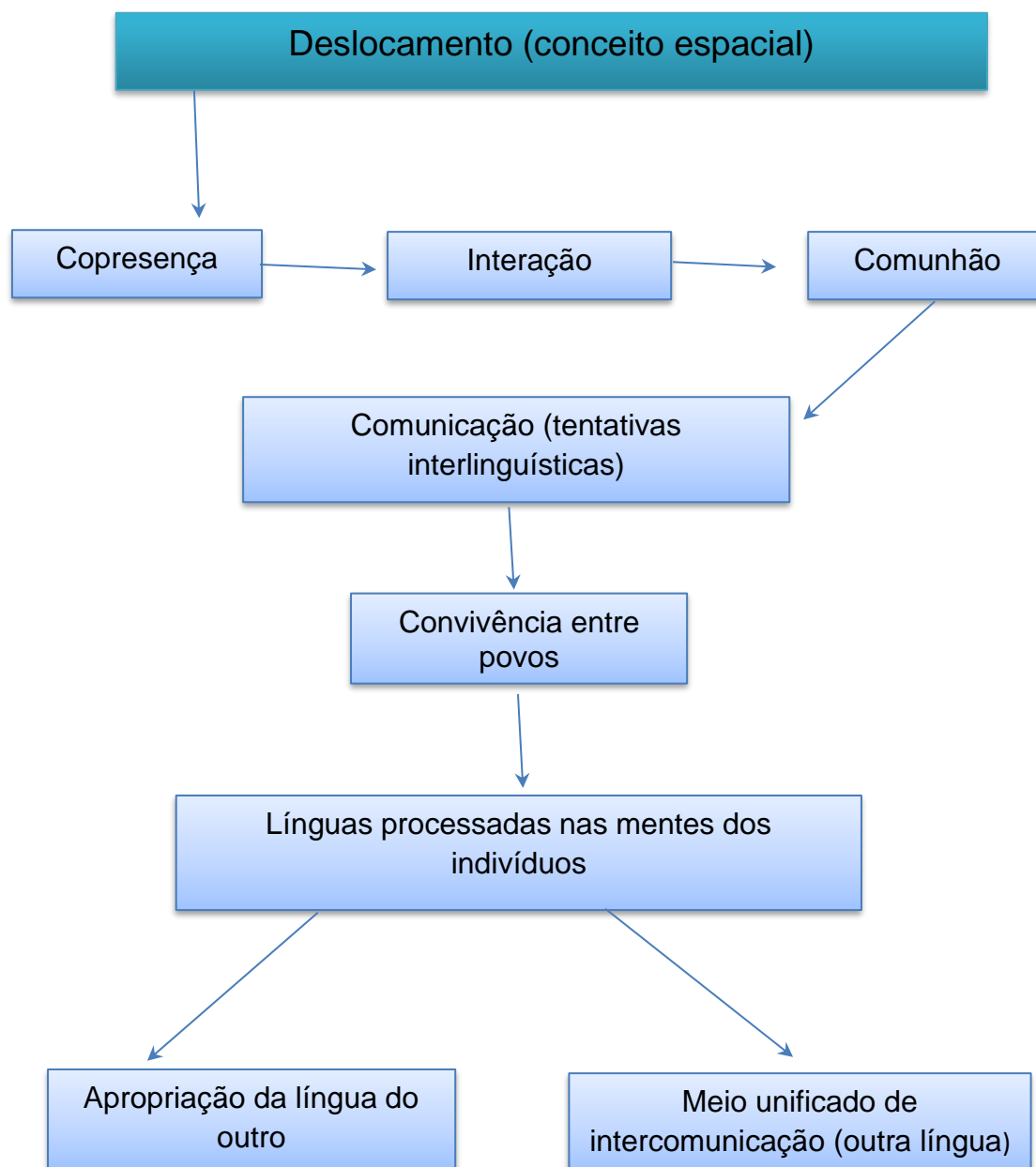
Já os contatos interlinguísticos dizem respeito ao deslocamento de indivíduos para outro território em que se fala outra língua. O autor expõe quatro situações pelas quais as pessoas e suas respectivas línguas entram em contato:

- i- um povo ou parte dele se desloca para um território já ocupado por outro;
- ii- um grupo mais forte migra para o território do mais fraco;
- iii- dois ou mais povos migram para um terceiro território que não pertence a nenhum deles; e
- iv- um povo que se desloca ao território do outro (temporária ou sazonalmente), para fins comerciais ou de trocas.

Nesta pesquisa, trataremos especificamente dos contatos interlinguísticos, cuja situação prototípica pode ser visualizada na Figura 1, a seguir.

¹⁸ No original: “[...] the coexistence of two populations in the same geographical area is not a sufficient condition for language contact. They must interact with each other.” (MUFWENE, 2008, p. 17. Tradução nossa, como todas as que constam deste trabalho).

Figura 1: Representação gráfica do processo de contato linguístico



Fonte: Couto, 2009, p. 50.

Por meio da Figura 1, é possível verificar como acontece o processo de contato linguístico: inicialmente, o deslocamento de um indivíduo, grupo ou povo para outro território, até a fase final, com duas possibilidades de consequências: a existência concomitante de duas línguas, com a apropriação da língua falada naquele território; ou um acordo para a comunicação do grupo, utilizando-se apenas uma língua – normalmente, a de maior poder na comunidade. Socialmente falando, no processo de contato, haverá sempre uma língua mais prestigiada do que outra, considerada dessa

forma seja por motivos políticos, econômicos ou mesmo bélicos, e essa pressão poderá desencadear a substituição da língua do grupo mais frágil pela do mais forte.

Entretanto, embora possa haver uma tendência de desaparecimento de uma língua minoritária e/ou sem prestígio, quando submetida ao contato com outra considerada mais forte, há que se mencionar a existência de grupos linguísticos que resistem às pressões exercidas pelo grupo majoritário, com consequente manutenção de sua língua como forma de autoafirmação e/ou defesa de identidade. Essa questão, de interesse fulcral para esta pesquisa, será analisada adiante. Antes, porém, é preciso abordar outros importantes tópicos relacionados aos contatos linguísticos, os quais nos ajudam a pensar nos temas desta investigação.

4.2 Consequências do contato de línguas

O contato entre línguas envolve os indivíduos, as línguas e/ou os grupos integrantes do processo. Embora essas três possibilidades de estudo estejam estreitamente relacionadas, podemos enfatizar: i) o sujeito bilíngue, a aquisição da linguagem por eles etc., no âmbito individual; ii) as consequências do contato para as línguas envolvidas, originando processos como os empréstimos, os fenômenos de alternância linguística (*code-switching*, *code-mixing*) ou as mudanças na estrutura das línguas envolvidas, no âmbito linguístico; e iii) a diglossia¹⁹, a manutenção ou a perda linguística etc., no âmbito social.

Nesta investigação, tratamos especialmente dos contatos linguísticos no nível social, mas também se faz necessário abordar quem são os nossos sujeitos e como esse contato os afetou, o que consta do próximo tópico

4.2.1 Bilinguismo e o sujeito bilíngue

A partir do século XX, a noção de bilinguismo tornou-se mais ampla e, conseqüentemente, mais difícil de conceituar. De um lado, temos Bloomfield (1933, *apud* MONTRUL, 2013), que define o bilíngue como aquele que tem o domínio de duas línguas como se fosse um falante nativo. Por outro lado, Macnamara (1967, *apud* MONTRUL, 2013), opõe-se a tal definição, que inclui apenas os bilíngues perfeitos,

¹⁹ A diglossia será tratada mais detalhadamente no item 4.2.2.

propondo que um indivíduo bilíngue é alguém que possui competência mínima em uma das quatro habilidades (falar, ouvir, ler e escrever) em uma língua diferente de sua língua nativa.

A partir destes dois extremos, encontram-se outras definições, como a de Weinreich (1970 [1953], p. 1), que define que “a prática do uso alternado de duas línguas será chamada de bilinguismo, e as pessoas envolvidas, bilíngues”²⁰. Para Appel e Muysken (1996, p. 11), “qualquer pessoa que empregue duas ou mais línguas em alternância é bilíngue”²¹, não importando as habilidades linguísticas do falante, uma vez que, segundo os autores, é raro encontrar um bilíngue que tenha a mesma proficiência em duas línguas.

De fato, García (2009) ressalta que os modelos subtrativo e aditivo têm se mostrado insuficientes para explicar as formas como os bilíngues realmente usam e adquirem a linguagem. A autora propõe que “o bilinguismo pode ser melhor percebido como dinâmico, uma vez que as práticas linguísticas dos bilíngues são aprendidas em contextos sociais específicos e são múltiplas e sempre se ajustando ao terreno multimodal multilíngue do ato comunicativo”²² (GARCÍA, 2009, p. 53).

Acrescenta-se a isto o fato de que raramente um bilíngue terá a mesma competência em escrever, ler, falar e compreender ambas as línguas em todas as situações. Assim, é raro que haja bilíngues que sejam igualmente fluentes em suas línguas: uns falam uma língua melhor do que outra, outros usam uma de suas línguas em uma situação específica, e outros podem somente ler ou compreender em uma das línguas que falam (GROSJEAN, 2001, p. vii).

Segundo Grosjean (2001), as diferenças quanto ao domínio linguístico do sujeito bilíngue ocorrem por dois motivos: i) a maioria dos bilíngues usa suas línguas para diferentes propósitos e funções; e ii) geralmente, os bilíngues têm uma língua dominante. Por outro lado, a capacidade de dominar duas ou mais línguas pode ser alterada de acordo com a idade e o contexto da aquisição, o grau de uso das línguas, a escolarização do indivíduo, seu trabalho, seu local de residência, o tipo de amigos – bilíngues ou não – que tem etc. (FISHMAN, 1979).

²⁰ No original: “the practice of alternately using two languages will be called bilingualism, and the persons involved, bilingual”.

²¹ No original: “cualquiera que emplee dos o más lenguas en alternancia es bilingüe”.

²² No original: “the bilingualism might be better perceived as dynamic since the linguistic practices of bilinguals are learned in specific social contexts and are multiple and ever adjusting to the multilingual multimodal terrain of the communicative act”.

A partir das diferenças entre a aquisição e o uso da segunda língua (L2), De Heredia (1989) propõe a seguinte classificação desses sujeitos:

- a) *Bilíngues fluentes*. Estes têm um domínio das duas línguas comparável ao dos monolíngues e têm habilidades em ambas as línguas, tanto receptivas quanto produtivas;
- b) *Bilíngues não fluentes*. São os que apresentam alguma dificuldade em seu desempenho linguístico. Por exemplo, um bilíngue que "compreende tudo em uma língua sem que, nesta, [...] queira ou possa se expressar" (DE HEREDIA, 1989, p. 184);
- c) *Bilíngues precoces*. Estes adquirem a segunda língua na infância. A autora divide este bilinguismo em:
 - i) *bilinguismo precoce simultâneo*. Quando a aquisição da segunda língua se dá entre 0 e 5 anos. Ocorre, geralmente, nos casamentos mistos, em que os filhos aprendem duas línguas ao mesmo tempo. Eles têm duas línguas maternas e se dirigem ao pai na língua dele e à mãe na língua dela. Durante muito tempo, este bilíngue foi considerado ideal, uma vez que teria competência nas duas línguas como um monolíngue;
 - ii) *bilinguismo precoce sucessivo*. É o caso de filhos de imigrantes ou de casais residindo temporariamente no exterior. Neste caso, normalmente o *status* das línguas é desigual – a língua oficial do país hospedeiro tem mais prestígio que a língua materna – e os seus domínios de uso são diferentes, o que irá influenciar o desenvolvimento das línguas. À medida que a criança se socializa, a língua materna normalmente perde espaço para a língua majoritária. Em famílias de imigrantes, também é comum ocorrerem casos de *bilinguismo precoce simultâneo*, quando a criança tem irmãos mais velhos. Nesta situação, os irmãos mais velhos poderão tratar-se na língua majoritária e se dirigirem a seus pais na sua língua de origem, e/ou as crianças poderão compreender o que seus pais dizem na língua materna, mas

dirigirem-se a eles na língua majoritária, desenvolvendo o bilinguismo receptivo.

- d) *Bilíngues tardios*. Aqueles que aprendem a segunda língua depois da infância. O normal aqui é que pelo menos traços da língua materna permaneçam na gramática da segunda língua.

Montrul (2013, p. 9-15) é outra autora que propõe fatores que definem e classificam o bilinguismo. Apesar das semelhanças com a classificação de De Heredia (1989), Montrul (2013) faz algumas atualizações. Os fatores são:

1) *A idade da aquisição*:

De acordo com a idade em que se dá a aquisição da segunda língua, teremos:

- a) o *bilinguismo precoce*: quando a aquisição de L2 se dá na infância (do nascimento até mais ou menos 12 anos). A autora divide este tipo de bilinguismo em: *bilinguismo simultâneo*, quando a criança adquire duas (ou mais) línguas ao mesmo tempo, como é o caso das famílias bilíngues; e *bilinguismo sequencial*, quando a L2 é adquirida na infância, mas depois da primeira;
- b) o *bilinguismo tardio*: quando a aquisição da segunda língua ocorre após a idade de 12 anos, o que vai impactar a fluência do sujeito na L2.

2) *O contexto da aquisição*:

Segundo Montrul (2013), os bilíngues simultâneos aprendem duas línguas ao mesmo tempo, na família, de diversas formas: i) a criança vive com um dos pais que é bilíngue e se dirige a ela nas duas línguas; ii) um dos pais fala uma língua e o outro fala outra e cada qual se dirige à criança em sua língua; iii) ambos os pais são bilíngues e falam com os filhos nas línguas que sabem; iv) a língua dos pais – ou avós – é diferente da língua dos irmãos e/ou primos. Todas essas situações implicam um contexto diferenciado de uso das duas línguas veiculadas na família.

Já os bilíngues sequenciais, normalmente, adquirem sua segunda língua fora de casa, na vizinhança – no caso de famílias imigrantes – ou no ambiente escolar, quando as crianças frequentam a pré-escola. Nesses casos, a segunda língua é adquirida apenas na modalidade oral, mas pode dar-se a aquisição da escrita em L2, se a criança for exposta à alfabetização/escolarização formal nessa língua.

Quanto aos bilíngues tardios, esses podem adquirir sua L2 em um contexto formal – em escolas regulares e/ou de idiomas – ou em um contexto natural – caso de pessoas que migram para uma região onde se fala uma língua diferente da sua –, ou em ambos os contextos.

3) *O grau de uso das línguas:*

Neste caso, o uso das línguas vai depender da forma como se deu a aquisição de L2: “A idade e o contexto de aquisição das duas línguas de um bilíngue também podem determinar como e quando a pessoa bilíngue usa as duas línguas em sua vida cotidiana”²³ (MONTRUL, 2013, p. 11). Assim, se uma criança passa mais tempo com um dos pais que fala uma determinada língua, esta será mais utilizada. No caso de famílias de imigrantes, a partir da socialização da criança, a língua do país de acolhimento deverá ser a majoritariamente usada. A autora conclui: “[...] o uso da língua varia muitíssimo de acordo com a idade, o contexto de aquisição e a situação pessoal e social do indivíduo. Nem sempre é possível usar as duas línguas no cotidiano”²⁴ (MONTRUL, 2013, p. 11).

4) *O nível de conhecimento das duas línguas:*

Todas as situações elencadas vão exercer influência no nível de conhecimento de uma língua pelo sujeito bilíngue. Se este tiver um nível de conhecimento muito alto e idêntico das duas línguas, ele será considerado um bilíngue *equilibrado*²⁵. Caso uma

²³ No original: “La edad y el contexto de adquisición de las dos lenguas de un bilingüe también pueden determinar cómo y cuándo la persona bilingüe usa las dos lenguas en la vida cotidiana”.

²⁴ No original: “[...] el uso de la lengua varía muchísimo según la edad, el contexto de adquisición, y la situación personal y social del individuo. No siempre es posible usar las dos lenguas en la vida diaria”.

²⁵ Montrul (2013, p. 11) contesta a definição de bilíngue dada por Bloomfield (1933). A autora afirma que, ainda que existisse um bilíngue como queria Bloomfield, a realidade é que os bilíngues, em sua maioria, inclusive aqueles que têm um conhecimento muito alto das duas línguas, são *desequilibrados*.

das línguas seja dominante, ele será classificado como bilíngue *desequilibrado*. Os exemplos citados pela autora estão relacionados à especialização do uso de ambas as línguas: uma pode servir para a comunicação diária, ao passo que a outra pode destinar-se ao exercício da profissão ou aos estudos do bilíngue.

Em linhas gerais, a partir dos fatores expostos neste subitem, podemos concluir que, em uma comunidade bilíngue, os falantes comumente apresentarão diferentes comportamentos linguísticos, conforme a idade em que adquiriram a segunda língua, suas aptidões e os contextos de uso das línguas. Como afirma Montrul (2013, p. 31), “o grau de bilinguismo, o uso de cada língua e a manutenção das duas línguas em uma sociedade bilíngue estão ligados a muitos fatores políticos e sociais”²⁶. Esses fatores nos auxiliam a compreender as dinâmicas que ocorreram na comunidade de São Bento de Urânia e que culminaram na sua realidade sociolinguística atual, de que trataremos adiante.

Por fim, cabe aqui a observação de que os usos linguísticos não são aleatórios. O que ocorre, geralmente, é uma especialização desses usos, no sentido de que as duas línguas não são utilizadas para os mesmos propósitos ou nas mesmas funções. Quando essas diferenças são oficializadas ou, pelo menos, normalizadas, temos o que se chama *diglossia*, que é o nosso próximo tópico.

4.2.2 *Diglossia*

O termo *diglossia* é amplamente discutido na literatura dos contatos linguísticos. Originalmente, conforme Ferguson (1974 [1959]), a *diglossia* é um fenômeno social em que, em uma mesma comunidade linguística, as pessoas utilizam duas ou mais variedades de uma mesma língua, cada uma desempenhando um papel definido. Segundo o autor²⁷,

[...] *diglossia* é uma situação linguística relativamente estável na qual, além dos dialetos principais da língua (que podem incluir um padrão ou padrões regionais), há uma variedade superposta, muito divergente, altamente codificada [...], veículo de um grande e respeitável corpo de literatura escrita, quer de um período anterior, quer de outra comunidade linguística, que é aprendida principalmente através da educação formal e usada na maior parte

²⁶ No original: “El grado de bilinguismo, el uso de cada lengua y el mantenimiento de las dos lenguas en una sociedad bilingüe están ligados a muchos factores políticos y sociales”.

²⁷ Esse conceito de *diglossia* foi elaborado por Ferguson (1974 [1959], p. 100) em um estudo que ele chama de “preliminar”.

da escrita e da fala formal, mas que não é usada por nenhum setor da comunidade na conversação usual (FERGUSON, 1974 [1959], p. 111).

Pela definição acima, vemos que uma questão central da discussão da diglossia é a hierarquia entre as variedades, que possuem um *status* social determinado e, portanto, um conjunto específico de usos: em determinadas situações sociais, somente o uso da variedade *alta* (H, de High) é aceito, ao passo que, em outras, a variedade *baixa* (L, de Low) é utilizada. Segundo Ferguson (1974), a sobreposição das duas, se existir, é pequena e sutil.

O conceito de *diglossia* estabelecido por Ferguson (1974) foi mais tarde revisto e ampliado por Fishman (1979), que, ao revê-lo, relaciona a diglossia ao bilinguismo e elimina a noção de que, para haver diglossia, as variedades precisariam ser aparentadas. Na definição de Fishman (1979), a *diglossia* passa a abarcar línguas diferentes, e não apenas variedades. Na relação bilinguismo x diglossia, surgem quatro possibilidades de combinações, conforme o quadro a seguir.

Quadro 3: Relação entre diglossia e bilinguismo

		Diglossia	
		+	-
Bilinguismo	+	1. bilinguismo com diglossia	2. bilinguismo sem diglossia
	-	3. diglossia sem bilinguismo	4. nem diglossia nem bilinguismo

Fonte: Fishman, 1979, p. 121.

Especificamente, temos:

- 1) **Bilinguismo com diglossia.** Esta situação surge quando há a coexistência de duas línguas, distribuídas de maneira estável e com funções sociais distintas. Por exemplo, em comunidades nas quais praticamente todos os membros conhecem ambas as línguas, H e L, Fishman chama de “bilinguismo estendido” (1979, p. 121). Para que essa situação se dê, H e L devem estar distribuídas da maneira típica da diglossia, em uma comunidade bastante grande, cujos membros dispõem de um leque de funções e têm acesso fácil a elas.

- 2) **Bilinguismo sem diglossia.** Neste caso, a alternância no uso das línguas é instável e ocorre conforme os assuntos tratados e a situação em que ocorre o diálogo e os papéis dos interlocutores. Para acontecer essa situação, a comunidade tem que apresentar muitos indivíduos bilíngues, que utilizam qualquer uma das duas línguas para qualquer finalidade. É possível que nessa comunidade:
- (i) surja uma nova língua, advinda da junção de H e L, se forem parecidas; ou
 - (ii) ocorra a substituição de uma língua por outra, se H e L forem estruturalmente diferentes.
- 3) **Diglossia sem bilinguismo.** Aqui se verifica a separação absoluta das funções das línguas, em que o domínio de cada uma delas pertence a grupos sociais específicos. Dessa forma, um grupo ou mais falará(m) somente a língua H e outro(s) grupo(s), a língua L. As fronteiras grupais são relativamente impermeáveis, e os repertórios linguísticos são limitados, devido à especialização funcional das línguas envolvidas. Os grupos "não formam uma comunidade linguística única e seus repertórios linguísticos são descontínuos" (FISHMAN, 1979, p. 128). Geralmente, essa separação está relacionada à divisão socioeconômica dos grupos.
- 4) **Nem diglossia, nem bilinguismo.** Esta situação ocorre apenas quando há o isolamento absoluto da comunidade linguística, sem a presença de contato linguístico e cultural. Segundo Fishman (1979), é muito difícil achar uma comunidade na qual haja somente uma língua ou uma variedade linguística. Para tanto, a comunidade teria que ser muito pequena, isolada, autossuficiente e socialmente igualitária. Nenhuma variedade/língua diversa pode aparecer e não pode haver contato regular com outra comunidade linguística (FISHMAN, 1979).

Fishman (1979) faz uso do termo *diglossia* sem fazer restrições ao grau de diferenças estruturais entre as línguas, que podem ser desde diferenças estilísticas sutis até duas línguas sem nenhum tipo de relação, como as propostas por Ferguson (1974 [1959]). Contudo, ambos os autores concordam quanto à distribuição funcional das variedades/línguas na comunidade linguística, pois acreditam que H tende sempre a ser usada para contextos sociais mais formais e L, para contextos mais pessoais.

Para Fasold (1996), as alterações de Fishman (1979) à proposta de Ferguson (1974 [1959]) abrangem dois sentidos, considerados muito importantes. Em primeiro lugar, Fishman (1979) coloca menos ênfase na importância de haver apenas duas variedades na comunidade linguística. Tal proposta permite a presença de vários códigos separados, ainda que sua separação esteja ligada à distinção entre as línguas H e L. E, em segundo lugar, não restringe a diglossia a um meio-termo.

Fasold (1996) ressalta a importância da noção fergusoniana clássica de diglossia e a toma como um "ponto médio útil" (1996, p. 101) para inserir seu conceito de *diglossia ampla*. Essa noção foi construída a partir de quatro questões levantadas pelo autor sobre a descrição conceitual de Ferguson (1974 [1959]):

I – *A questão referente à convivência entre a língua standard e suas variedades.* Para Ferguson (1974), o mais importante na identificação da diglossia é não haver nenhum setor da sociedade que use a variedade/língua H em conversação diária. Fasold (1996) explica sua visão relativa à convivência propondo a noção de *comunidade diglóssica* – aquela que compartilhará não somente a variedade/língua H, mas também L.

II – *A binaridade do sistema diglóssico.* Fasold (1996) aponta sociedades nas quais não temos simplesmente H de um lado e L de outro. O autor assinala a existência de

(1) Uma diglossia com dupla superposição de línguas. Para compreender essa situação, o autor cita o caso da Tanzânia, onde são utilizados o inglês, o *suahelí* e as línguas vernáculas, e onde foi identificada uma diglossia com dupla superposição de

línguas. As línguas vernáculas são aprendidas no seio da família e usadas nos domínios mais pessoais, com familiares e amigos dentro do grupo local. O *suahelí* é aprendido e usado na escola primária. Todavia, as crianças devem aprender o inglês para avançar nos estudos ou ascender socialmente.

- (2) Diglossia com esquema duplo. Essa situação é explicada por Fasold (1996) com o exemplo de Khalapur, cidade do norte da Índia onde ocorre um segundo nível de relações diglósicas dentro das principais línguas – H (*Hindí*) e L (*Khalapur*). Dentro do *Khalapur* há subvariedades cujos nomes locais significam *fala vulgar (moti boli)* e *fala limpa (saf boli)*. Conforme analisa Fasold (1996), tais línguas estão relacionadas caracteristicamente por diglossia e se mostram num *continuum* que pode apresentar-se ora em uma variedade alta (*hindí*) ora em uma variedade baixa (*moti boli*). Observa-se, então, uma pequena diglossia dentro de uma grande diglossia.
- (3) A poliglossia contínua. É possível verificar essa situação em comunidades que têm em seu repertório linguístico diferentes línguas. Como exemplo, o autor cita a comunidade chinesa residente em Singapura e na Malásia, educada em inglês. Trata-se de um trio diglósico, em que há uma ou mais variedades altas, uma ou mais variedades médias e uma ou mais variedades baixas. Nesse caso, encontra-se: 1) uma língua materna (línguas chinesas faladas na Malásia); 2) uma língua chinesa da região (língua franca); 3) o inglês malaio formal; 4) o inglês malaio coloquial; 5) o malaio normatizado; e 6) o malaio (língua franca).

III – *Relação estrutural entre as línguas*. Fasold (1996) propõe que a diglossia pode também envolver línguas distintas, citando o exemplo da Malásia e da Tanzânia.

IV – *Função das variedades/línguas*. Esta noção traz o questionamento da distribuição funcional das variedades/línguas H e L. Ferguson (1974 [1959]) afirma que elas têm funções distintas, que não se

sobrepõem; caso isso ocorra, é de maneira sutil. Contudo, Fasold (1996) questiona esse fato, uma vez que a variedade/língua L pode ser a língua da escola primária.

Diante dos apontamentos de Fasold (1996) sobre as noções de diglossia de Ferguson (1974), aquele autor propõe seu conceito de diglossia ampla, que

[...] consiste em reservar os segmentos mais estimados do repertório linguístico de uma comunidade (que não são os primeiros a serem aprendidos, mas são aprendidos mais tarde e com mais consciência, geralmente na educação formal) para situações que parecem mais formais e distantes, e reservar os segmentos menos valorizados (que são os primeiros a serem aprendidos, com pouco ou nenhum esforço consciente), que podem ter algum grau de relacionamento linguístico com os segmentos mais valorizados (de diferenças estilísticas a diferentes idiomas), para as situações percebidas como mais informais e íntimas²⁸ (FASOLD, 1996, p. 100).

As definições acima não fazem qualquer menção aos muitos conflitos de que as situações de diglossia dão testemunho. Calvet (2002) critica o fator *estabilidade*, citado por Ferguson (1974 [1959]), entendido como uma harmoniosa e durável convivência das variedades H e L. Segundo Calvet (2002), isso não é necessariamente verdade, pois a harmonia muitas vezes não existe e, além disso, as situações de diglossia estão em constante evolução. Assim, as primeiras noções de diglossia que surgiram requerem uma análise mais profunda das normas sociais implicadas.

Aplicando o que expusemos até aqui sobre bilinguismo e diglossia à realidade sociolinguística de São Bento de Urânia, observamos que há usos funcionalmente distintos entre as duas línguas, isto é, existe uma forma de diglossia na comunidade, como exposto acima. A língua baixa (L), o vêneto, é usada somente em situações informais, no lar, na lavoura e/ou em outro local em que os falantes se sintam à vontade, ao passo que a língua alta (H), o português, é utilizada nos demais ambientes, inclusive em casa, entre os familiares.

²⁸ No original: “[...] consiste en reservar los segmentos más estimados del repertorio lingüístico de una comunidad (que no son los primeros que se aprenden, sino que se aprenden más tarde y más conscientemente, normalmente en la educación formal) para las situaciones que se sienten como más formales y distantes, y reservar los segmentos menos valorados (que son los primeros que se aprenden, con poco o ningún esfuerzo consciente), los cuales pueden tener cualquier grado de relación lingüística con los segmentos más valorados (desde diferencias estilísticas hasta ser diferentes lenguas), para las situaciones percibidas como más informales e íntimas”.

Essa realidade evidencia que a língua portuguesa avançou sobre a vêneta em todos os domínios de uso, fazendo com que o bilinguismo na comunidade desapareça, se não forem feitos esforços em prol da manutenção da língua minoritária. A força da língua portuguesa decorreu, sobretudo, de seu *status* social, de sua difusão nacional e dos vários tipos de repressão pelos quais as línguas minoritárias passaram na história de nosso país, como a Campanha de Nacionalização²⁹, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945).

Assim, percebemos que a diglossia é um fenômeno que envolve as atitudes linguísticas e os sentimentos de identidade e de solidariedade desses falantes, como trataremos à frente. A seguir, abordaremos outra importante perspectiva dos estudos de contato entre línguas no nível social.

4.3 Os fatores de manutenção ou de substituição linguística

Um tema que se revela de fundamental importância para esta pesquisa é o da manutenção vs. a substituição linguística, que estão estreitamente vinculadas à forma como os grupos se relacionam com sua cultura, sua identidade e sua língua.

As expressões *language maintenance and language shift*³⁰ foram referidas primeiramente por Fishman (1966), designando duas consequências possíveis para uma língua em contato com outra(s). Antes, porém, de avançarmos na discussão sobre manutenção ou substituição linguística, cabe aqui esclarecer que os fatores que levam ao primeiro processo são, basicamente, os mesmos que levam ao segundo. Dessa forma, são as atitudes do grupo de falantes ou as políticas a favor ou contra uma língua que irão selar o seu futuro. Isso posto, voltemos ao tema de nossa pesquisa, tratando especificamente da substituição linguística, que foi o que ocorreu em São Bento de Urânia.

Os fatores que originam a substituição linguística são de ordem social, como lembra Weinreich (1970 [1953]), uma vez que não há motivações estritamente linguísticas para isso. Ela ocorre quando os membros de uma comunidade decidem,

²⁹ Conjunto de medidas tomadas durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) para diminuir a influência das comunidades de imigrantes estrangeiros no Brasil e forçar sua integração junto à população brasileira.

³⁰ Outros termos relacionados ao processo de substituição de línguas, apontados por Fishman (1992), são *language loss* (perda linguística), *language attrition* (atrito linguístico), *language replacement* (substituição linguística) e *language displacement* (deslocamento linguístico).

por livre e espontânea vontade ou por pressão, empregar a língua majoritária do local de residência, abandonando a sua língua materna (FISHMAN, 1979; APPEL; MUYSKEN, 1996; FASOLD, 1996). Esse processo, normalmente, não é repentino; ele ocorre gradualmente, durante décadas. Baker e Jones (1998) afirmam ainda que esse processo envolve uma mudança cultural, pois: a) uma língua indexa sua cultura; b) uma língua simboliza sua cultura; e c) a cultura é parcialmente criada por sua língua. Segundo esses autores, a substituição de uma língua ocorre quando ela tem menos poder e prestígio, sendo preterida em favor daquela que tem mais poder. Com isso, a língua majoritária passa a ser usada comumente nas diferentes esferas da comunicação dentro da comunidade.

Fasold (1996) aponta os fatores que indicam que está havendo a substituição de uma língua: i) a diminuição de suas funções, nos diferentes contextos de uso; ii) a redução do número de falantes e a sua concentração na comunidade; e iii) a perda gradual da fluência dos falantes. Contudo, a substituição não é inevitável; ela pode ser detida no âmbito familiar, com o uso da língua recebida como herança de seus antepassados. Por isso, não se pode determinar a substituição linguística, conforme aponta Fasold (1996):

[...] ainda que muitos dos fatores sociológicos frequentemente citados estão presentes quando ocorre uma substituição linguística, sempre é muito fácil encontrar exemplos de sociedades que conservaram sua língua, ainda que estivessem submetidas a esses mesmos fatores³¹ (FASOLD, 1996, p. 328).

No tocante a São Bento de Urânia, essa comunidade, assim como outras de imigrantes, no Espírito Santo, apresenta uma evidente substituição da língua de seus ascendentes, obedecendo à Lei da Terceira Geração. Em Cominotti (2015), fizemos uma análise geral dos fatores que contribuíram para essa substituição. No entanto, fez-se necessário aprofundarmo-nos em alguns que se mostraram mais relevantes, o que será tratado adiante. Entre os fatores de manutenção/substituição linguística apontados por Weinreich (1970 [1953]), Giles *et al.* (1977), Fishman (1979, 2006), Romaine (1995), Appel e Muysken (1996), Fasold (1996), Baker e Jones (1998), Frosi (1998), Couto (2009), Montrul (2013) entre outros, temos:

³¹ No original: “[...] pese que muchos de los factores sociológicos que se citan más a menudo están presentes cuando ocurre un cambio de lengua, siempre es muy fácil encontrar ejemplos de sociedades que han conservado su lengua pese a estar sometidas a esos mismos factores”.

- I - *Os domínios ou âmbitos de uso da língua* – são espaços – físicos ou sociais – que podem influenciar a escolha de uma língua pelos falantes. Sua importância é enorme para o processo de manutenção ou substituição linguística: “Quando a língua minoritária é usada em menos âmbitos, seu valor diminui. Isso, por sua vez, diminuirá a motivação dos indivíduos mais jovens para aprendê-la e usá-la.”³² (APPEL; MUYSKEN, 1996, p. 63). Entre os domínios da língua, o ambiente familiar e a religião são dois dos mais decisivos para manutenção de uma língua minoritária.
- II - *Localização da comunidade* – o grau de isolamento de uma comunidade pode ser um fator de manutenção linguística, uma vez que os seus habitantes, devido à pouca intensidade e variedade dos contatos com falantes da língua majoritária, serão menos propensos à substituição linguística (ROMAINE, 1995).
- III - *Tamanho da comunidade* – este fator faz referência ao número de membros de um grupo linguístico minoritário e sua distribuição geográfica. No geral, a concentração do grupo em uma determinada área é mais oportuna para a manutenção. Quanto ao número de falantes, tem-se que uma população pequena tenderá a substituir sua língua materna com mais rapidez.
- IV - *O caráter permanente ou temporário da imigração* – uma permanência curta das pessoas no território estrangeiro pode manter a língua de imigração sendo falada. Ao contrário, quando a pretensão do grupo é fixar-se no país de acolhimento, aprender e usar a língua aí falada ganha importância.
- V - *Os matrimônios* – os matrimônios interétnicos ou exogâmicos podem levar à substituição de uma língua muito rapidamente.
- VI - *A (dis)similaridade linguística e cultural entre os grupos* – quando se trata de línguas/culturas similares em contato, o grupo de menor prestígio tende a absorver a língua/cultura mais proeminente.
- VII - *O apoio institucional* – trata-se do modo pelo qual a língua minoritária está representada nas diferentes instituições do país receptor, como os

³² “Cuando la lengua minoritaria se usa en menos ámbitos, su valor decrece. Esto, a su vez, disminuirá la motivación de los individuos más jóvenes para aprenderla y usarla”

meios de comunicação, serviços governamentais e administrativos e a escola, a qual está muito próxima da população minoritária. Weinreich (1970 [1953]) afirma que a substituição linguística é mais rápida entre os que têm maior escolaridade.

VIII - *O status da língua e do grupo de falantes* – Fishman (1979) afirma que, em contextos multilíngues, surgem valorações da língua minoritária que se referem, na verdade, aos costumes e às contribuições culturais dos falantes dessas línguas. A partir disso, as línguas são consideradas bonitas, feias, ricas, pobres etc. O *status* pode ser subdividido em três categorias:

- a) *O status econômico do grupo* – este é considerado um fator muito importante em quase todos os estudos sobre manutenção/substituição linguística, uma vez que pode afetar negativamente a língua minoritária, quando seus usuários pertencerem à classe econômica baixa. A língua, nesse caso, tenderá a sofrer estigma, pois estará relacionada a pessoas pobres, tradicionais, antiquadas, que não são capazes de suportar a realidade da vida econômica moderna.
- b) *O status social e histórico do grupo* – este *status* está muito ligado ao econômico, pois o *status* social de um grupo depende de seu poder econômico. Com respeito ao *status* histórico do grupo, os estudos de contato linguístico apontam que muitos povos, em tempos passados, tiveram que defender sua identidade étnica ou sua independência e acabaram por converter sua língua e sua cultura em símbolos mobilizadores que inspiraram a luta por seus interesses comuns. Daí ser mais fácil a manutenção de sua língua e cultura; e
- c) *O status linguístico* – este tipo de *status* se apresenta sob duas faces: uma emitida dentro da comunidade e outra emitida fora dela. Assim, se o grupo minoritário falar uma língua estigmatizada pela sociedade envolvente, a avaliação do *status* da língua, dentro e fora do grupo, tenderá a ser baixa; se a língua for de tradição

literária e tiver prestígio, esta deverá ser mais respeitada, e as chances de ela se manter serão mais altas.

IX - *Substituição/Morte da língua* – a morte da língua pode acontecer quando todos os seus falantes morrem, como ocorre com várias línguas indígenas no Brasil, ou quando o(s) grupo(s) de falantes substituem sua língua pela majoritária na região de residência. Nesse caso, como vimos, a língua minoritária vai perdendo funções, passando a ser utilizada em cada vez menos domínios. Outra característica é a diminuição da competência dos falantes³³.

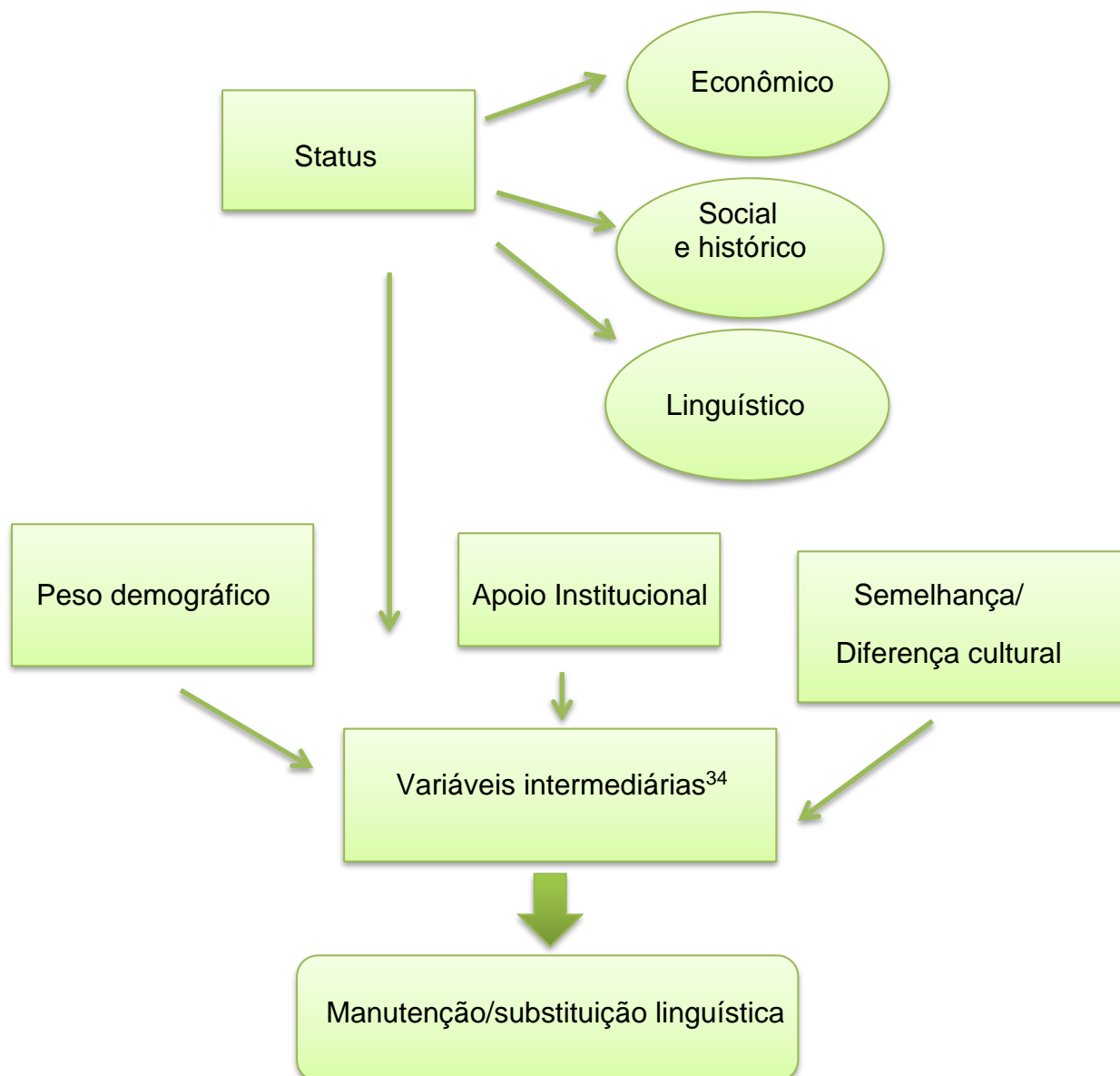
Entre os fatores elencados acima, Appel e Muysken (1996, p. 60) apontam os principais: o *status*, o peso demográfico e o apoio institucional, os quais são capazes de garantir a manutenção ou provocar a substituição de uma língua. Além desses três, Giles *et al.* (1977) indicam outro, a semelhança/diferença linguística e cultural entre o povo minoritário e o majoritário: quanto mais similares, maior é a tendência para a substituição linguística. E, para Fishman (1979), os processos de manutenção ou substituição linguística estão intrinsecamente relacionados a outros, tais como os psicológicos, sociais e culturais: a “urbanização ou ruralização, a industrialização ou seu abandono, o nacionalismo ou desetnificação, a revitalização religiosa ou a secularização” (FISHMAN, 1979, p. 149).

Fishman (1979) ainda cita a importância das atitudes dos falantes e dos não falantes para com as línguas em contextos multilíngues. Nestes, a valoração das línguas é a mesma do *status* socioeconômico, dos costumes e das contribuições culturais de seus falantes. A partir daí, as línguas são tachadas como bonitas, feias, ricas, pobres etc. Assim, são os comportamentos dos falantes diante de sua língua que os direcionarão às condutas afetivas (lealdade e simpatia, por exemplo); à regularização dos usos e da proibição de falar a língua; e à consciência linguística.

A seguir, na Figura 2, apresentamos um esquema elaborado por nós, a partir de Appel e Muysken (1996, p. 60), ilustrando a correlação entre os principais fatores de manutenção/substituição linguística.

³³ Esse assunto será abordado mais detalhadamente à frente.

Figura 2: Esquema dos processos de manutenção/substituição linguística



Fonte: Elaborado pela autora (2020), adaptado de Appel e Muysken (1996, p. 60)

Baker e Jones (1998, p. 182) apresentam um quadro sintético com os fatores de manutenção/substituição linguística, que traduzimos, adaptamos e reproduzimos a seguir.

³⁴ Segundo Appel e Muysken (1996), dentro das variáveis intermediárias está incluído o significado social da língua ou variedades linguísticas e o status que os falantes querem alcançar ao escolhê-las, assegurando assim sua própria identidade e as redes de comunicação social em que os falantes estejam incluídos.

Quadro 4: Fatores de manutenção/substituição linguística

FATORES POLÍTICOS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS DE MANUTENÇÃO LINGUÍSTICA	FATORES POLÍTICOS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS DE SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA
<ol style="list-style-type: none"> 1. O grande número de falantes que vivem juntos. 2. A imigração é recente e contínua. 3. Os falantes continuam perto da pátria e têm facilidade de viajar à terra natal. 4. Possibilidade e vontade de retornar à terra ancestral. 5. Há uma comunidade linguística intacta na terra natal. 6. Estabilidade na ocupação. 7. Empregos disponíveis no território onde a língua é falada em casa diariamente. 8. Baixa mobilidade social e econômica nas principais ocupações. 9. Baixo nível de educação para restringir a mobilidade social e econômica, mas os líderes da comunidade, mesmo com alta escolaridade, são leais à sua comunidade linguística. 10. Identidade ligada ao grupo étnico, sem ligação identitária com a comunidade de língua majoritária via nativismo, racismo, isolamento ou discriminação étnica. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pequeno número de falantes dispersos. 2. A imigração será longa e estável. 3. Pátria natal remota ou inacessível. 4. Baixa taxa de retorno à terra natal e/ou pouca intenção de voltar e/ou impossibilidade de voltar. 5. A comunidade linguística da terra de origem está em declínio. 6. Mudança profissional, em especial das zonas rurais para as áreas urbanas. 7. Emprego que requer o uso da língua majoritária. 8. Alta mobilidade social e econômica nas principais ocupações. 9. Alto nível de educação, gerando mobilidade social e econômica. 10. A identidade étnica é negada para alcançar a mobilidade social e profissional, o que é forçado pelo nativismo, racismo, isolamento e discriminação étnica.
<p>FATORES CULTURAIS DE MANUTENÇÃO LINGUÍSTICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Instituições que usam a língua minoritária (por exemplo, escolas, mídias, organizações comunitárias). 2. Cerimônias culturais e religiosas na língua minoritária. 3. Identidade étnica fortemente ligada à língua materna. 4. Aspirações nacionalistas como um grupo linguístico. 5. Língua materna como língua nacional. 6. Apego emocional à língua materna, gerando autoidentidade e etnia. 7. Ênfase em laços familiares e de coesão da comunidade. 8. Ênfase na educação em escolas de língua materna para aumentar a consciência étnica. 9. Baixa ênfase na educação, se na escola se usar a linguagem da maioria. 10. Cultura diferente da cultura da língua majoritária. 	<p>FATORES CULTURAIS DE SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de instituições na língua materna. 2. Atividades religiosas e culturais na língua majoritária. 3. Identidade étnica definida por fatores outros que não a língua minoritária. 4. Pouca ou nenhuma aspiração nacionalista. 5. A língua materna não é a língua nacional. 6. Autoidentidade derivada de fatores outros que não a língua. 7. Baixa ênfase em laços familiares e comunitários. Grande ênfase na realização individual. 8. Ênfase na educação de língua majoritária. 9. Aceitação da educação na língua majoritária. 10. Cultura e religião similares à cultura da terra de acolhimento.
<p>FATORES LINGUÍSTICOS DE MANUTENÇÃO LINGUÍSTICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A língua materna existe na forma escrita e é padronizada. 2. O uso de um alfabeto que permite o acesso aos materiais escritos de forma relativamente barata e fácil, no sentido da aprendizagem. 3. A língua materna tem <i>status</i> internacional. 4. A língua da alfabetização é usada na comunidade e na pátria. 5. Há flexibilidade no desenvolvimento da língua minoritária (por exemplo, o uso limitado de novos termos da linguagem majoritária). 	<p>FATORES LINGUÍSTICOS DE SUBSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A língua minoritária não tem a forma escrita e não é padronizada. 2. A utilização de um sistema que é caro para ser reproduzido e relativamente difícil de aprender a escrever. 3. Língua materna de pouca ou nenhuma importância internacional. 4. Analfabetismo na língua minoritária. 5. Não existe tolerância a novos termos da língua majoritária, ou tolerância demais a empréstimos, que conduzem à mistura e, eventualmente, à perda linguística.

FONTE: Baker e Jones, 1998, p. 182 – adaptado.

Muitos dos fatores apontados acima contribuíram para o processo de substituição gradativa do vêneto no distrito de São Bento de Urânia; todavia, essa língua ainda é empregada em alguns domínios. Também percebemos, entre os moradores, um sentimento positivo de pertencimento às origens italianas e o orgulho de serem descendentes desses imigrantes (COMINOTTI, 2015). Por outro lado, a identificação com suas raízes não foi suficiente para que os uranienses sentissem a necessidade de que seus filhos também utilizassem a língua vêneta. Diante disso, os membros da terceira e da quarta geração dos imigrantes em São Bento de Urânia, embora compreendam a língua dos pais e avós, não promoveram a sua transmissão a seus descendentes, gerando uma perda significativa do vêneto.

Por fim, é oportuno especificar que a vitalidade de uma língua é fruto coletivo da escolha linguística dos sujeitos: se o povo migrante tiver uma atitude de resistência cultural, poderá fazer com que sua língua e cultura não sejam substituídas. Chegamos, então, a um ponto crucial do processo de manutenção/substituição linguística: as atitudes dos descendentes com respeito a seu grupo, sua cultura e sua língua. Dada a importância dessa questão, cremos ser válido que ela seja tratada em um tópico separado, como veremos a seguir.

4.4 Atitudes Linguísticas

Os estudos sobre as atitudes estão na pauta de áreas das Ciências Humanas e Sociais, como a Sociologia e a Psicologia, que se dedicam, entre outros assuntos, à investigação do efeito das atitudes sobre a realidade social. Nesse sentido, disciplinas como a Psicologia Social, a Sociologia da Linguagem, a Etnografia da Comunicação e a Sociolinguística oferecem importantes contribuições para as análises desse tema.

A Psicologia Social foi a precursora dessa investigação: “o estudo das atitudes tornou-se uma preocupação importante dos psicólogos sociais, no decorrer dos anos, pois se trata [a questão das atitudes] de um complexo fenômeno psicológico que se reveste de um tremendo significado social” (LAMBERT; LAMBERT, 1966, p. 77). A Sociologia da Linguagem, por sua vez, ocupa-se de temas relativos à organização social do comportamento linguístico, ao uso e às atitudes explícitas dos indivíduos em relação às línguas e a seus usuários. Nas palavras de Fishman (1972, p. 1), “A

sociologia da linguagem examina a interação entre estes dois aspectos do comportamento humano: o uso da língua e a organização social do comportamento”³⁵.

O autor acrescenta que

[...] a sociologia da linguagem busca não apenas descobrir as regras ou normas sociais que explicam e restringem o comportamento linguístico e o comportamento em relação à língua nas comunidades de fala, mas também determinar o valor simbólico que as variedades linguísticas têm para seus falantes. Que as variedades linguísticas venham a ter um valor simbólico ou sintomático, nelas e delas mesmas, é uma inevitável consequência de sua diferenciação funcional. Se certas variedades são indicativas de certos interesses, de certos *backgrounds*, ou de certas origens, então elas vêm a representar os laços e as aspirações, as limitações e as oportunidades às quais esses interesses, *backgrounds* e origens, por sua vez, estão associados³⁶. (FISHMAN, 1972, p. 6).

A Etnografia da Comunicação, cujo propósito é investigar como e por que a linguagem é usada, apresenta também o interesse pelas atitudes linguísticas:

Uma razão pela qual as atitudes linguísticas são de particular interesse aos etnógrafos é que os indivíduos raramente podem escolher que atitudes ter em relação à língua ou às variedades. As atitudes são adquiridas como um fator de pertencimento a um grupo, como parte de um processo de enculturação em uma comunidade de fala particular, e são, portanto, básicas para sua caracterização³⁷. (SAVILLE-TROIKE, 2003, p. 183).

Por fim, a Sociolinguística se interessa por analisar “fenômenos em relação ao comportamento linguístico, seja este comportamento vinculado a variantes específicas de uma variedade ou às variedades em si (perda ou manutenção delas)” (KAUFMANN, 2011, p. 122). Para essa disciplina, a importância das atitudes reside no fato de que elas revelam múltiplos aspectos para que possamos entender melhor uma comunidade: influem decisivamente nos processos de variação e mudança

³⁵ No original: “The sociology of language examines the interaction between these two aspects of human behavior: the use of language and the social organization of behavior”.

³⁶ No original: “[...] the sociology of language seeks to discover not only the societal rules or norms that explain and constrain language behavior and *the behavior toward language* in speech communities, but it also seeks to determine the symbolic value of language varieties for their speakers. That language varieties come to have symbolic or symptomatic value, in and of themselves, is an inevitable consequence of their functional differentiation. If certain varieties are indicative of certain interests, of certain backgrounds, or of certain origins, then they come to represent the ties and aspirations, the limitations, and the opportunities with which these interests, backgrounds, and origins, in turn, are associated”.

³⁷ No original: “One reason language attitudes are of particular interest to ethnographers is that individuals can seldom choose what attitudes to have toward to language or varieties. Attitudes are acquired as a factor of group membership, as part of a process of enculturation in a particular speech community and are thus basic to its characterization”.

linguística e explicam os julgamentos subjetivos dos usuários quanto à sua própria variedade linguística e às de seus interlocutores, o que afeta a eleição de uma língua em detrimento de outra (GÓMEZ MOLINA, 1996; MORENO FERNÁNDEZ, 1998; BLANCO CANALES, 2004). Em resumo, a Sociolinguística busca pesquisar as maneiras como as pessoas fazem uso de sua(s) língua(s), assim como suas crenças em relação a seu próprio comportamento linguístico e ao dos demais falantes.

Neste ponto, é preciso esclarecer a diferença entre crenças e atitudes. Segundo López Morales (1993), o conceito de crença e o de atitude estão em níveis diferentes: as crenças dão origem às atitudes. Nesse sentido, as atitudes ajudam a acomodar as crenças, ao lado dos elementos cognitivos e afetivos, ponderando-se que as crenças podem estar baseadas ou não em dados reais. Para esse autor, as atitudes são formadas por comportamentos que podem ser positivos (de aceitação) ou negativos (de rejeição) em relação a algo ou alguém, não havendo nunca uma atitude neutra. Também segundo ele, nem toda crença leva à aparição de atitudes, mas, na maioria das vezes, sim. Como exemplo, o autor cita fenômenos linguísticos que podem ser considerados negativos por um grupo, o que geralmente produz atitudes também negativas por parte dos falantes, levando-os, assim, a usar o fenômeno – no caso, a variante – que consideram mais aceitável.

Também Appel e Muysken (1996) afirmam que a relação falante/língua não é neutra:

O fato de que as línguas não são apenas instrumentos objetivos e socialmente neutros que transmitem um significado, mas que estão relacionadas com as identidades dos grupos sociais ou étnicos tem consequências para a avaliação social das línguas e para as atitudes que elas suscitam³⁸. (APPEL; MUYSKEN, 1996, p. 29).

Moreno (1998) corrobora as ideias de Appel e Muysken (1996) e aponta as consequências linguísticas e sociais dos julgamentos que são feitos sobre as línguas:

[...] uma atitude favorável ou positiva pode fazer com que uma mudança linguística se efetive mais rapidamente, que em certos contextos predomine o uso de uma língua em detrimento de outra, que o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira seja mais eficaz, que certas variantes linguísticas se restrinjam aos contextos menos formais e outras predominem nos estilos

³⁸ El hecho de que las lenguas no son sólo instrumentos objetivos y socialmente neutros que transmiten un significado, sino que están relacionadas con las identidades de los grupos sociales o étnicos, tiene consecuencias para la evaluación social de las lenguas y para las actitudes que éstas provocan.

cuidados. Uma atitude desfavorável ou negativa pode levar ao abandono e ao esquecimento de uma língua ou impedir a difusão de uma variante ou uma mudança linguística³⁹. (MORENO, 1998, p. 179).

Com relação às atitudes, Lambert e Lambert (1975) atribuem três componentes à atitude – a crença, a valoração e a conduta –, todos situados no mesmo nível: “uma atitude é uma maneira de pensar, sentir e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo geral, a qualquer acontecimento no ambiente” (LAMBERT; LAMBERT, 1975, p. 100). Nesse caso, a atitude linguística de um indivíduo resultaria da soma de suas crenças e conhecimentos, seus afetos (sentimentos ou emoções) e sua tendência a comportar-se de determinada forma diante da língua ou de uma situação sociolinguística.

Vemos, então, que a definição de atitude linguística passa pela relação atitude/comportamento, ressaltando-se a importância do contexto na decisão dos falantes. Assim, estudar atitudes linguísticas pressupõe o reconhecimento de que, em uma sociedade e entre as sociedades, existem variedades/línguas que coexistem de forma contrastiva e competitiva (GILES; RYAN; SEBASTIAN, 1982). Esses fatores são ressaltados nos estudos sociolinguísticos, principalmente nas questões relacionadas à avaliação das variedades de uma língua, uma vez que essa avaliação vai depender, em grande parte, das atitudes pré-estabelecidas em relação à variedade/língua, à classe social e ao grupo étnico dos falantes.

Em vista dos aspectos sociais relacionados às atitudes, Lasagabaster (2004) declara que elas são aprendidas e fomentadas significativamente pela família, pela sociedade e pela escola, as quais contribuem sobremaneira no processo de avaliação das línguas/variedades e seus falantes, já que, linguisticamente, não existem línguas ou variedades melhores ou piores que outras, como afirma Trudgill (2000):

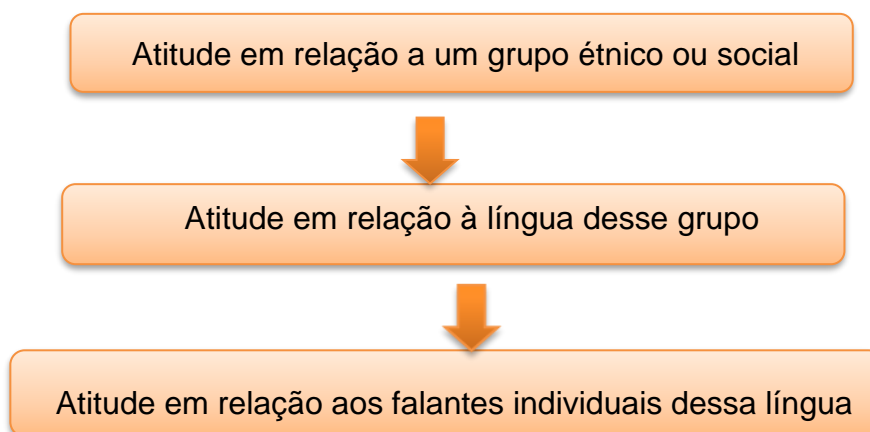
Todas as variedades de uma língua são sistemas estruturados, complexos e governados por regras, que são totalmente adequados às necessidades de seus falantes. Segue-se que os julgamentos de valor relativos à correção e pureza das variedades linguísticas são sociais, e não linguísticos. Não há absolutamente nada inerente às variedades não padronizadas que as torne

³⁹ [...] una actitud favorable o positiva puede hacer que un cambio lingüístico se cumpla más rápidamente, que en ciertos contextos predomine el uso de una lengua en detrimento de otra, que la enseñanza-aprendizaje de una lengua extranjera sea más eficaz, que ciertas variantes lingüísticas se confinen a los contextos menos formales y otras predominen en los estilos cuidados. Una actitud desfavorable o negativa puede llevar al abandono y el olvido de una lengua o impedir la difusión de una variante o un cambio lingüístico.

inferiores. Uma aparente inferioridade se deve apenas à sua associação com falantes de grupos desprivilegiados e de baixo *status*. Em outras palavras, as atitudes em relação às variedades não-padrão são atitudes que refletem a estrutura social da sociedade. Da mesma forma, os valores sociais também podem ser refletidos em julgamentos sobre as variedades linguísticas⁴⁰. (TRUDGILL, 2000, p. 8).

Em outras palavras, o comportamento linguístico de um indivíduo é regulado por crenças construídas por ele em relação às línguas/variedades e às pessoas, por intermédio da família, escola, profissão, classe social e religião, entre outros. Assim, as atitudes são ajustadas pelo indivíduo de acordo com o grupo com o qual se identifica ou a que deseja pertencer (LE PAGE, 1985; KAUFMANN, 2011). Desse modo, reconhecemos a importância das atitudes linguísticas na vida dos usuários de uma língua, pois elas são, sobretudo, atitudes sociais. O esquema a seguir, de Appel e Muysken (1996), resume o que dissemos sobre as atitudes linguísticas.

Figura 3: Esquema da formação de atitudes



Fonte: Appel e Muysken, 1996, p. 30.

Cabe, ainda, apontar que as avaliações manifestas ou encobertas, objetivas ou subjetivas, mais ou menos conscientes, relativas à linguagem dos homens em uma sociedade plural, normalmente são ditadas pelos grupos sociais mais altos (AGUILERA, 2008). Estes têm a possibilidade de fundar e governar tanto as relações

⁴⁰ No original: "All varieties of a language are structured, complex, rule-governed systems which are wholly adequate for the needs of their speakers. It follows that value judgments concerning the correctness and purity of linguistic varieties are social rather than linguistic. There is nothing at all inherent in nonstandard varieties which makes them inferior. An apparent inferiority is due only to their association with speakers from underprivileged, low-status groups. In other words, attitudes towards nonstandard dialects are attitudes which reflect the social structure of society. In the same way, societal values may also be reflected in judgements concerning linguistic varieties".

de poder quanto o prestígio ou o desprestígio das formas linguísticas, estabelecendo seletividade e evidenciando preconceitos (BISINOTO, 2007). Por outro lado, pensamos que projetos de conscientização linguística e de valorização de línguas minoritárias/minorizadas podem remodelar atitudes e contribuir positivamente para a sua preservação, visto que as atitudes linguísticas podem ser transformadas.

Dessa forma, dados os objetivos desta pesquisa, faz-se necessário abordar a relação entre crenças, atitudes e identidade, que pode agir em detrimento das línguas minoritárias. Esse é o nosso próximo tópico.

4.5 O sentimento de identidade

Etimologicamente, o termo *identidade* significa *o mesmo, a mesma coisa* (CUNHA, 1986), mas vem ganhando novas acepções. De forma geral, a sociedade tem experimentado transformações de ordens diversas, que influem em todos os aspectos da vida humana, e os processos chamados identitários dos indivíduos aí se incluem. Para esta pesquisa, como vimos, o sentimento de identidade de um grupo em relação às suas origens, sua cultura e sua língua materna é fundamental para a manutenção de uma língua minoritária. Dessa forma, torna-se importante aprofundarmo-nos neste tema, trazendo as contribuições de diversos estudos sobre o conceito de *identidade*.

Dubar (1997) concebe a identidade como o resultado do processo de socialização, que compreende o cruzamento dos processos relacionais – o sujeito é analisado pelo outro dentro dos sistemas de ação nos quais eles estão inseridos – e biográficos – que tratam da história, das habilidades e dos projetos de uma pessoa. Para esse autor, a identidade para si mesmo não se separa da identidade para o outro, pois a primeira é correlata à segunda: um sujeito se reconhece pelo olhar do outro. Segundo ele, a “identidade nunca é dada, é sempre construída e (re)construída, em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos durável” (DUBAR, 1997, p. 104).

Silva (2000), ao tratar desse tema, estabelece a relação entre identidade e identificação, uma vez que a identidade “é um significado – cultural e socialmente atribuído” (SILVA, 2000, p. 89). Ela não é “fixa, estável, coerente, unificada, permanente [...] tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental” (SILVA, 2000, p. 97). Ela se (re)constrói em um contínuo não estático,

de forma individual ou coletiva, tendo a memória e as experiências de cada indivíduo como elementos fundamentais. A identificação, por sua vez, é “construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal” (SILVA, 2000, p. 106).

Sobre esse tema, Hall (2006) toma o termo *identificação* como um processo, não como uma essência; ou seja, múltiplo, não unitário. Sendo assim, os sujeitos podem se reconhecer em vários papéis sociais, isto é, suas identificações teriam a ver com os lugares que eles assumem no discurso, uma costura de posição e contexto; de projeção, idealização e interesses (2003; 2006). Sobre o conceito de *identidade*, Hall (2006) apresenta o que denomina “identidades culturais”: aspectos de nossas identidades que surgem de nosso *pertencimento* a culturas étnicas, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. Nesse sentido, o autor salienta que a alteração das identidades pessoais influencia na ideia de sujeito integrado que temos de nós mesmos.

Para falar de identidade, Brubaker e Cooper (2000) apresentam o conceito de “*groupness*”, definido por eles como o sentimento de pertencimento a um grupo distinto, limitado e solidário. Os autores consideram que o compartilhamento de características comuns, a conectividade e os laços de relacionamento que conectam as pessoas são fundamentais, os quais, juntos, podem produzir tal sentimento.

Por sua vez, Anthias (2006) trata do tema *identidade* por meio do conceito de *belonging*, que é a sensação de pertencimento: quando as pessoas compartilham valores, relações e práticas, elas se sentem pertencentes a um grupo. É uma dimensão central da vida, facilmente sentida e subentendida.

Por fim, no Dicionário Enciclopédico das Migrações Italianas no Mundo (2014), o verbete *identidade* é definido como “O conhecimento do próprio eu individual e social. É dinâmica e móvel, não é um dado concreto, mas um processo contínuo. É mutável e plural”⁴¹. Dessa forma, a identidade é um movimento em que se encontram evidenciadas as suas diferentes formas.

Pelo exposto, observamos um consenso entre os autores elencados, que tratam a identidade como um processo, mutável e adaptável ao contexto e à própria

⁴¹ “È la conoscenza del proprio sé individuale e sociale da parte dell'individuo. È dinamica e mobile, non è un dato ma un processo continuo. Muta ed è plurale”.

história de vida das pessoas. No que respeita à Linguística, especialmente ao multilinguismo e ao multiculturalismo, Rajagopalan (2016) afirma que o conceito tradicional de identidade necessita de uma revisão:

A identidade individual como algo total e estável já não tem nenhuma utilidade prática num mundo marcado pela crescente migração de massas e pela entremesclagem cultural, religiosa e étnica, numa escala sem precedentes. (RAJAGOPALAN, 2016, p. 40).

Assim, compreendemos que as nossas identificações vão se deslocando de acordo com os contextos sociais em que estamos inseridos. Elas também sofrem transformações e, por isso, não se pode pensar na identidade “como uma coisa acabada; deveríamos falar de identificação e vê-la como um processo em andamento” (HALL, 2006, p. 39).

Em face dos diversos conceitos listados sobre o tema *identidade*, iremos, neste estudo, apoiar-nos nas concepções de Zygmunt Bauman, presentes em seu livro *Identidade* (2005), produzido a partir da entrevista que o autor concedeu ao jornalista italiano Benedetto Vecchi, em 2004, por apresentar importantes conceitos e reflexões ligados a esse tema. De acordo com Bauman (2005, p. 19), identidade é uma “comunidade de ideias e princípios”, e ninguém consegue estar vinculado a somente uma. Para ele, a construção da identidade ou das identidades se dá ao longo da vida do indivíduo, uma vez que este passa por processos de identificação continuamente.

Segundo Bauman (2005), na era pré-moderna e de pré-mobilidade, os indivíduos não pensavam na identidade como algo flexível e mutável, já que era comum nascer, crescer e morrer dentro da mesma localidade, ou seja, conviver com os mesmos hábitos, o que fazia com que as pessoas se sentissem parte daquela comunidade. Elas estavam afiliadas a importantes âncoras sociais, como a família, a etnia e a classe social, denominadas por Bauman (2005, p. 66) como “minissociedades de familiaridade mútua”. Nesse sentido, o indivíduo se identificava com seu grupo e se sentia por ele protegido, uma vez que todos tinham as mesmas experiências, dificuldades e vivências.

De fato, a sensação de pertencimento é fator determinante na identidade das pessoas. Acrescente-se, ainda, a formação da identidade social, em que os indivíduos podem escolher aspectos de suas vidas de forma a tornarem relevante quem são, sendo possível observar aspectos, comportamentos e fatores valorizados socialmente

nas escolhas de elaboração de sua identidade. Todavia, todos esses fatores são instáveis:

Tornamo-nos conscientes de que o 'pertencimento' e a 'identidade' não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o 'pertencimento' quanto para a 'identidade'. Em outras palavras, a ideia de 'ter uma identidade' não vai ocorrer às pessoas enquanto o 'pertencimento' continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. (BAUMAN, 2005, p. 17-18).

Segundo esse autor, a constante busca por pertencimento é, no fundo, a busca por segurança, o que pode dar-se em razão de o indivíduo não estar se adequando às regras uniformes de um grupo, assim como pode ser a busca pela defesa do próprio grupo, quando este se sente ameaçado por um poder maior, por um grupo que lhe quer impor outras regras:

A 'identidade' parece um grito de guerra usado numa luta defensiva: um indivíduo contra um ataque de um grupo, um grupo menor e mais fraco (e por isso ameaçado) contra uma totalidade maior e dotada de mais recursos (e por isso ameaçadora). (BAUMAN, 2005, p. 83).

Diante dos argumentos aqui expostos, fica evidente, portanto, que a busca pela identidade e o entendimento da própria identidade é um constante conflito existencial. Nele, o indivíduo se posiciona de acordo com o momento: "A identidade [...] é um 'conceito altamente contestado'. Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha" (BAUMAN, 2005, p. 83). Como dissemos, nesta pesquisa, procuramos verificar a relação entre a identidade dos uranienses e o abandono de sua língua de herança. Na próxima seção, abordaremos esse importante fator de manutenção/substituição linguística.

4.5.1 Língua e Identidade

Entender a relação entre uma língua e o sentimento de identidade de seus falantes é fundamental para orientar nossas interpretações acerca do contexto bilíngue e bicultural de São Bento de Urânia e da substituição linguística que aí ocorreu. Iniciemos com o conceito de *língua*.

Diferentes pesquisadores da Linguística e da Linguística Aplicada, entre os quais citamos Rajagopalan (1998; 2006), Pennycook (1998), Mendes (2004; 2012), Moita Lopes (2006) e Maher (2007), discorrem sobre a língua a partir do seu uso em práticas sociais de comunicação e interação. No âmbito da Sociolinguística, as relações entre língua e identidade têm sido estudadas desde as primeiras pesquisas de Labov, particularmente, a que se centrou no comportamento linguístico dos habitantes da ilha de Martha's Vineyard (LABOV, 1972). A importância desse trabalho se deve ao fato de o autor revelar que a linguagem dos moradores – neste caso, a centralização dos ditongos /au/ e /ai/ do inglês – expressava sua adesão à linguagem típica da Ilha, em uma clara demonstração do sentimento de identidade desses indivíduos.

Assim, podemos afirmar que a língua está vinculada ao valor simbólico que seus falantes lhe atribuem (CÉSAR; CAVALCANTI, 2007). Além disso, a língua manifesta as condições sociais nas quais os seus falantes estão imersos. Por isso Fishman (1972) afirma que a língua não é apenas um “veículo” para o entendimento de determinados conteúdos, mas é também um conteúdo “em si”, pois se apresenta carregada de valores e marca situações e pessoas. Portanto, se a sociedade estratifica seus sujeitos segundo sua etnia, idade, sexo, opinião política, origem geográfica e social, religião ou qualquer outra distinção, a língua refletirá essa divisão.

Conforme Castilho (2010, p. 31), “é na língua falada que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro”. Desse modo, saber uma língua não é somente fazer uso de um código linguístico, mas também compartilhar, por meio dela, ideias e ideais de vida. Neste ponto, é importante ressaltar que todas as atitudes em relação à língua e ao grupo sociolinguístico que ela representa podem determinar a relação dos usuários com essa língua, com o seu grupo e com os demais grupos com os quais eles irão interagir, concebendo assim sua(s) identidade(s).

No tocante à identidade, discorreremos anteriormente sobre alguns aspectos desse tema, evidenciando a sua complexidade. Como vimos, o processo de formação da identidade é mediado por diferentes fatores que envolvem as interações linguísticas, culturais, sociais e históricas dos indivíduos. A identidade se dá na interação eu/outro, haja vista que os sujeitos são constituídos na e pela linguagem.

Ao mesmo tempo em que são individualizados por sua fala, são integrados a determinados grupos étnicos pela língua (SIGNORINI, 2016).

A complexa relação entre língua e identidade é também explicitada por Rajagopalan (2016). Concordando com outros pesquisadores, o autor afirma que é na língua e por meio dela que a identidade de um indivíduo se constrói, uma vez que ele não possui uma identidade fixa, anterior e fora da língua. Segundo Rajagopalan (2016), língua e identidade têm implicações mútuas, o que, por sua vez, significa que as identidades em questão estão sempre em um estado de fluxo.

Por sua vez, para Hall (2016), cada indivíduo assume algo que chama de sua identidade, algo que permanece em cada pessoa mesmo em um mundo de constantes mudanças, que a mantêm a *mesma pessoa*, ainda que com algumas transformações. Segundo esse autor, também a linguagem, quando relacionada à identidade, tem sido frequentemente relacionada à procura por um tipo de autenticidade para a própria experiência, algo que *diz* de onde cada indivíduo vem, de forma que as diferentes formas de falar, as quais são parte de uma comunidade, passam a ser diferenciadas e marcam os contrastes sociais, culturais e, principalmente, identitários dos falantes.

A língua, pois, torna-se relevante na representação desde a identidade nacional⁴² até a regional. Nesse âmbito, os indivíduos caracterizados como seres sociais têm necessidade de se reconhecerem e falar a língua comum da sua localidade, para que possam se sentir como parte dela. Trata-se de uma forma de estar confortável, seguro, forte e mais completo, pois o grupo ao qual pertence é maior que cada indivíduo, ou seja, o transcende.

Ainda com respeito à relação entre língua e identidade, Silva (2011) refere-se ao processo de identificação – acima mencionado – como resultado de atos de criação linguística, especificando que somos nós que fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais, as identidades pelos atos de linguagem. Assim, como já exposto, o indivíduo, sujeito falante, não tem esse processo como inato; a identidade precisa ser e é constantemente construída.

⁴² Bauman (2005) afirma que o conceito de identidade nacional está relacionado à ficção da “natividade do nascimento”. Segundo o autor, tal identidade não surgiu de forma *natural*, por meio das experiências humanas; ao contrário, foi uma exigência de fidelidade exclusiva ao Estado como estratégia de coerção na construção e manutenção da nação” (2005, p. 29).

Nesse sentido, recordamos que o contexto de interação, formal ou informal, influencia no processo de identificação dos indivíduos, seja por valorização ou marginalização desses falantes e, conseqüentemente, de suas línguas. Tendo em vista, pois, que na comunidade de nosso estudo parte de seus moradores também faz uso de uma língua minoritária, é oportuno abordar a questão do processo de construção identitária dicotomicamente, isto é, pelas perspectivas dos fatores que estigmatizam as línguas e ameaçam as identidades de seus falantes, assim como os fatores que atribuem prestígio à língua minoritária, favorecendo a preservação e a identificação étnica e linguística desses falantes. Segundo Penna (1992),

As marcas de identidade não estão inscritas no real, embora os elementos sobre os quais as representações de identidade são construídas sejam dele selecionadas. Estão em pauta, portanto, os processos de apreensão do mundo social: esta apreensão dá-se, sempre, através de atos de pensamento e linguagem, cujas coordenadas são geradas social e culturalmente [...] (PENNA, 1992, p. 167).

Assim, são as crenças e as atitudes linguísticas que revelam os múltiplos aspectos que permitem compreender melhor uma comunidade e a organização de seu comportamento linguístico, incluindo não somente o uso da língua em si, mas as atitudes explícitas dos falantes em relação à sua língua e aos seus usuários, atribuindo valor a uma língua em detrimento de outra (FISHMAN, 1972). E tal como uma comunidade estabelece distinções entre a sua língua e a língua do outro, igualmente reconhece e constrói sua identidade a partir da afirmação daquilo que não é, ou seja, “eu sou aquilo que o outro não é” (SILVA, 2000, p. 81) – uma construção identitária a partir da diferença.

Desse modo, de acordo com os contextos em que as pessoas estão inseridas, a identidade e a diferença vão se moldando, de forma que a afirmação identitária é traduzida pelo desejo, por parte de distintos grupos sociais e étnicos, de garantir prestígio a si mesmos. Além disso, segundo Silva (2000), podem também ser mencionados traços da presença de poder, o qual tende a incluir/excluir, demarcar fronteiras entre o *nós* e *eles*, classificar os *bons* e os *ruins*, estendendo-se às línguas dos grupos. Esses traços podem ser caracterizados como atos de divisão, ordenação e atribuição de prestígio ou desprestígio a diferentes povos e línguas, em um contínuo em que os sentimentos dos falantes serão fatores determinantes na identificação destes com determinado grupo.

Nesse sentido, a situação do contato linguístico é muito oportuna para que as pessoas se tornem mais conscientes das peculiaridades da sua língua (WEINREICH, 1970 [1953]). Assim, ao perceber as diferenças existentes entre uma comunidade de fala e outra – as crenças de cada falante a respeito de seu próprio comportamento linguístico, bem como o julgamento que faz do comportamento linguístico dos demais falantes –, é comum que o indivíduo opte por pertencer ao grupo étnico majoritário e que faça uso da língua de maior prestígio. Nessa atitude, é possível reconhecer uma das formas de relações de poder que se efetivam por meio da imposição de uma língua: fazer com que falantes de línguas minoritárias busquem adotar a língua – e a cultura – majoritária como forma de se integrarem aos grupos dominantes, negando, assim, a sua própria identidade (SILVA, 2000).

Nesse caso, o indivíduo do grupo minoritário, ao se integrar a um grupo majoritário, ao qual atribui valor e prestígio, pode construir um sentimento positivo de sua identidade. Incidindo o contrário, a identidade pode ser estigmatizada e negada por ele. Bagno (2004, p. 18) explica que esse fato ocorre quando há “o não conhecimento e o não reconhecimento da realidade intrinsecamente múltipla, variável e heterogênea da língua, realidade sujeita aos influxos das ideologias e dos juízos de valor”. O autor, na mesma linha de pensamento de outros aqui citados, afirma que, apesar de a língua ser exterior ao indivíduo, ela o constitui; sendo assim, “menosprezar, rebaixar e ridicularizar a língua ou a variedade linguística empregada por uma pessoa é o mesmo que rebaixar e ridicularizar o indivíduo enquanto ser humano” (BAGNO, 2004, p. 36). Em outras palavras, uma avaliação quanto à fala do sujeito acarreta consequências sobre sua identidade.

Por fim, cabe aqui também referir-nos aos grupos sociais e culturais desprestigiados socialmente, mas que passam a reivindicar o seu direito à representação, questionando o caráter de *normalidade* das identidades dominantes. O comportamento desses grupos parte de uma espécie de *consciência*, por parte de cada indivíduo, de que ele pertence a um grupo minoritário e que ele se identifica como tal, mas, nesse caso, ocorre uma afirmação identitária que rompe com a tentativa de apagamento das diferenças, realizada pela maioria da sociedade.

A afirmação identitária, em relação aos descendentes de imigrantes italianos do distrito de São Bento de Urânia, é percebida semanalmente, nos encontros dos moradores após as celebrações religiosas na comunidade, quando conversam e

participam de jogos utilizando a língua vêneta. Também é perceptível que esse grupo étnico busca conservar as tradições ancestrais.

Refletindo, pois, sobre os diversos aspectos que devem ser levados em consideração na análise da identidade e da relação existente entre a formação identitária dos indivíduos e a língua falada por eles em um contexto social específico, nosso estudo sugere que devemos pensar tais questões em termos processuais, dinâmicos e variáveis. Afirmamos que a identidade não é algo abstrato, acima e além do social; pelo contrário, ela está inserida nesse processo e é resultante dessas dinâmicas mutantes e complexas que interagem no mundo em que se vive. Como afirma Vilaça (2010),

A identidade é revoo dentro da alma. É um autoconhecimento, um grito de alerta que mantém a atenção na preservação da cultura própria do grupo étnico. Cultura que, por sua vez, atua como âncora da identidade, como porto alado que dá repouso à nave da diversidade, como bússola que dá sentido à aventura da humanidade. Que dá sentido ao percurso das gentes que habitam a perspectiva de viver como se vive lá em São Bento de Urânia (VILAÇA, 2010, p. 24).

A cultura, esse importante componente da identidade e fator de manutenção linguística, é o assunto de nossa próxima subseção.

4.5.2 *Identidade e cultura*

O conceito de identidade é frequentemente associado ao termo *cultura*. Isso porque o mundo humano é um mundo social, simbólico, histórico e, vale dizer, cultural. Nesse ponto, cabe dizer que, embora seja inegável que língua e cultura estão intrinsecamente ligadas, elas não são interdependentes (COELHO; MESQUITA, 2013). Contudo, nos momentos de interação, há um mútuo reconhecimento pela língua, pelos alicerces, colunas e tijolos da identidade linguística (TRIFONE, 2010), que são as experiências culturais manifestadas pela língua. Portanto, a língua é um dos mais fortes meios de transmissão e manutenção de uma cultura, mas esta também se manifesta de outras formas (JUNGBLUTH, 2007).

Couto (2016, p. 66) assinala que “o primeiro de todos os ingredientes da cultura é a língua, mas aí⁴³ entram também os gestos, as crenças, os usos e costumes, os

⁴³ Essa expressão refere-se ao termo cultura.

artefatos, aí inclusas as casas, os monumentos, as ferramentas e muito mais”. Em uma situação de imigração, assim como uma língua minoritária pode se manter, ser substituída pela língua majoritária do país de acolhimento ou se mesclar com ela, o mesmo pode acontecer com os hábitos culturais. E o lar tem uma importância fundamental para que um desses resultados suceda.

Como pudemos ver, o grupo familiar representa um dos principais meios de aprendizagem linguística e comportamental. Assim, o lar exerce uma enorme responsabilidade pela manutenção/substituição de uma língua minoritária e pela difusão das tradições culturais. Dessa forma, o indivíduo, à medida em que é influenciado pelo grupo ao qual pertence, intensifica o seu sentimento de identidade com relação a esse grupo.

Segundo Plummer (1996), as pessoas constroem suas identidades pessoais a partir da cultura em que vivem; em outras palavras, é pela identidade que o sujeito absorve a diversidade, a fim de fabricar o seu “eu”. A identidade também é construída continuamente pela experiência de partilha, pelas interações com o outro. O indivíduo, à medida que é influenciado por seu pertencimento a um grupo ou a uma cultura, acaba por reconhecer-se em termos de lugar, gênero, história, nacionalidade, religião e etnia, construindo sua identidade cultural.

Em se tratando de uma situação de migração, Silva (2005) explica que, mais do que ultrapassar fronteiras, esse processo acarreta para o sujeito que se desloca uma inserção em uma nova ordem sociocultural, o que resulta em modificações na dinâmica cultural dos grupos emigrados. Assim, a história de vida de cada imigrante é sempre marcada por um confronto entre duas culturas: a primeira que adquiriu e a atual, depois de seu deslocamento. Já os seus filhos trazem costumes e características de seus antepassados e do meio no qual estão inseridos. E foi isso o que ocorreu com os sujeitos de nossa pesquisa, fazendo com que, atualmente, a cultura e a língua vêneta ainda estejam presentes em São Bento de Urânia, embora em declínio.

Quando da apresentação dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, abordaremos outros aspectos importantes de São Bento de Urânia e de seus moradores. Antes, porém, trataremos de um dos fatores imprescindíveis para a manutenção ou a substituição de uma língua minoritária, conforme apontam os teóricos dos Contatos Linguísticos e o Documento *Language Vitality and*

Endangerment (UNESCO, 2003): as políticas linguísticas adotadas pelo país receptor em relação às línguas de imigração. Esse é o tema de nosso próximo capítulo.

5 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

No mundo, atualmente, existem muito mais línguas do que estados constituídos: a ONU conta, hoje, com 193 países-membros e, segundo a Unesco, mais de 7.000 línguas são faladas no planeta. Esse fato nos revela que o plurilinguismo se constitui na normalidade, enquanto o monolinguismo seria a exceção.

Contudo, há, em nosso país, a ideia de que se fala uma única língua – a portuguesa – em todo seu território e que, portanto, todos se entendem, mas é evidente que a propalada “língua única” é um equívoco, visto que contamos com muitíssimas variedades do português do Brasil (PB) e com cerca de 200 línguas: as indígenas, as línguas de sinais, as de imigração e as de comunidades afro-brasileiras (OLIVEIRA, 2009).

Por essa diversidade, as questões linguísticas já foram alvo de sérias intervenções do Estado, na história do Brasil. O primeiro exemplo significativo foi a ação promovida pelo governo pombalino, que impôs a língua portuguesa como a oficial do Brasil no século XVIII, coibindo qualquer outra manifestação linguística. O segundo aconteceu durante o Estado Novo, no governo do Presidente Getúlio Vargas, quando as línguas estrangeiras foram proibidas de serem faladas no país. Esses fatos ilustram como o Estado, por meio da legislação, interfere nas questões linguísticas.

Desse modo, as políticas linguísticas de um país têm dado às línguas a possibilidade de sua manutenção, revitalização ou apagamento. Neste capítulo, abordaremos especialmente esses temas.

5.1 Política linguística vs planejamento linguístico – definições

Calvet (2007) explica que o termo “políticas linguísticas” nasceu encoberto pelo conceito de planejamento linguístico (ou planificação linguística), surgido em 1959 com Einar Haugen, devido a uma intervenção normativa ocorrida na Noruega⁴⁴, mas

⁴⁴ Haugen (1959) buscou, com a expressão *language planning*, traduzir, em uma base teórica, um conjunto de determinações jurídicas que objetivavam ampliar a força política de um idioma, como a implantação de uma língua já usada por uma dada comunidade linguística como oficial.

ambos os termos – políticas linguísticas e planejamento linguístico –, embora falem sobre instâncias distintas, na prática são inseparáveis um do outro.

O termo “política linguística” que começou a se constituir no final da década de 1950 se restringia à elaboração de ortografias, gramáticas e dicionários. Entretanto, se partirmos da definição de Spolsky (2009, p. 1) de que “Política linguística é feita de escolhas”, sejam elas relacionadas a qual língua ou variedade utilizar, em um contexto de diversidade linguística, podemos afirmar que a política linguística sempre esteve presente na história da humanidade, bem como sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua (CALVET, 2007).

Por isso, de acordo com Rajagopalan (2013), não é raro o termo “política linguística” estar relacionado a certa “militância linguística” em prol de línguas à beira de extinção e/ou de línguas e falantes que sofrem algum tipo de preconceito. No entanto, segundo o autor, as políticas linguísticas vão além. Trata-se de refletir sobre línguas específicas, “com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativas à(s) língua(s) que importa(m) para o povo de um país, de um estado ou, ainda, instâncias transnacionais maiores” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 21).

Para Maher (2013, p. 119), “políticas linguísticas’ se referem a objetivos e intervenções que visam afetar, de uma maneira ou de outra, os modos como as línguas se constituem [...] ou os modos como elas são utilizadas ou, ainda, transmitidas”.

Já Ricento (2006) indica que política linguística é uma questão de observar a língua e seu papel na sociedade, tendo em vista *como e por que* ela está inserida em todos os aspectos da vida social.

A partir do exposto, podemos, com Calvet (2007, p. 11), conceituar política linguística: “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade”. Por outro lado, na literatura, encontramos outras conceituações. De acordo com Oliveira (2016),

[...] a ‘política linguística’ [...] está associada ao plurilinguismo e sua gestão. Está associada a mudanças políticas que levaram a alterações no estatuto das diversas comunidades linguísticas que integram a cidadania (OLIVEIRA, 2016, p. 5).

Com respeito à relação entre política linguística e planejamento linguístico, Calvet (2002, p. 145) estabelece: a política linguística envolve “um conjunto de

escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social,” sendo o “planejamento linguístico a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato”. Também Fishman (1970) afirma que entre a política linguística e o planejamento linguístico existe uma relação de subordinação: o planejamento é a aplicação de uma política linguística.

Outro conceito de planejamento linguístico é dado por Cooper (1997, p. 60), para quem “o planejamento linguístico compreende os esforços deliberados para influir no comportamento de outras pessoas a respeito da aquisição, da estrutura ou da correspondência funcional dos seus códigos linguísticos”. O autor afirma que, ao se pensar em planejamento linguístico, deve-se levar em consideração questões que respondam não apenas ao ‘que’ se planeja ou a ‘quem’ planeja, mas também, e de forma prioritária, ao ‘porquê’, ao ‘como’ e ao ‘quando’, além da necessidade de se saber ‘quem sai beneficiado’ do planejamento e sobre qual aspecto da realidade social ele acaba provocando uma efetiva mudança.

Segundo Calvet (2002, p. 145), o planejamento linguístico é papel do Estado, pois é ele quem detém “o poder e os meios de realizar esse planejamento e de pôr em prática as escolhas linguísticas”. Mediante a possibilidade de outros atores sociais criarem demandas relativas às questões linguísticas, o Estado reserva para si a exclusividade de legislar sobre as línguas, com o objetivo de garantir o controle sobre as reivindicações e ações político-identitárias de seus cidadãos.

Em se tratando deste estudo, apesar de concordarmos com Calvet (2002) sobre o papel preponderante do Estado quanto ao planejamento linguístico e às políticas linguísticas para o país, pensamos que a questão da diversidade linguística – em se tratando tanto de línguas diferentes quanto de variedades do português – requer uma maior atenção também pelos grupos minoritários, representados por órgãos e entidades civis que defendem que sua língua/variedade seja respeitada e valorizada por todos os segmentos da sociedade.

Tendo sido apresentados os diferentes aspectos acerca de política linguística e de planejamento linguístico, a seguir abordaremos mais um tópico concernente a este tema.

5.2 Políticas linguísticas e planejamento linguístico – campos de atuação

As áreas de investigação denominadas política linguística e planejamento linguístico são relativamente recentes, no sentido institucional, e encobrem uma série de atividades e atuações.

Conforme vimos na seção anterior, de modo geral, a política linguística consiste na identificação, segundo parâmetros ideológicos relativos, de situações linguísticas “não ideais” e “ideais” e de mecanismos de passagem de uma para outra. A colocação em prática da situação idealizada é função da planificação linguística.

Calvet (1996) aponta vários instrumentos de intervenção política sobre as línguas:

- o equipamento das línguas (a escrita, o léxico e a padronização);
- as intervenções *in vivo*, que procedem das práticas sociais, surgem das escolhas dos indivíduos, sem que haja uma influência direta do Estado;
- as intervenções *in vitro*, ou seja, a abordagem do poder, da política linguística como ato de autoridade, por meio de leis e decretos, sobre essas práticas;
- o ambiente linguístico: marcação linguística de território;
- as leis linguísticas e suas várias concepções⁴⁵: não existe planejamento linguístico sem que haja um suporte jurídico.

Cabe ainda mencionar a classificação das políticas linguísticas dada por Jacques Leclerc (2013), autor de um extenso estudo destas em diferentes países. O autor destaca que as políticas linguísticas podem ser⁴⁶:

- políticas de assimilação: aceleram o desaparecimento de certos grupos linguísticos com vistas à integração de grupos minoritários. Como exemplo, temos as línguas indígenas no Brasil;

⁴⁵ Leis que tratam da forma da língua (grafia, vocabulário); leis que tratam sobre o uso que os homens fazem das línguas (qual língua usar, em que situação?), língua nacional de um país e/ou língua de trabalho de uma organização; leis que tratam da defesa das línguas.

⁴⁶ É válido dizer que os países normalmente atuam em mais de uma das frentes elencadas.

- políticas de não intervenção: quando não há intervenção estatal sobre as línguas;
- políticas de valorização da língua oficial: buscam favorecer uma única língua – a língua do Estado – em todos os planos (político, econômico, jurídico e social);
- políticas setoriais: referem-se ao uso de uma dada língua (ou duas) em um único ambiente linguístico, como: escolas, unidades hospitalares, esfera jurídica etc.;
- políticas de *status* jurídico diferenciado: supõem direitos diferenciados entre a maioria e a minoria linguística. Nesse tipo de política linguística, mesmo que a minoria seja jurídica e oficialmente reconhecida, seus direitos linguísticos no quadro mais amplo de uma política linguística são bem menores que os da maioria;
- políticas de bilinguismo ou de trilinguismo: reconhecem juridicamente o *status* de igualdade de duas ou mais línguas. Elas podem estar fundamentadas no direito da pessoa (aplicam-se a todo o território nacional), no direito da pessoa restrito a um território específico (uma região que elege uma língua como cooficial) ou, ainda, nos direitos territoriais (limitados a um estado, província, cidade);
- políticas de multilinguismo⁴⁷ estratégico: diversas línguas são consideradas complementares em uma tentativa de explorar, de maneira positiva, todos os recursos linguísticos de um país;
- políticas de internacionalização linguística: são políticas de expansão e/ou manutenção linguística para além das fronteiras políticas de um Estado;
- políticas linguísticas mistas: são diferentes tipos de política linguística colocados em prática simultaneamente pelo Estado.

Por sua vez, os modos de organização das comunidades são diretamente influenciados pelas ideias, crenças, filosofias e doutrinas que as identificam

⁴⁷ Aqui tratamos multilinguismo segundo a Carta Europeia. Segundo esse documento, por multilinguismo entendemos a coexistência de várias línguas num grupo social. Toda as determinações referentes à Carta podem ser vistas em <https://www.observatoireplurilinguisme.eu/>.

(SPOLSKY, 2004, 2012). Assim, as línguas não estão livres de sofrer e de repercutir as mesmas influências. Dessa forma, os valores atribuídos às línguas, às variedades e às variantes linguísticas representam as crenças dos membros de uma comunidade sobre a importância desses valores.

Mediante o que apresentamos até aqui, estamos de acordo com Oliveira (2016), quando afirma que, hoje, construir políticas linguísticas é participar da construção do futuro das sociedades – especificamente, da nossa sociedade. Em outras palavras, trata-se de construir uma política linguística que reconheça a sua intervenção sobre as línguas, já que elas são a razão da existência da política. Em suma, busca-se o objetivo maior de agir na construção de “um mundo mais justo, mais plural, mais democrático e mais aberto à ecologia de saberes humanos neste campo específico das línguas e dos seus usos” (OLIVEIRA, 2016, p. 386).

5.3 Políticas linguísticas e interação social

O Brasil, nas últimas décadas, vivenciou um crescimento de reivindicações e de debates sobre temas ligados aos aspectos sociais, políticos, culturais e linguísticos do país. Com respeito ao aspecto linguístico, em especial, há um nítido enfoque em Libras, línguas indígenas, línguas faladas por comunidades quilombolas, línguas faladas por moradores de áreas assentadas e línguas de imigrantes, que caracterizam muitas comunidades linguísticas espalhadas pelo país. Assim, é importante refletir sobre a atual realidade linguística do país, uma vez que ainda vivenciamos uma ideologia que dissemina o português como língua única e homogênea.

A língua precisa ser vista como algo real, concreto, que faz parte do cotidiano das pessoas, que se altera de acordo com as transformações sócio-histórico-ideológicas da sociedade e se constitui como um processo que se realiza conforme os diferentes contextos comunicativos. Em virtude desses aspectos, faz-se também necessário que, ao abordarmos os estudos sobre políticas linguísticas, enfoquemos a situação sociolinguística mais geral do país.

No extenso território brasileiro, predomina o uso da língua oficial, com a qual convivem cerca de 200 línguas minoritárias, como dissemos. Entre elas, temos a Língua Brasileira de Sinais, reconhecida pela Lei 10.436/2002, e as cooficializadas em diversos municípios – as indígenas, o talian, o pomerano (MORELLO, 2015). O reconhecimento dessas línguas, bem como o de outras, como o hunsrückisch – língua

germânica falada em vários municípios do Espírito Santo e do Brasil –, evidencia que somos um país plurilíngue.

A percepção do plurilinguismo brasileiro começou a ganhar espaço com o desenvolvimento da Sociolinguística no país. Aos poucos, esse tema invadiu as universidades e, mais tarde, passou a ser difundido entre alguns segmentos da sociedade. O objetivo era retratar a realidade de muitas comunidades que se caracterizam por falar duas ou mais línguas, para que aos seus falantes sejam assegurados os seus direitos linguísticos.

Antes da divulgação mais ampla do plurilinguismo brasileiro, os falantes de português, acreditando no mito de um país monolíngue, ignoraram os falantes de outras línguas. Esse imaginário monolíngue brasileiro foi fomentado a partir da Proclamação da República, como fundamento da identidade do povo brasileiro e da unidade nacional, e persistiu por anos, até que tiveram início as primeiras iniciativas, no Brasil, de debate acerca dos direitos linguísticos.

Soares (2014) afirma que o direito linguístico se desenvolve em um ambiente de respeito à diversidade e de promoção de liberdades, em que os instrumentos políticos, jurídicos, sociais, econômicos e culturais são utilizados com a finalidade de garantir, a todas as pessoas e a todos os povos, o amplo acesso aos bens e valores que lhes garantam um patamar mínimo para sobrevivência digna, com qualidade de vida.

Cabe aqui lembrar a concepção de políticas linguísticas dada por Calvet (2007): estas são consideradas como grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade. Em outras palavras, trata-se de decisões que indicam em que língua o Estado funcionará e se relacionará com os cidadãos; em que língua(s) a educação e os serviços culturais serão oferecidos; que variedade de língua será considerada culta; se as outras línguas faladas pelos cidadãos serão reprimidas, reconhecidas ou promovidas.

Em vista do exposto, é fato que as políticas linguísticas produzem transformações na identidade cultural dos grupos sociais, uma vez que geram transformações na base interpretativa desses grupos pelas mudanças nos padrões culturais de interação e de interpretação do mundo (HAMEL, 1988). Um exemplo dessas transformações ocorre quando cidadãos se veem impedidos de usar sua língua materna e são obrigados a utilizar outra língua em diversas situações sociais.

Para Hamel (1988), as políticas linguísticas fundam um processo histórico de transformações linguísticas e sociais, pois implicam transformações de formas ou de usos linguísticos e das relações entre as pessoas e as línguas – as suas e as de outros. Na perspectiva desse autor, a interdisciplinaridade no campo das políticas linguísticas parte da concepção de linguagem como uma ação social e uma visão integradora. Partindo desse pressuposto, Hamel (1988) indica os principais temas de investigação que devem ser levados em conta, no tocante ao desenvolvimento de políticas linguísticas:

- Experiência coletiva e sistema de simbolização – que focalizam quais são, em que consistem e como se estruturam os conteúdos da experiência coletiva de um determinado grupo social;
- Posição social, prestígio e representação do conflito – que enfocam os valores e as representações atribuídos às línguas, observando-se a existência (ou não) de distribuição desigual de prestígio das línguas e de contradições sistemáticas entre seus usos e representações;
- Estrutura e características dos espaços discursivos – que tratam da distribuição social das línguas em determinados espaços pelo desempenho de diferentes funções;
- Código oral e código escrito – que se ocupam dos lugares em que se situam a oralidade e a escrita na comunidade, investigando a existência de usos sociais da escrita em uma língua – normalmente a de maior prestígio –, as suas funções e as suas implicações para a construção das experiências sociais dos sujeitos;
- A aquisição das línguas/variedades linguísticas de maior e de menor prestígio – que se refere à existência (ou não) de uma distribuição nítida entre as línguas/variedades;
- Variação dialetal e contato entre as línguas – que focalizam a classificação e a distinção entre as línguas (e entre língua e dialetos⁴⁸);

⁴⁸ Em se tratando de uma mesma língua, a Sociolinguística tem recorrido ao termo *variedades* para designar as diferentes modalidades faladas por uma comunidade constituída por pessoas que partilham um código e normas (regras) linguísticas comuns.

- A estrutura linguística das variedades de maior e de menor prestígio (exclusivamente com relação às variedades de uma mesma língua) – que “trata do estudo da manifestação do conflito e da troca nas estruturas propriamente linguísticas (léxico, sintaxe, fonética e fonologia)” (HAMEL, 1988, p. 63-64).

Pelo exposto, observamos quão extenso e complexo – mas importante – é o tema das políticas linguísticas. Por meio de seu estudo, é possível dar às línguas minoritárias a possibilidade de revitalização ou, ao contrário, de apagamento, uma vez que a sobrevivência de uma língua está à mercê das escolhas de falantes de uma comunidade linguística e sob a égide das decisões dos Estados, a partir, principalmente, de necessidades oriundas de diferentes âmbitos, tais como o econômico, o político e o social.

5.4 Políticas linguísticas e políticas de silenciamento de línguas no Brasil

O início da colonização do Brasil foi marcado por embates com as outras línguas existentes no território brasileiro (GUIMARÃES, 2007). Segundo Pires (2009), a língua falada na colônia era a língua brasílica⁴⁹ e, mais tarde, a língua geral, uma mistura dos falares dos nativos com a língua portuguesa, usada por todas as classes sociais.

Entretanto, a partir da segunda metade do século XVIII, a língua portuguesa se impôs no território brasileiro e silenciou todas as outras, tornando-se a língua de cultura no país e transformando as demais em línguas primitivas, selvagens. Estamos falando do Diretório dos Índios, publicado em 1757, que proibiu a utilização de qualquer outra língua que não fosse a portuguesa no território brasileiro. Já no século XX, durante o governo Vargas, novamente houve tentativas de silenciamento das línguas minoritárias. Conforme Rocha (2013), as políticas linguísticas dessa época, em relação às línguas dos imigrantes, passaram da indiferença à proibição.

⁴⁹ Língua brasílica: língua artificial desenvolvida pelo Padre José de Anchieta, com a missão de catequizar os ‘gentios’. Era chamada de *nheengatu*, que, em língua tupi, significa ‘língua geral’, ou ‘língua fácil’. O *nheengatu* consiste em uma mescla da gramática latina com a fonética tupi. Foi rapidamente assimilada pelos ‘brasileiros’, tornando-se a ‘língua brasílica’. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/as-origens-da-lingua-brasilica/>. Acesso em: 21 maio 2019.

Dessa forma, os imigrantes não mais podiam falar sua língua materna e tiveram suas escolas étnicas fechadas, bem como recolhido todo o material didático escrito nessas línguas, pois o Decreto-lei nº 1006, de 30 de dezembro de 1938, instituiu a proibição de se publicarem e difundirem livros que não fossem escritos em língua portuguesa. Portanto, nas escolas era ensinado somente o português, com o incentivo ao culto dos clássicos portugueses, surgindo, assim, questões como o bom português vs. o mau português.

Portanto, a ideologia nacionalista brasileira foi o principal fator que levou muitos imigrantes e seus descendentes a passarem por um processo de assimilação forçada, a qual, inevitavelmente, conduziu à perda das línguas minoritárias no decorrer dos anos. As políticas linguísticas mantiveram-se, pois, entre a repressão a essas línguas e o apagamento da diversidade linguística no discurso oficial. Contudo, as políticas linguísticas de homogeneização do país não conseguiram calar completamente as línguas dos imigrantes, pois, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁵⁰, ainda existem 30 (trinta) delas sendo faladas no Brasil.

Vemos, então, atualmente, a implantação das chamadas políticas de resistência (MAHER, 2013), como, por exemplo, o caso de alguns municípios que conseguiram tornar as línguas de imigração cooficiais. Além dessas medidas, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394, de 1996 – possibilitou a presença e o ensino das línguas e das culturas minoritárias nas escolas, em nível nacional. Portanto, observamos que o governo federal, a essa época, reconheceu a diversidade cultural e linguística que compõe o país e recomendou que a parte diversificada do currículo atendesse às necessidades locais, adequando-se aos anseios das comunidades.

Outro exemplo que podemos citar é a “Audiência Pública da Diversidade Linguística do Brasil”, ocorrida em 2007, em Brasília, em que é possível perceber que o silenciamento das línguas minoritárias havia sido interrompido:

A criação do Grupo de Trabalho Intersetorial composto por segmentos da sociedade civil e instituições oficiais do governo para encaminhar propostas e aprofundar reflexões acerca do tema “A Criação do Livro de Registro das Línguas” foi uma das resoluções encaminhadas a partir do seminário sobre a pluralidade linguística no Brasil. [...] O Grupo de Trabalho da Diversidade

⁵⁰ Informação disponível no seguinte endereço eletrônico:
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2488:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 14 jul. 2017.

Linguística solicitou a realização de um Inventário Nacional da Diversidade Linguística, como forma de fazer um mapeamento objetivando a criação, por parte do governo federal, de políticas que assegurem às 200 línguas existentes no país a sua continuidade e que seus falantes sejam respeitados. Também solicitou a elaboração de emenda à Constituição que reconheça a pluralidade linguística do País. A modificação beneficiaria cerca de 200 línguas indígenas, de imigrantes e remanescentes dos quilombos (PICANÇO, 2009, p. 16).

Contudo, as políticas de resistência ainda são poucas e caminham com dificuldades, pois, como mostra Hamel (1988; 1993), é possível encontrar falantes de línguas minoritárias – como os sujeitos de nossa pesquisa – com dificuldades para se expressar em lugares onde a língua majoritária é a predominante, como nas esferas administrativas e/ou nos espaços públicos. Atualmente, a situação se agravou, com a promulgação da Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fazendo com que a oferta de Inglês se tornasse obrigatória do 6º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Essa lei termina por quase impossibilitar a oferta de outras línguas nas escolas.

Assim, como afirma Altenhofen (2004), o caminho para “dar voz” às línguas minoritárias ainda é longo e passa por muitos desafios legais e sociais:

Paralelamente, pode-se dizer, o tema da diversidade cultural do Brasil começa a ganhar espaço no discurso oficial. O trabalho no âmbito da política linguística em defesa da educação bilíngue e dos direitos linguísticos das comunidades indígenas foi fundamental para os avanços conquistados. Resta, no entanto, alargar essa perspectiva para o terreno das línguas de imigrantes, que sequer são mencionadas na legislação vigente [Constituição Federal, de 1988], não obstante a sua representatividade em amplas áreas do sul do Brasil, como atesta o mapa da sua distribuição apresentado pelo ALERS⁵¹ (ALTENHOFEN, 2004, p. 85).

A situação em que se encontram as demais línguas faladas no Brasil e a forma como são tratadas também são discutidas por Savedra e Lagares (2012):

- a) a Constituição atual, em seus artigos 215 e 216, admite que o Brasil é um país pluricultural e multilíngue;
- b) no Brasil coexiste um grande número de línguas de imigrantes;

⁵¹ ALERS - Atlas linguístico-etnográfico da região sul do Brasil. Maiores informações podem ser obtidas em: <https://www.ufrgs.br/projalma/alers/>. Acesso em: 14 out. 2018.

- c) para a integração cultural e linguística das comunidades de imigrantes no território nacional, pouco foi feito e ainda persiste o desprezo por minorias linguísticas, revelando a discriminação legal para com as comunidades de língua materna não portuguesa;
- d) a pluralidade linguística no Brasil delinea situações diversas de bilinguismo e multilinguismo e somente a educação indígena está contemplada com propostas curriculares de educação bilíngue na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996. Em âmbito nacional, o tema foi inicialmente discutido em fóruns promovidos por duas associações nacionais: Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) e a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), que passam a constituir [...] fóruns de discussão sobre a formulação e implementação de políticas linguísticas para o Brasil (SAVEDRA; LAGARES, 2012, p. 21).

Quanto à questão educacional, também encontramos desafios, pois o país deveria considerar as diferentes situações de contato linguístico que aqui existem:

O que ainda precisa ser feito é encorajar as partes envolvidas no sentido de refletir sobre essas questões [direitos linguísticos] de um ponto de vista político. Ou seja, o ensino/aprendizagem de línguas não pode ser discutido apenas do ponto de vista linguístico ou da perspectiva das teorias de aprendizagem. Ou ainda, sob o prisma de gosto pessoal ou pendor acadêmico. Essas questões também dizem respeito à cidadania. (RAJAGOPALAN, 2008, p. 17).

Altenhofen (2004) expõe, ainda, que as línguas de imigrantes são as menos guarnecidas por políticas que defendem os direitos linguísticos dos seus falantes. Trata-se, pois, de uma discussão muito pertinente nos meios políticos e acadêmicos e no contexto social, uma vez que quaisquer avanços que se queira fazer nessa direção devem ser ações que visem mobilizar o poder institucional nacional na elaboração e implementação de políticas linguísticas que garantam o reconhecimento não apenas das línguas, mas também dos sujeitos e grupos sociais. Dessa forma, quando se reivindica a criação de atos legislativos em favor das línguas minoritárias, solicita-se, principalmente, que os seus falantes sejam respeitados, o que implica garantir-lhes: i) voz em suas línguas maternas nos espaços públicos, e não apenas nos espaços privados; ii) o reconhecimento oficial de suas línguas; e iii) a promoção

de diferentes ações, como o fomento e a revitalização de suas línguas e a educação bi/multilíngue em diferentes contextos.

O que foi discutido neste capítulo – o que são e como se dão as políticas linguísticas – está intimamente relacionado com a intervenção humana no uso da língua. A verdade é que sempre houve e sempre haverá intervenções no que respeita às práticas linguísticas, sejam elas de forma explícita ou não. Não obstante, na atualidade, aparentemente, vivemos um estado mais tolerante do que se vivenciou no passado, quando o silenciamento das línguas era feito por meio de leis proibitivas. Entretanto, reconhecemos que, apesar das conquistas em relação à diversidade linguística no país, ainda persistem as dificuldades para a manutenção, divulgação e proteção de certas línguas.

As línguas minoritárias podem ser instrumento de inclusão, mas também de exclusão social, pois pode ser muito difícil para alguns entenderem o direito que têm os falantes de uma língua minoritária de não serem discriminados; enfim, de compreenderem o direito linguístico como integrante do rol dos direitos humanos essenciais (HAMEL, 1995). Para os grupos minoritários, tal questão é fundamental.

Portanto, falar de políticas linguísticas, no contexto dos descendentes de imigrantes italianos no Brasil, no Espírito Santo e em São Bento de Urânia, significa trazer para o cerne da discussão os projetos políticos de autoafirmação e educação intercultural e multilíngue em contexto minorizado, bem como a colonialidade do saber/poder que silencia, inviabiliza e desprestigia as diversas formas de estar/pensar/falar das populações (MAHER, 2018).

Diante dessas considerações, faz-se importante reconhecer que existem assimetrias de poder que favorecem uns e calam outros, assimetrias estas que precisam ser combatidas com os instrumentos da política e/ou planejamento linguístico, sabendo-se que, embora não possamos ganhar essa *guerra* completamente, poderemos vencer muitas batalhas importantes. Nesse contexto, consideramos importante discutir também as questões que permeiam o preconceito linguístico, bem como a temática dos direitos linguísticos.

5.5 Dos direitos linguísticos ao preconceito linguístico

Conforme já mencionamos, o Brasil é oficialmente considerado um país

monolíngue e, portanto, o português tornou-se a língua das relações oficiais com o Estado, conforme explicitado no artigo 13 da Constituição Federal de 1988: “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil” (BRASIL, 1988). Dessa forma, respalda-se o mito de ‘uma língua, uma nação’, estabelecendo-se o consenso de que “aqui só se fala uma única língua, a língua portuguesa. E que ser brasileiro e falar o português (do Brasil) são, nessa concepção, sinônimos” (OLIVEIRA, 2000, p. 83).

Contudo, como sabemos, é real a diversidade linguística do país. Por isso, é preciso que a existência das demais línguas não seja mais vista como empecilho à unidade nacional; pelo contrário, faz-se necessário que a pluriétnicidade e “plurilingualidade” do Brasil, formado a partir das contribuições de indígenas, portugueses, africanos e imigrantes de diversas origens, constituam o fator fundamental da brasilidade. Em vista disso, cabe aqui pontuar as medidas relacionadas aos direitos linguísticos reservados ao uso e à preservação das demais línguas existentes no país.

Entre as muitas línguas minoritárias faladas no território brasileiro, as únicas que receberam amparo explícito na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, foram as línguas dos indígenas⁵². Quanto às línguas dos imigrantes, as perspectivas em política linguística dirigidas a elas começaram a ser pensadas em junho de 1996, com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, promulgada pela Unesco.

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vem, desde 1997, formulando instrumentos específicos para efetivar a concepção ampla de patrimônio expressa no artigo 216 da Constituição Federal. O decreto nº 3551/2000 abriu espaço para o reconhecimento pelo Estado de patrimônios culturais do Brasil, de bens de caráter processuais e dinâmicos, como as suas línguas. Outra ação ocorreu em 2006, com a realização de um seminário no Congresso Nacional que teve como objetivo principal o reconhecimento, pelo Estado, da pluralidade linguística do país.

E, como já mencionamos, em dezembro de 2007, em Brasília, aconteceu a Audiência Pública da Diversidade Linguística do Brasil, tendo como foco principal:

⁵² Também o art. 215 se refere à proteção das manifestações culturais de outros segmentos nacionais, como os afro-brasileiros, embora não explicita as línguas.

[...] a necessidade de ações públicas no sentido de estancar o avanço da extinção da diversidade linguística e da perda de habilidades multilíngues, bem como de dar visibilidade e sentido às configurações culturais presentes no espaço brasileiro (ALTENHOFEN, 2007, p. 9)⁵³.

Esse processo previa a escolha de uma “língua-piloto” para o projeto de testagem de metodologia do Inventário, ou seja, uma língua que pudesse ter relevância para a memória e a identidade de grupos que compõem a sociedade brasileira e que fosse veículo de transmissão cultural, falada no território nacional há pelo menos três gerações. Nesse sentido, foi aprovado o Inventário do *Talian*⁵⁴ como representante pioneiro das línguas de imigração. Em nível internacional, ações importantes foram a publicação do *Atlas das Línguas em Perigo no Mundo*, em 2002, pela Unesco; a organização da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada em 2003 pela Assembleia Geral da Unesco; e a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, ocorrida em Paris, em 2005, a qual “reconhece em seu **Preâmbulo** que ‘a diversidade linguística é um elemento fundamental da diversidade cultural’” (FONSECA, 2007).

Abriu-se, assim, o leque do panorama político promissor em favor da diversidade linguística, resguardando o patrimônio cultural de comunidades linguísticas em risco de extinção. Apesar disso, conservou-se, ainda, a dúvida sobre os resultados efetivos da promoção e gestão da diversidade linguística nas diferentes comunidades brasileiras, já que é conhecido o fato de que o plurilinguismo é visto no país como indesejável.

Por sua vez, ao se evidenciar o plurilinguismo no Brasil e no mundo, também se descortina a inquietante situação de línguas que foram minorizadas e substituídas pela língua majoritária por serem alvo de estereótipos, estigma e preconceito. Esses três conceitos se tornaram extremamente significativos em nossa sociedade, uma vez que são atribuídos, na maioria das vezes, para evidenciar o diferente. Embora não seja fácil estabelecer a diferença entre esses três conceitos, tendo em vista que eles se inter-relacionam e são usados

⁵³Ver: Relatório de Atividades (2006-2007), encaminhado pelo Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL), por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2007, p. 9). Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 24 out. 2018).

⁵⁴ O projeto do Inventário do *talian* foi desenvolvido pelo Instituto Vêneto e Universidade de Caxias do Sul/RS, no ano de 2009.

frequentemente como sinônimos, é preciso definir cada um deles.

Em seu aspecto linguístico, os estereótipos são traços socialmente marcados de forma consciente, formas estigmatizadas, de grande impacto social (LABOV, 1972). São marcas que representam a fala de grupos ou classes de indivíduos e que recebem avaliação social negativa. Nesse sentido, os estereótipos resultam da preferência por determinadas formas que funcionam como índices de pertencimento social, regional, sexual, etário etc. Podemos afirmar, então, que o estereótipo está estreitamente relacionado às crenças dos indivíduos, sendo uma generalização desfavorável em relação a algo ou a alguém, exagerada e simplista. No âmbito sociolinguístico, é lamentável que se atribuam rótulos a determinada variedade/língua e a seus falantes.

O estigma, por sua vez, é definido como “[...] uma discrepância especial entre a identidade virtual e a real, [...] um tipo especial de relacionamento entre atributo e estereótipo”⁵⁵ (GOFFMAN, 1963, p. 3-4). O autor, em sua obra, trata o estigma como uma marca que o indivíduo carrega e o torna inabilitado para a aceitação social plena. Goffman (1963) faz a discussão do estigma interligando-o à ideia de categorização, a qual, segundo ele, é necessária ao convívio social, mas que está na base da estigmatização:

A sociedade estabelece os meios de categorizar pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais aos membros dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que neles poderão ser encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem lidar com outros antecipados sem atenção ou reflexão especial. [...] Baseamo-nos nessas antecipações que temos, transformando-as em expectativas normativas, em exigências rigorosamente apresentadas⁵⁶. (GOFFMAN, 1963, p. 2).

Os indivíduos têm uma identidade social que possuem na realidade, e o estigma será atribuído a todo aquele que tiver qualquer característica contrária às expectativas de normalidade. O estigma “vai além do preconceito, é mais forte e mais inibidor.

⁵⁵ No original: “[...] a special discrepancy between virtual and actual social identity, [...] a special kind of relationship between attribute and stereotype”.

⁵⁶ No original: “Society establishes the means of categorizing persons and the complement of attributes felt to be ordinary and natural for members of each of these categories. Social settings establish the categories of persons likely to be encountered there. The routines of social intercourse in established settings allow us to deal with anticipated others without special attention or thought. [...] We lean on these anticipations that we have, transforming them into normative expectations, into righteously presented demands”.

Remete a atitudes negativas, que marcam o estigmatizado para o resto da vida” (BERGAMASCHI, 2006, p. 46). Nesta pesquisa, observamos que o estigma foi instaurado na linguagem dos falantes do vêneto e de seus descendentes, gerando sentimentos de inferioridade e constrangimento social.

Diferentemente do estigma, o preconceito pode ser atribuído tanto ao *outro* – e à sua variedade/língua –, como também ao próprio grupo – e à própria variedade/língua. O preconceito diz respeito a uma reação negativa frente a determinada variedade ou grupo linguístico, especialmente os grupos que detêm pouco ou nenhum prestígio social (SELLA; AGUILERA; CORBARI, 2018, p. 3174). Trata-se de uma reação negativa sem um exame crítico do motivo pelo qual se pensa dessa forma. Segundo Leite (2008, p. 26), é possível verificar o preconceito “quando um sujeito discrimina ou exclui outro, a partir de concepções equivocadas, oriundas de [seus] hábitos, costumes, sentimentos ou impressões”. O preconceito pode construir-se sobre o que nem foi pensado, mas apenas assimilado culturalmente (LEITE, 2008, p. 22). Inclui-se aqui a língua(gem): muitas vezes, verificamos a discriminação silenciosa – uma característica do preconceito –, um ato de *não-gostar*, *achar-feio* e/ou *errada* a maneira como o outro se utiliza de sua língua, sem a discussão do contrário.

No caso de nossos informantes, o preconceito já se manifestou muitas vezes, no julgamento depreciativo ou irônico pelas marcas vênetas presentes no português falado por eles. Observamos também que esse preconceito é do próprio uraniense: “O descendente italiano “fala feio”, não é bem-visto na sociedade”. (Inf. I. C). Vemos, portanto, que os conceitos de estereótipo, estigma e preconceito estão intimamente relacionados, sendo possível perceber a *indevida exclusão do diferente* como uma de suas principais características.

Em vista disso, precisamos questionar o porquê de as pessoas acreditarem que uma língua possa ser melhor ou pior, mais bonita ou feia que outra. Segundo Giles e Niedzielski (1998), podem ser consideradas duas possíveis respostas para a questão: uma está relacionada ao valor atribuído às línguas, que diz que algumas são mais atrativas que outras e estão biologicamente entranhadas nas pessoas; a outra resposta se refere às conotações sociais, ou seja, a visão positiva ou negativa de uma língua/variedade linguística é uma convenção social consagrada pelo tempo, de modo que as qualidades emotivas associadas a ela dependem dos atributos sociais de seus falantes. De acordo com os autores,

São as conotações sociais dos falantes de uma variedade linguística – sejam eles associados a aspectos como pobreza, crime e pouca instrução, por um lado, sejam conotações associadas à instrução/cultura, riqueza e força política – que ditam nossos julgamentos estéticos (e outros) sobre a variedade linguística. [...] julgamentos sobre beleza linguística são determinados em grande parte pelo contexto mais amplo no qual estão inseridos. Ou seja, a estética linguística não vem em um vácuo social, e poucos, se houver, valores inerentes existem.⁵⁷ (GILES; NIEDZIELSKI, 1998, p. 89-90).

Os autores esclarecem ainda que os juízos referentes aos aspectos estéticos de línguas e variedades são construídos com base em normas culturais, pressões e conotações sociais, isto é, os julgamentos sobre as línguas/variedades linguísticas são o resultado de associações e preconceitos sociais, culturais, regionais, políticos e pessoais.

Nesse mesmo sentido, Calvet (2009) afirma que os julgamentos podem estar fundados em uma visão pejorativa da língua, da variedade ou de variantes. Segundo o autor, nessa escala de valores, podem-se verificar estereótipos de “bem falar”:

Ouvimos dizer em todos os países que há um lugar onde a língua nacional é pura [...], que existem sotaques desagradáveis e outros harmoniosos etc. Por trás desses estereótipos se perfila a noção de *bon usage* ('uso certo'), a ideia segundo a qual há modos de bem falar a língua e outros que, em comparação, são condenáveis. Encontramos assim em todos os falantes uma espécie de norma espontânea que os leva a decidir que uma forma deve ser proscrita, que outra deve ser admirada: *não se fala assim, se fala assado* (CALVET, 2009, p. 68).

Dessa forma, faz-se importante apresentar também algumas das implicações que as avaliações sobre a língua e sobre o comportamento linguístico trazem para a sociedade, segundo Giles e Niedzielski (1998), visto que retratam muito bem a comunidade pesquisada nesta tese:

- 1) Muitos falantes de determinadas línguas ou variedades crescem acreditando que sua maneira de se comunicar, que constitui um aspecto fundamental de sua identidade, é inadequada. O fato é que isso

⁵⁷ No original: “It is the social connotations of the speakers of a language variety – whether they are associated with poverty, crime and being uneducated on the one hand, or cultured, wealthy and having political muscle on the other – that dictates our aesthetic (and other) judgments about the language variety. [...] judgments of linguistic beauty are determined in large part by the larger context in which they are embedded. That is, linguistic aesthetics do not come in a social vacuum and few, if any, inherent values exist”.

acontece, na maioria das vezes, em forma de ridicularização e abuso, fazendo com que os falantes tenham vergonha de sua linguagem.

- 2) Ao estabelecer-se que uma língua é *vulgar* e, ainda, que seus falantes possam sentir desconforto e insatisfação ao falá-la, essa valoração negativa pode inconscientemente levá-los a uma percepção falsa da falta de inteligibilidade da língua e, conseqüentemente, considerá-la uma forma inviável para a comunicação.
- 3) E, por último, o quão *bem* se fala pode ter grande valor social. Aqui se analisa se o usuário da língua a utiliza de um modo consensualmente considerado desagradável e/ou feio. Isso poderá levá-lo a situações sociais desfavoráveis, como a reprovação em uma entrevista para um emprego ou um mau atendimento em uma clínica, loja, banco etc.

É fato que, na sociedade, as normas valorizadas correspondem às das variedades cultas, cujo prestígio é estabelecido por um conjunto de forças, em que ganham destaque:

- i) a gramática tradicional, normativa, que nulifica usos coloquiais ou não abonados;
- ii) a escola, que reproduz esse discurso, defendendo o “bom uso” da língua e condenando o “falar errado”;
- iii) os meios de comunicação de massa, que contribuem na difusão do preconceito linguístico; e
- iv) os próprios falantes, que acreditam que falam “errado” e se desculпам por isso.

Assim acontece, principalmente, com as línguas minoritárias: as normas sociais, ao se imporem, geram o preconceito que humilha e marginaliza os falantes, que, eventualmente, passam a ter vergonha de falar sua língua materna e passam a substituí-la em cada vez mais domínios, até seu total abandono: “[...] a interdição da palavra étnica feriu a identidade linguística e cultural do ítalo-brasileiro; instaurou o silêncio, a não comunicação no seu próprio contexto de vida” (FROSI, 2010, p. 185).

Por fim, fazendo-se um paralelo com a questão do preconceito e tendo em vista que o prestígio linguístico não é um traço único ou uma etiqueta que identifica uma língua em todas as circunstâncias (FISHMAN, 1979), é importante mencionar que existem muitos preconceitos que não são claros e que impõem valores positivos ao vernáculo da localidade. Nesse sentido, é oportuno trazer a observação de Maher (2013) sobre essa situação (socio)linguística: “o que se almeja, quase sempre, é a manipulação das identidades dos falantes de uma dada língua, seja no sentido de enaltecê-las ou de denegri-las” (MAHER, 2013, p. 120). Segundo a autora, isso implica uma relação profunda entre políticas linguísticas e políticas de identidade.

Concluindo este capítulo, podemos dizer, com Maher (2013), que as políticas linguísticas estão profundamente relacionadas com as políticas de identidade, no sentido de que o valor de uma língua/variedade é bastante dependente do valor que a sociedade dá ao grupo que a fala. Temos assim que, para promover uma língua minoritária, é preciso promover os seus usos e, principalmente, os seus usuários.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos os passos seguidos e as decisões tomadas durante a realização desta pesquisa. Na seção 6.1, encontram-se os critérios que fazem deste um estudo qualitativo. Em 6.2, demonstramos como foram gerados os nossos dados, apresentando a seleção de nossos sujeitos e suas características (6.2.1), os instrumentos utilizados na pesquisa⁵⁸ e uma descrição geral da comunidade escolhida (6.2.3). E, em 6.3, estão os procedimentos adotados para a análise de nossos dados.

6.1 A natureza da pesquisa

Ao investigarmos a relação entre a substituição da língua vêneta e o sentimento de identidade dos descendentes de imigrantes italianos de São Bento de Urânia, nosso interesse voltou-se para identificar as representações e atitudes desses sujeitos com relação à cultura, às tradições e à língua de seus ancestrais, além de conhecer como a identidade repercute nos usos dessa língua, na comunidade. Aqui, entendemos as representações como “as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito.” (WOODWARD, 2008, p. 17).

Para alcançar nossos objetivos, buscamos o método de pesquisa mais indicado. Os dois mais utilizados são o quantitativo e o qualitativo, que se subdividem em inúmeras técnicas de investigação (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). No campo científico, ambos têm seu espaço e sua função e, frente às diferenças entre os tipos de pesquisa, não há que considerá-las como opostas; são, na verdade, complementares. Contudo, Martins e Theóphilo (2007) justificam que, quando se exploram as experiências dos participantes ou sua visão de senso comum, quando o fenômeno ou funcionamento de uma estrutura social só pode ser captado pela observação ou interação, é preferível adotar a pesquisa qualitativa.

De acordo com Denzin e Lincoln (2006, p. 17), “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo” e consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao fenômeno pesquisado, ou

⁵⁸ Os instrumentos de pesquisa se encontram nos Apêndices A, B e C deste trabalho.

seja, envolve uma abordagem interpretativa, cujo propósito é estudar as coisas em seus cenários naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas conferem a eles. Em vista dessas características, selecionamos o paradigma qualitativo-interpretativo como o mais apropriado para logarmos os nossos propósitos.

Ainda segundo Denzin e Lincoln (2006), cabe ao pesquisador a tarefa de escolher, entre a vasta quantidade de técnicas disponíveis, aquelas que atendam aos objetivos de sua investigação. No que concerne a esta pesquisa, como dissemos, foram adotadas as técnicas da observação participante, com notas de campo com pessoas da comunidade; entrevistas semiestruturadas e questionários sociolinguísticos. A seguir, informaremos como foram gerados os nossos dados.

6.2 A obtenção dos dados

6.2.1 Os sujeitos da pesquisa

Para compor o nosso *corpus*, adotamos os seguintes critérios de seleção dos entrevistados: estes deveriam pertencer a distintas gerações de imigrantes italianos⁵⁹, ter nascido e sempre residido na comunidade ou, pelo menos, deveriam ter passado os últimos 2/3 de sua vida ali.

A maioria dos participantes deste estudo foi contatada a partir de uma família conhecida, que reside há muitos anos em São Bento de Urânia e que se disponibilizou a intermediar nossos primeiros contatos dentro da comunidade. Além disso, para as entrevistas realizadas durante nosso Mestrado, seguimos os critérios de classificação de sujeitos da Sociolinguística Variacionista, a saber: sexo/gênero (feminino e masculino), faixa etária (I: de 8 a 14 anos; II: de 15 a 30 anos; III: de 31 a 50 anos; e IV: acima de 50 anos) e nível de escolaridade (até 4 anos de estudo; de 5 a 8 anos; e acima de 8 anos). Utilizamos essa técnica para que pudéssemos analisar melhor os efeitos das variáveis extralinguísticas sobre os resultados obtidos e para poder utilizar os dados em outras pesquisas variacionistas.

⁵⁹ Cabe aqui ressaltar que todos os sobrenomes de nossos informantes foram verificados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo para a confirmação de sua ascendência italiana.

O questionário aos alunos foi aplicado por nós⁶⁰ no dia 21 de fevereiro de 2019, durante as aulas, para que pudéssemos explicar as perguntas para os alunos, especialmente os mais novos. Os estudantes levaram para casa um questionário destinado aos adultos, para que fosse respondido por um de seus responsáveis. Vale dizer que o questionário dos adultos foi encaminhado a cada família; assim, quando havia irmãos nas salas de aula, apenas um deles levava o questionário para casa. Após duas semanas, retornamos à escola e recolhemos esse segundo material, além dos três questionários destinados à presidência da Associação de Moradores.

6.2.2 Os instrumentos da pesquisa

Nesta subseção, detalhamos os instrumentos que utilizamos para obter e analisar nossos dados.

6.2.2.1 Os questionários

Nesta pesquisa de doutorado, aplicamos três tipos de questionários sociolinguísticos: a) questionário I: aplicado a 81 crianças e adolescentes – alunos da escola de Ensino Fundamental de São Bento de Urânia – que compõem a faixa etária I – como apresentado no Apêndice A desta pesquisa; b) questionário II: aplicado a 34 adultos – pais ou avós dos alunos – que compõem a faixa etária II – como apresentado no Apêndice B desta pesquisa; c) questionário III: aplicado a três membros da presidência da Associação de Moradores de São Bento de Urânia – como apresentado no Apêndice C desta pesquisa –, os quais exercem um papel importante nas decisões que envolvem os moradores da comunidade, especialmente os produtores. Os 34 adultos concordaram, formalmente, tanto em responder aos questionários quanto em permitir que seus filhos ou netos participassem da pesquisa, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – como apresentado no Apêndice E desta pesquisa. No total, obtivemos 118 questionários respondidos.

⁶⁰ Nossa orientadora também estava presente durante a aplicação do questionário às crianças e adolescentes.

Os questionários, elaborados com base no modelo que é utilizado por nosso Grupo de Pesquisa e em Gaio (2017, p. 285), trazem perguntas abertas e fechadas sobre os aspectos sociais, políticos e linguísticos da comunidade, bem como sobre a língua dos ancestrais, o vêneto: seus domínios, preferência (ou não) por seu uso, sua importância e sua transmissão intergeracional. Apenas o questionário aplicado aos representantes da Associação de Moradores contém perguntas específicas sobre a sua fundação e seus objetivos. Nosso intuito, ao aplicar os questionários, foi ter informações mais pontuais e precisas sobre aquelas obtidas nas entrevistas, identificar os sentimentos dos moradores em relação à sua cultura e sua língua e obter possíveis estratégias para que se possa pensar na manutenção do vêneto.

Para a aplicação do questionário dos alunos, solicitamos a autorização formal do diretor da Escola de Ensino Fundamental de São Bento de Urânia e contamos com o apoio do corpo administrativo, pedagógico e docente da escola. O questionário aos alunos foi aplicado por nós⁶¹ no dia 21 de fevereiro de 2019, durante as aulas, para que pudéssemos explicar as perguntas para os alunos, especialmente os mais novos. Os estudantes levaram para casa um questionário destinado aos adultos, para que fosse respondido por um de seus responsáveis. Vale dizer que o questionário dos adultos foi encaminhado a cada família; assim, quando havia irmãos nas salas de aula, apenas um deles levava o questionário para casa. No mesmo dia 21/02/2019, entregamos três vias do questionário ao presidente da Associação de Moradores, que as repassou aos outros dois membros da presidência. Após duas semanas, retornamos à escola e recolhemos os questionários respondidos pelos responsáveis pelos alunos e os três questionários destinados à presidência da Associação de Moradores.

6.2.2.2 As entrevistas

Nos anos de 2013-2014, durante nossa pesquisa de Mestrado (COMINOTTI, 2015), realizamos entrevistas semiestruturadas com 62 moradores do distrito de São Bento de Urânia, com duração de 30 a 90 minutos. O roteiro – tal como apresentado no Anexo A desta pesquisa – foi elaborado pela Prof^a Dr^a Edenize Ponzó Peres e por

⁶¹ Nossa orientadora também estava presente durante a aplicação do questionário às crianças e adolescentes.

membros do Grupo de Estudos da Diversidade Linguística do Espírito Santo (GEDILES)⁶². As entrevistas foram realizadas na residência dos informantes, na escola da comunidade ou nos arredores da praça da igreja, local em que os moradores costumam se reunir depois do culto dominical para conversar. No início das entrevistas, perguntávamos aos participantes se aceitavam gravá-las e explicávamos que sua identidade seria mantida em sigilo. Ao final, os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – apresentado no Anexo B desta pesquisa. Porém, é importante ressaltar que, neste trabalho, iremos apenas utilizar trechos dessas entrevistas como dados secundários, para exemplificar e fundamentar nossas análises.

Houve entrevistas que foram realizadas com a presença de mais de um informante – esposo e esposa; e mãe, pai e filho. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 138), “nesta situação [de entrevistas em grupo], várias pessoas juntas são encorajadas a falar sobre um tema de interesse. [...] Ao refletir sobre um tópico, os sujeitos podem estimular-se uns aos outros”. Tais encontros foram particularmente interessantes, por confrontar as gerações e destacar traços de identidade linguística e cultural italianos. Aqui cabe uma observação: o fato de esta pesquisadora ser descendente de imigrantes italianos contribuiu para a abordagem dos sujeitos, que se sentiam mais à vontade com uma “patrícia”. Também compartilhamos muitas experiências em comum, o que fazia fluir a conversação.

As entrevistas versaram sobre a história da comunidade, as lembranças da vida no Brasil e na Itália, os sentimentos dos informantes em relação a suas origens, os hábitos e tradições da família e dos ascendentes etc. Faz-se oportuno notar que, embora a língua vêneta esteja sendo substituída pelo português, ainda encontramos falantes da língua ancestral nas faixas etárias mais jovens, como atestam os questionários, além de muitas marcas dessa língua, sobretudo fonético-fonológicas, no português falado pela maioria dos informantes, inclusive os mais novos, presentes em palavras como [põ], para <pão>, ca[r]o, para <carro>, [t]inha, azu[l]l⁶³ etc.

⁶² Algumas perguntas do roteiro de entrevistas foram sugeridas pela Prof^a. Terezinha Fassarela, do Centro Universitário São Camilo, de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

⁶³ Peterle (2017) e Peres, Cominotti e Pardinho (2018) analisam o ditongo nasal em São Bento de Urânia. Os demais traços vênets no português da comunidade ainda não foram descritos.

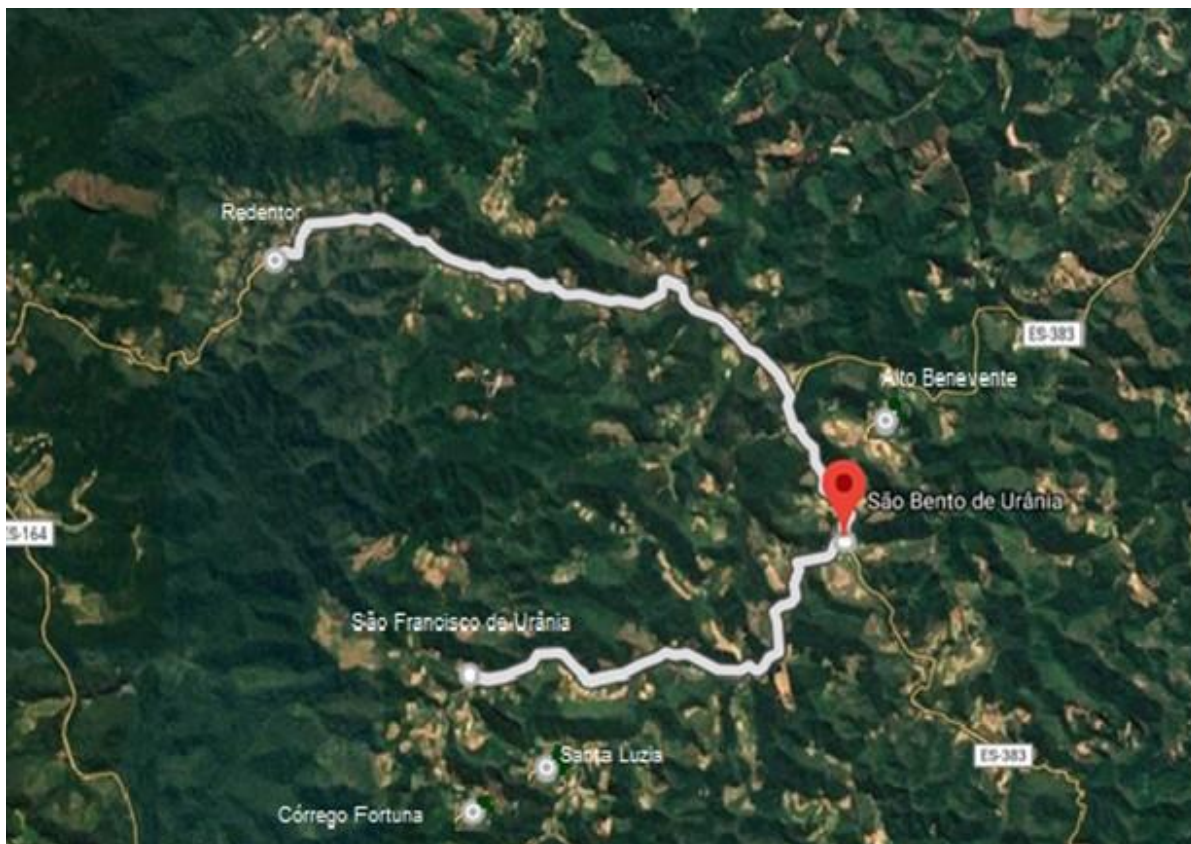
6.2.2.3 A observação participante

A observação participante aconteceu em todas as ocasiões em que visitamos a comunidade. Assim, durante as visitas, tivemos a oportunidade de conhecer o cotidiano do lugar e ter um contato mais estreito com os moradores e seus líderes – os patriarcas das famílias, os coordenadores da igreja católica da comunidade e o presidente da Associação de Moradores local. Esse conhecimento foi essencial para compreendermos as informações contidas nos questionários e nas entrevistas.

6.2.3 A localidade escolhida

São Bento de Urânia é um dos sete distritos que compõem Alfredo Chaves. Tem cerca de 900 habitantes, está localizado a 40 km da Sede e é composto por várias comunidades, conforme podemos observar na Fotografia 1. Trata-se do ponto geográfico mais alto de Alfredo Chaves, com cerca de 1.250m de altitude, o que lhe propicia temperaturas amenas no verão e muito frias no inverno. Tal fato contribuiu para que o lugar se mantivesse desabitado até a chegada dos primeiros imigrantes. A população é composta majoritariamente por descendentes de imigrantes italianos, que trabalham na agricultura familiar, a qual é responsável pelo desenvolvimento de São Bento de Urânia. Todos os moradores do distrito têm características ao mesmo tempo comuns e marcantes: a devoção, a fé e o trabalho, evidenciadas pelo lema 'Ora e trabalha'.

Fotografia 1: São Bento de Urânia e comunidades vizinhas



Fonte: [https:// www.google.com.br/maps](https://www.google.com.br/maps) (Adaptada). Acesso em: 14 dez. 2018.

Ao observarmos as fotografias a seguir, verificamos que, na Sede de São Bento de Urânia, há um pequeno centro urbano, para onde os moradores das demais comunidades vão para ir a uma das duas igrejas do lugar – uma católica e outra adventista; para receber atendimento médico e/ou odontológico, no posto de saúde; para frequentar a escola de Ensino Fundamental; e para comprar alimentos e outros artigos básicos, na mercearia local. Além desses estabelecimentos, a Sede conta com uma pastelaria que funciona nos finais de semana e uma lanchonete inaugurada recentemente.

Fotografia 2: Vista aérea da Sede de São Bento de Urânia



Fonte: Disponível em: [https:// www.google.com.br/maps](https://www.google.com.br/maps). Acesso em: 14 dez. 2018.

Fotografia 3: Rua principal de São Bento de Urânia, com vista da igreja católica



Fonte: Disponível em: [https:// www.google.com.br/maps](https://www.google.com.br/maps). Acesso em: 14 dez. 2018.

Fotografia 4: Escola de Ensino Fundamental de São Bento de Urânia



Fonte: Arquivo Pessoal, 2019.

Como podemos observar por meio das Fotografias 1 e 2, o distrito está localizado em um vale cercado por morros e colinas, com trechos de matas fechadas e/ou muitos fragmentos florestais no entorno. As características gerais das comunidades que compõem o distrito são estas:

- i) trata-se de localidades que até recentemente apresentavam dificuldade de acesso, não recebendo visitas constantes de pessoas de fora;
- ii) seus moradores, em sua maioria, são descendentes de imigrantes italianos e preservam costumes de seus ancestrais, incluindo os traços linguísticos do vêneto no português ali falado, como dissemos; e
- iii) os habitantes, em geral, se identificam com seus ascendentes, dos quais sentem orgulho.

Em suma, os imigrantes que se estabeleceram em São Bento de Urânia eram falantes de variedades vênetas, mas, com o decorrer do tempo, o português passou a ser usado em uma progressão crescente, não obstante o interesse demonstrado atualmente pela manutenção da língua ancestral. Foram as características de São

Bento de Urânia e a sua realidade sociolinguística que suscitarão o nosso interesse em pesquisar esse distrito.

6.3 Procedimentos para a análise dos dados

Para sistematizar a análise de nossos dados, eles foram divididos em: i) o estado atual da língua vêneta nas comunidades e sua transmissão intergeracional; e ii) os fatores que relacionam o sentimento de identidade dos uranienses com a língua vêneta: os aspectos culturais presentes na comunidade, as atitudes linguísticas dos moradores, a etnicidade e o preconceito linguístico influenciando a manutenção (ou não) dessa língua.

Os informantes deste estudo são todos descendentes de imigrantes italianos, o que nos permite saber o modo como vivenciam a italianidade. cremos que, por meio de nossos dados, podemos observar os processos de manifestação identitária e as crenças linguísticas desses sujeitos, com a finalidade de encontrarmos as possíveis causas do atual estágio de substituição do vêneto. Os dados gerados pelas entrevistas foram interpretados a partir:

- da atitude do falante com relação ao vêneto e ao seu uso;
- da convivência com outros falantes de vêneto e a transmissão intergeracional da língua;
- do preconceito linguístico sofrido;
- dos sentimentos que os descendentes nutrem em relação a seus ascendentes.

Para a presente pesquisa, buscamos ouvir novamente as entrevistas feitas em 2013-2014 (COMINOTTI, 2015), para que, agora, pudéssemos compreender e (re)construir um quadro com os fatores e crenças relacionados à transmissão ou não do vêneto, mencionados por muitos de nossos informantes. Também analisamos a identificação dos informantes com o fato de serem italianos e a adoção ou não de práticas para a revitalização do vêneto. Para responder a essas novas questões, sentimos, então, a necessidade da aplicação dos questionários sociolinguísticos.

Dessa forma, nesta pesquisa, consideramos as informações contidas nas entrevistas de Cominotti (2015), os dados gerados pela observação participante e as respostas dos membros da Associação de Moradores, dos estudantes e de seus pais aos questionários. Registramos trechos das entrevistas e as respostas aos questionários, considerando os seguintes critérios:

- as representações e atitudes de pessoas de diferentes faixas etárias em relação à língua e à cultura dos imigrantes italianos e à brasileira;
- as escolhas linguísticas feitas por pais e filhos no ambiente familiar e no convívio social;
- o papel que as línguas vêneta e portuguesa desempenharam e desempenham dentro e fora do contexto familiar;
- as atitudes dos membros da comunidade em relação ao mono e ao bilinguismo;
- o uso do vêneto fora do contexto familiar;
- as práticas e conhecimentos do vêneto aprendido pelos filhos por meio da escola;
- outros fatores favoráveis à manutenção e à transmissão do vêneto, com base nos estudos do Contato Linguístico, além de alguns apontados por nossos informantes;
- as medidas a serem discutidas em relação ao interesse em manter/revitalizar a língua vêneta na comunidade.

No próximo capítulo, então, apresentaremos as análises de nossos resultados.

7 A ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentamos os resultados de nossas análises, feitas com base nos questionários, nas entrevistas e na observação da comunidade. Iniciaremos verificando a presença do vêneto atualmente no distrito de São Bento de Urânia.

7.1 A presença da língua e da cultura vêneta em São Bento de Urânia

Em nossa pesquisa de Mestrado (COMINOTTI, 2015), atestamos que ainda há falantes de vêneto na comunidade e que os traços da cultura vêneta estão fortemente presentes na vida dos moradores. Dessa forma, nesta pesquisa, um de nossos propósitos foi averiguar mais detalhadamente essas questões. Nas subseções a seguir, encontram-se esses resultados, iniciando-se pela formação étnica de nossos informantes.

7.1.1 A formação étnica dos informantes

Para averiguar a formação étnica de nossos informantes, pesquisamos seus sobrenomes no site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Por esse meio, verificamos que 100% de nossos entrevistados e 78,81% daqueles que responderam aos questionários têm sobrenomes italianos, sejam de ambos os pais ou de apenas um deles. Também perguntamos ao presidente e aos representantes da Associação quantos de seus membros eram descendentes de imigrantes italianos, ao que responderam que era a maioria.

A grande quantidade de descendentes de italianos do Vêneto em São Bento de Urânia promoveu o uso da língua ancestral pelos moradores e favoreceu o seu sentimento de italianidade. Torna-se importante, assim, atestarmos a presença da língua e da cultura no distrito.

7.1.2 O vêneto em São Bento de Urânia

Para identificarmos a presença do vêneto no distrito, formulamos algumas perguntas nos questionários destinados às crianças e adolescentes (Faixa etária I) e aos adultos (Faixa etária II) - Apêndices A e B, respectivamente.

Para as 81 crianças e adolescentes da faixa etária I, perguntamos:

- 1) *Alguém na sua família (bisavós, avós, pais ou irmãos) sabe falar outra língua além do português?*
 - a) sim: 69 (85,19%);
 - b) não: 12 (14,81%).

- 2) *Se alguém da sua família fala outra língua além do português, eles usam essa outra língua no dia a dia?*
 - a) sim: 53 (65,43%);
 - b) não: 28 (34,57%).

- 3) *Em que lugares o(s) familiar(es) usa(m) a outra língua?*⁶⁴
 - a) em casa: 41 respostas;
 - b) em outras casas: 7 respostas;
 - c) no trabalho: 5 respostas;
 - d) na igreja: 4 respostas;
 - e) no comércio: 3 respostas.

Também perguntamos à faixa etária II: *Se você fala a língua dos antepassados, com quem e/ou onde você fala?*⁶⁵ Dos 34 integrantes da faixa etária II, 7 não responderam a essa pergunta. As opções mais indicadas pelos outros 27 sujeitos foram:

- a) com os pais: 9 respostas;
- b) com os filhos: 9 respostas;
- c) com os avós: 5 respostas;
- d) com os irmãos: 2 respostas;
- e) com vizinhos e/ou amigos: 2 respostas;
- f) com os netos: 1 resposta;

⁶⁴ Nessa pergunta, o jovem poderia marcar mais de uma opção.

⁶⁵ Nessa questão, o respondente também poderia marcar mais de uma opção.

- g) em casa: 16 respostas;
- h) no trabalho: 2 respostas;
- i) na igreja: 1 resposta;
- j) nos jogos/brincadeiras (bocha, mora, futebol, baralho etc.): 1 resposta;
- k) Não/nunca falo: 2 respostas.

Os resultados acima mostram que o vêneto realmente ainda é utilizado, principalmente nos lares. As respostas também indicam que a língua é utilizada especialmente com os mais idosos e, claro, com quem pelo menos a compreende. A falta de interlocutor foi frequentemente reportada nas entrevistas, em Cominotti (2015), como causa do declínio do vêneto na comunidade: os falantes eram e são os mais idosos, e estes faleceram ou estão falecendo. Assim, há cada vez menos oportunidade de utilizar a língua, como mostram estes excertos retirados das entrevistas – apresentados no Anexo B desta pesquisa⁶⁶:

Excerto 1

Entrevistado 1	II, masculino, até 4 anos de escolarização.
Relato	Falar come, se te non te capice niente? [...] em du pessoe pelo meno.
Entrevistado 2	II, feminino, até 4 anos de escolarização
Relato	Non. (incompreensível) em doi pra falar ⁶⁷ !

Para sabermos qual é a competência linguística dos informantes, perguntamos-lhes, nos três questionários, se sabiam falar, compreender, ler e escrever o vêneto. Dos 118 questionários, vários informantes das diferentes faixas etárias não responderam a algumas dessas perguntas; daí o número desigual entre o total de informantes por faixa etária (81, na faixa I; 34, na faixa II) e o número de respostas obtidas. Neste ponto, vale esclarecer que decidimos separar os dados dos membros

⁶⁶ Transcrições feitas pela autora a partir das entrevistas de Cominotti (2015).

⁶⁷ A informante afirma que só consegue falar com a presença de outra pessoa que também fale.

da presidência da Associação de Moradores, para uma melhor análise. Os resultados aparecem na tabela a seguir.

Tabela 1: Habilidades linguísticas declaradas dos informantes

HABILIDADES DECLARADAS NO VÊNETO		Faixa I (8-17 anos)		Faixa II (acima de 21 anos)		Associação de Moradores		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Entende	Bem	6/37	16,22	6/31	19,35	-	-	12/68	17,65
	Razoavelmente	20/37	54,05	12/31	38,71	3/3	100	35/71	49,30
	Pouco	4/37	10,81	13/31	41,94	-	-	17/68	25
	Nada	7/37	18,92	-	-	-	-	7/37	18,92
Fala	Bem	8/33	24,25	1/31	3,23	-	-	9/64	14,06
	Razoavelmente	7/33	21,21	11/31	35,48	3/3	100	21/67	31,34
	Pouco	5/33	15,15	19/31	61,29	-	-	24/64	37,5
	Nada	13/33	39,39	-	-	-	-	13/33	39,39
Lê	Bem	5/32	15,63	2/31	6,45	-	-	7/63	11,11

	Razoavelmente	6/32	18,75	8/31	25,80	-	-	14/63	22,22
	Pouco	7/32	21,88	20/31	64,52	-	-	27/63	42,86
	Nada	14/32	43,74	1/31	3,23	3/3	100	18/66	27,27
Escreve	Bem	3/30	10	1/30	3,33	-	-	4/60	6,67
	Razoavelmente	5/30	16,67	6/30	20	-	-	11/60	16,67
	Pouco	3/30	10	22/30	73,34	-	-	25/60	41,67
	Nada	19/30	63,33	1/30	3,33	3/3	100	23/63	36,51

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Questionário I - Apêndice A

Ao analisarmos a Tabela 1, acima, vemos, primeiramente, que muitos informantes deixaram de responder a essas perguntas, especialmente da faixa etária I: 37 alunos (45,68%) responderam à pergunta sobre “entender” o vêneto e 33 (40,74%) responderam à pergunta sobre “falar” a língua. Nas habilidades escritas, o número de respondentes diminuiu: 32 (39,51%) responderam à pergunta sobre “ler” e 30 (37,04%) responderam sobre “escrever” o vêneto. Na faixa etária II, 31 informantes (91,18%) responderam às quatro perguntas. Diante desses resultados, podemos pensar que quem não respondeu às perguntas não tem nenhuma habilidade no vêneto.

Entretanto, observamos que 20 informantes afirmam que falam o vêneto – mesmo que seja pouco –, o que demonstra que a língua ainda está presente no distrito, entre os mais jovens. Também podemos observar, pelos resultados da tabela, que em todas as habilidades a sua capacidade declarada – “bem” e “razoavelmente”

– suplanta a dos adultos. Pensamos que essa capacidade se refere aos termos, expressões e frases mais usuais, que utilizam os mais velhos nos jogos, nas brincadeiras e nas conversas após os cultos de domingo. Há que se notar que esses 20 jovens foram os que também afirmaram que o vêneto é usado em casa, fazendo com que tenham a capacidade de falar e entender. Especificamente quanto às habilidades de leitura e escrita atestadas, esses informantes podem estar pressupondo essa competência, haja vista que o vêneto e o português não são línguas estruturalmente distantes; assim, tomariam a sua fala como base para a leitura e a escrita.

Já entre os adultos, 41,94% afirmam que entendem pouco o vêneto, sendo o maior percentual; 38,71% declaram que entendem razoavelmente e 19,35% afirmam que entendem bem. Somando-se os que entendem bem e razoavelmente, temos 58,06%. Para a habilidade de *falar*, 61,29% marcaram a opção “pouco” e 38,71% afirmaram falar bem ou razoavelmente, sendo que ninguém afirmou que não falava nada, o que demonstra que a língua faz parte da vida desses sujeitos, embora não esteja tão presente como no passado. Para as demais habilidades, como era esperado, as opções “bem” e “razoavelmente” tiveram uma queda acentuada: na habilidade de *leitura*, as opções “pouco” e “nada” foram marcadas por 67,75% dos 31 informantes; já a opção “razoavelmente” foi a terceira mais marcada, com 25,80%, e “bem” teve 6,45% das respostas. As duas últimas opções somaram 32,25% das respostas. Para a habilidade de *escrita*, temos que 76,67% dos respondentes afirmaram que escrevem “pouco” ou “nada” e 23,33% declararam que escrevem bem ou razoavelmente – 20% marcaram a opção “razoavelmente” e apenas 3,33%, “bem”.

Creemos que esses resultados podem ser justificados por uma maior criticidade dos adultos: devido ao uso menor da língua atualmente na comunidade, já não têm a mesma facilidade para utilizá-la; outra possibilidade é a sua comparação com os mais antigos, que falavam apenas ou majoritariamente o vêneto na comunidade. A título de comparação entre os adultos, vejamos os resultados que obtivemos dos membros da presidência da Associação. Eles confirmam a tendência de uma maior competência nas habilidades orais do que nas escritas: os três membros afirmaram que entendem e falam “razoavelmente”, mas não leem nem escrevem “nada”. Por serem os representantes dos moradores da comunidade, exercendo assim o papel de líderes locais, foram bastante criteriosos em suas respostas, e consideramos que expressam

a realidade sociolinguística do distrito.

Também é importante ressaltar que, nas 62 entrevistas de Cominotti (2015), encontramos um total de 34 (54,84%) informantes que declaram saber falar e entender o vêneto, mas nenhum deles afirmou saber ler ou escrever a língua. Os trechos de entrevistas a seguir atestam o uso do vêneto na comunidade⁶⁸.

Excerto 2

Entrevistado 3	Faixa II (15-30 anos), feminino, até 4 anos de escolarização
Relato	As pessoas mais velhas falam muito. A minha mãe e meu sogro são irmãos, eles conversam tudo em italiano ⁶⁹ . Eu entendo, [mas] meus filhos não. Meu pai e minha mãe falavam tudo em italiano. Eu falo alguma coisa com meus filhos e eles não entendem.
Entrevistado 4	Faixa IV (acima de 50 anos), masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	I (informante): Eu falo tudo em italiano. [...] Non te capice niente? ⁷⁰ E (entrevistadora): Não, eu não entendo nada. I: E se te xingar, te capice? E: Sì. E se, se chegar uma pessoa e cumprimentar [...] oi! Né? I: Não acontece, que aqui ninguém chega [...] na, na casa da pessoa assim falar [...] conversar [...] cumprimentando a pessoa em italiano... E: Sim. I: ...então, a gente então conversa até no português também com a pessoa. É só que a gente tem a língua atrapalhada, que aquilo dava mais quase vontade conversar italiano que brasileiro. [...] eu, eu me sentia muito melhor, fosse a... conversar só o italiano só.
Entrevistado 5	Faixa III (31-50 anos), masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	Meus avós conversavam só italiano. Eu sei entender. Ela só conversava italiano. Hoje o que você falar eu entendo. Mas já tá perdendo. Eu não falo com minha filha.

⁶⁸ Cominotti (2015) dividiu os sujeitos de suas entrevistas em quatro faixas etárias: I (de 08 a 14 anos); II (de 15 a 30 anos); III (de 31 a 50 anos); e IV (acima de 50 anos).

⁶⁹ Na comunidade, a língua trazida e falada pelos imigrantes é conhecida por *italiano*, e não por *vêneto*.

⁷⁰ Transcrição da autora a partir das entrevistas de Cominotti (2015).

Por fim, os resultados evidenciam que há, realmente, uranienses – mesmo os da faixa etária I – bilíngues, seguindo Mackey (1972), que afirmam que o bilinguismo é uma característica individual que pode ocorrer desde uma competência mínima até um domínio completo de mais de uma língua. Nossos resultados também confirmam a gradativa substituição do vêneto, já descrita em nosso primeiro estudo na comunidade (COMINOTTI, 2015), quando explicamos que, apesar da expressiva imigração italiana da localidade, seus moradores foram se deparando com a necessidade de aprender o português, seja pela imposição política e social, seja pelo preconceito sofrido em falar outra língua que não fosse a da maioria. Esses fatos podem ser verificados nas respostas de nossos informantes, a seguir.

Excerto 3

Entrevistado 6	III, feminino, + de 8 anos de escolarização
Relato	[...] Os professores que vieram eram professores de fora que vi nessa época, eram professores de fora... e da gente corrigindo isso nos alunos. Nós fizemos isso! Né!? Errado, mas por inexperiência, por a gente não saber... quando o aluno modificava [referindo-se à mudança do português para o vêneto] a gente falava: “Isso aí não! Não é assim que se fala!”.
Entrevistado 7	IV, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	Era proibido falar italiano, na escola batiam. Depois foi mudando. Aqui só havia italiano. A lei começou proibir, não podia falar. Já pegava da escola. Ali proibiu. Nem eu com minha mulher falava porque não podia.

É fato, conforme demonstram os excertos acima, que houve algumas ações políticas em prol da substituição do vêneto pela língua portuguesa, isto é, não foi uma livre escolha feita pelos descendentes de imigrantes, mas, sim, uma necessidade, e muitos pais não ensinaram o vêneto aos filhos para protegê-los de represálias e do preconceito, mesmo reconhecendo a importância de repassar a língua dos antepassados para seus filhos. Em consequência desses fatos, o uso da língua foi-se restringindo cada vez mais. Na próxima seção, detalharemos como se processou a substituição do vêneto pelo português no distrito de São Bento de Urânia.

7.2 A substituição do vêneto em São Bento de Urânia

Vimos, anteriormente, que o vêneto está sendo cada vez menos falado, à medida que os anos e as gerações avançam. Dessa forma, nesta subseção, analisaremos esse processo, a partir da interrupção de sua transmissão aos descendentes dos imigrantes que colonizaram São Bento de Urânia.

Segundo Fasold (1996), ainda que em uma comunidade haja um bom número de falantes de uma língua minoritária, a ameaça de substituição linguística se torna realidade se esses indivíduos não conseguirem transmitir essa língua a seus filhos. Nesse sentido, faz-se importante, para esta pesquisa, averiguar se a transmissão intergeracional ainda acontece em São Bento. Para isso, vamos analisar o contexto histórico e social dos usos do vêneto no distrito.

Nossos informantes mais idosos, que têm acima de 50 anos, afirmaram, nas entrevistas, que a principal causa para a substituição do vêneto pelo português na localidade foi o medo e a vergonha de falar a sua língua, impostos a seus pais e avós a partir do Estado Novo (10/11/1937-31/01/1946) do governo Getúlio Vargas. Dessa forma, os descendentes de imigrantes que falavam a sua língua não poderiam mais fazê-lo, fato que os obrigou a abandoná-la – pelo menos em público – e adotar majoritariamente o português. Por conseguinte, esses falantes procuraram não transmitir o vêneto aos filhos e netos, o que explica a situação sociolinguística do distrito.

Por sua vez, os uranienses mais jovens vivem em um período de transição entre a antiga intolerância, preconceito e desconhecimento do significado e valor de sua herança cultural e linguística, e a época atual, quando percebemos uma crescente valorização das raízes italianas, fortalecidas pelas comemorações da comunidade, como a Festa da Uva e do Vinho, baseada totalmente na cultura italiana, com comidas típicas, desfiles e danças, além da preservação dos jogos de mora e de bocha.

Esses fatos vêm gradativamente despertando nos informantes uma atitude positiva quanto à manutenção dessa herança cultural e linguística, fazendo com que se interessem pelos costumes ancestrais, como mostra o depoimento seguinte.

Excerto 4

Entrevistado 8	III, masculino, + de 8 anos de escolarização
Relato	[...] independente do que eles passaram lá [as dificuldades enfrentadas pelos primeiros moradores], foi o que nós herdamos e construímos. Então, toda a nossa comunidade, na verdade, foi construída em cima da, dessa questão da origem italiana. Então as festas, a cultura, toda ela, a questão religiosa, os santos, tudo isso é voltado para a questão italiana.

Por outro lado, o preconceito ainda hoje é um obstáculo que enfrentam os moradores de São Bento de Urânia, quando saem da comunidade, como afirmam vários informantes nas entrevistas: as marcas da língua dos antepassados no português que falam fazem com que normalmente sejam reconhecidos como uranienses e, muitas vezes, são ridicularizados. Assim, esses sujeitos reconhecem a importância que a língua tem na comunidade, mas não estão atentos para o fato de que precisam continuar sua transmissão, se não quiserem vê-la desaparecer.

O processo de substituição se intensifica pelo fato de que as crianças e os adolescentes tiveram muito menos acesso à língua de seus antepassados. Aqueles jovens que afirmam saber falar a língua convivem com seus avós ou bisavós que falam o vêneto e o utilizam em casa, na lavoura e em ocasiões como festas, encontros ou jogos. Contudo, a língua é logo reprimida quando as crianças chegam à escola, e elas deixam de falá-las, muitas vezes para se inserirem no seu grupo de pares. Os depoimentos a seguir atestam a diminuição do uso do vêneto entre as gerações e indicam algumas de suas causas.

Excerto 5

Entrevistado 9	IV, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	E – E quando vocês eram crianças, assim, vocês ouviam talvez se eles falavam alguma coisa em italiano? I – Meu pai e minha mãe também sempre conversavam entre eles dois, eles não conversavam igual a nós... o dialeto no caso. Ele não... e eu entendia tudo e entendo até hoje, se tiver alguém conversando, tudo. Só que eu não converso.

	<p>Filha⁷¹: Nossa! Uma vez quem falava italiano era muito discriminado.</p> <p>E – Aí eles conversavam entre eles dentro de casa?</p> <p>I – Entre eles, sim. Eles falavam com a gente, eles falavam italiano. Eu com meu pai falava em italiano e eu já introduzia brasileiro, já desde criança.</p> <p>E – O senhor não repetia italiano, no caso?</p> <p>I – Não. Ele falava italiano e eu falava em brasileiro. Ele não... queria que a gente aprendesse aquilo.</p> <p>Filha: Porque uma vez não podia falar assim [...] Porque vamos supor que a gente saísse assim para Vitória. Complicado, né?⁷²</p> <p>E – Por que vocês acham que se perdeu? Porque os avós falavam, né? Por que que vocês acham que eles tinham medo de passar para os filhos?</p> <p>I – Era a discriminação isso, acho.</p>
Entrevistado 10	III, masculino, + de 8 anos de escolarização
Relato	<p>E – Tem alguma pessoa da sua família que falava em italiano?</p> <p>I – Minha finada avó, mãe da minha mãe, oitenta por cento que ela falava era italiano.</p> <p>E – E a sua mãe, seu pai, falavam italiano com vocês?</p> <p>I – Ah! Muitas coisas que nós sabemos hoje que aprendemos foi ouvindo eles ou eles falando com a gente. Mas papai já falava com a gente muito em português, mesmo porque viajava muito, saía muito e não praticava. Mamãe não, mamãe já com a nona muito mais italiano.</p> <p>E – E por que você acha que o italiano deixou de ser falado?</p> <p>I – Um pouco da escola e um pouco da própria convivência, né? Que as pessoas se sentiam um pouco retraídas, quando saíam para outra localidade. Então seu sotaque, ele é característico. Hoje a sociedade entende, mas uns anos atrás não. Você era o da roça... você era o sem conhecimento,</p>

⁷¹ A filha do informante participou neste momento da entrevista. Ela pertence à faixa etária III (de 31 a 50 anos), com até 4 anos de escolarização.

⁷² A filha se referia à proibição e vergonha de falar o vêneto em um lugar como a capital do estado.

	então isso vinha é... fazer diferença.
Entrevistado 11	II, masculino, + de 8 anos de escolarização
Relato	<p>E – Você sabe de alguém, alguma família aqui que tem avô, bisavô que fala italiano, talvez?</p> <p>I – Sei não. Bom que eu sei da minha família só tem meu avô, né?</p> <p>E – Você já ouviu ele falar alguma palavra em italiano?</p> <p>I – Ah, já. Nóóó... piova, esses negócios, eu não entendo nada que ele fala.</p> <p>E – Você teve curiosidade de aprender talvez?</p> <p>I – Ainda não, né? Tive não, né?</p> <p>E – O que você acha assim você acha interessante ele falar?</p> <p>I – É interessante porque é o que que ele sabe, né? É a linguagem dele, ele não tem como mudar...</p>
Entrevistado 12	I, feminino, 5 a 8 anos de escolarização
Relato	<p>I – O vovô assim ele é descendente de italiano.</p> <p>E – E ele fala alguma coisa em italiano? Você já ouviu ele falar?</p> <p>I – Já.</p> <p>E – É? Ele fala dentro de casa, como que é?</p> <p>I – É às vezes na... fala algumas palavrinhas.</p> <p>E – Com seu pai, ele fala? Seu pai fala alguma coisa em italiano?</p> <p>I – Não. Meu pai não é daqui.</p> <p>E – Sua mãe fala?</p> <p>I – Minha mãe não.</p> <p>E – Nada? Com você nunca falou nada também?</p> <p>I – Hum, hum. Não.</p> <p>E – E você já ouviu seu avô falar?</p> <p>I – Já.</p>

E – Já? Você já ouviu ele falar o quê, em italiano?

I – Dinhe[R]o. Deixa eu ver mais o quê? Bella tosa. [...] Deixa eu ver... tem muitas, eu sei muitas, mas me deu um branco.

Como podemos observar nos depoimentos, houve uma grande diminuição do uso do vêneto, no distrito. Para melhor entendermos esse processo, perguntamos aos nossos informantes, no questionário destinado aos adultos, se eles transmitiram a língua de herança aos filhos. Dos 32 adultos que responderam a essa pergunta do questionário⁷³, apenas 10 (31,25%) disseram que transmitiram a língua aos filhos. As justificativas citadas foram: “para eles manterem a cultura”; “para continuarem a tradição”; “é bom eles aprenderem a língua da nossa origem”; “porque é uma origem familiar”; e “para não perder a cultura”.

Também perguntamos, no questionário 2 – Apêndice B: “Se você não transmitiu a língua aos descendentes, pretende transmitir? Por quê?” Dos 22 informantes que responderam à questão, 12 (54,55%) afirmaram que têm a intenção de fazê-lo. As justificativas apontadas foram: “por algum dia eles possam precisar”; “para eles não perderem a linguagem dos nossos bisavós”; “tradição não pode se esquecer”; “porque é muito importante aprender a língua de nossa origem”; “para continuar a tradição”; “para manter os costumes e valores da família e tradição”; “pois é a nossa origem”; “se eles quiserem aprender”; “se tivesse oportunidade”; “gostaria de ter aula de italiano para minha filha aprender”. Vemos, portanto, que as razões para a transmissão da língua têm relação com os sentimentos de identidade dos informantes com as suas raízes italianas. Voltaremos a esta questão adiante, por ser ela de importância central em nossa pesquisa.

Neste momento, cremos ser importante apresentar as justificativas dadas pelos informantes que não transmitiram e não pretendem transmitir o vêneto aos descendentes: “por não terem interesse”; “não aprendeu a falar”; porque nos comunicamos em português”; “pouco conhecimento”; “sem necessidade”; “não sei falar principalmente, não sei ensinar a falar”; “porque não sei”; “porque não vou muito atrás”. Dessa forma, as causas declaradas da não transmissão estão relacionadas principalmente à falta de conhecimento da língua e ao desinteresse por parte dos pais

⁷³ Lembramos que 31 adultos declararam que falavam a língua, mesmo que pouco.

ou dos filhos. Uma resposta merece a nossa atenção: “sem necessidade”, o que aponta para a importância da utilidade da língua, para a sua manutenção, como declaram muitos autores do Contato Linguístico.

Por sua vez, mesmo que o vêneto não tenha tido uma transmissão significativa no lar, ele ainda se faz presente em São Bento de Urânia, conforme os dados apresentados na Tabela 1, sobre as habilidades declaradas nessa língua. Assim, de acordo com todos os dados apresentados até aqui, podemos concluir que, atualmente, o vêneto no distrito se apresenta em um estágio avançado de substituição linguística. Entretanto, cremos que esse panorama pode ser alterado, se a consciência da importância da língua e da cultura materna e a identificação do povo com suas raízes puderem ser trabalhados entre os descendentes de imigrantes.

Apesar de nossa constatação de que os pais já quase não falam mais o vêneto com seus filhos, buscamos verificar se as crianças e adolescentes apresentam interesse pela língua vêneta e manifestam o desejo de aprendê-la. Cabe especificar que a pergunta foi aberta, o que possibilitou distintas respostas ou mesmo mais de uma opção de língua. A tabela a seguir apresenta os resultados dos 79 informantes, que indicaram 85 línguas.

Tabela 2: Crianças e adolescentes que demonstram interesse em aprender o vêneto

Qual língua você gostaria de aprender um pouco mais??	Faixa I (8-17 anos)	
	N	%
Vêneto	31/85	36,47
Português	01/85	1,18
Outras línguas ⁷⁴	53/85	62,35

Fonte: Elaborada pela autora a partir do questionário 1 - Apêndice A.

⁷⁴ A opção “outras línguas” engloba as indicações de inglês, espanhol, alemão etc.

Analisando-se os resultados da Tabela acima, é possível notar que o número de crianças e adolescentes que apontaram o vêneto como a língua que gostariam de aprender é bastante menor que a porcentagem das outras línguas, o que nos leva a pensar que, talvez, esses jovens não deem o devido valor à língua ancestral por um reflexo da atitude dos mais velhos em relação ao pouco interesse na transmissão da língua. Nesse caso, há um descompasso com relação às condições necessárias para a manutenção de uma língua minoritária, haja vista que esta só poderá sobreviver quando há interesse dos pais em transmiti-la aos filhos. Não se pode esquecer também que há uma diferença entre “falar uma língua” e “falar apenas palavras ou frases em uma língua”, de forma que saber poucas palavras e frases não significa que, de fato, houve a sua transmissão intergeracional e que a língua não está correndo o risco de ser substituída.

Os resultados da tabela acima também nos levam a crer que, nessa fase da vida, os sujeitos estão mais propensos a dar valor ao que lhes pode dar algum retorno profissional ou financeiro, o que é compreensível, visto que eles têm a vida futura por ganhar. Assim, por já saberem o português e pelo fato de o vêneto ser uma língua de pouco ou nenhum prestígio nas sociedades capixaba e brasileira, os jovens preferem aprender mais alguma língua que lhes possa ser útil. Os dados da tabela a seguir confirmam essa hipótese.

Tabela 3: Língua mais útil declarada pelos jovens de São Bento de Urânia

Qual das línguas você acha mais útil na sua vida?	Faixa I (8-17 anos)	
	N	%
Vêneto	1/81	1,23
Português	69/81	85,19
Outras línguas	11/81	13,58

Fonte: Elaborada pela autora a partir do questionário 1 - Apêndice A.

Como vemos, apenas um informante da faixa etária I aponta o vêneto como a língua mais útil para a sua vida. Os demais informantes declaram ser o português, seguido do inglês – principalmente – e do espanhol. Em se tratando de jovens de uma comunidade pequena e rural, inserida em uma sociedade falante de português, entendemos a razão pela qual os informantes indicam outras línguas como mais importantes do que a de seus antepassados.

Até o momento, nesta tese, demonstramos que o uso da língua vêneta está em declínio em São Bento de Urânia, conforme avançam as gerações, e apontamos algumas de suas causas: o contato mais constante com os falantes unicamente de português, as restrições ao uso das línguas estrangeiras no Estado Novo, o preconceito linguístico que sofreram os falantes etc. Entretanto, as mesmas situações vividas pelos descendentes de imigrantes italianos, no Espírito Santo, foram vivenciadas pelos imigrantes germânicos, mas ainda encontramos muitos desses descendentes que ainda falam o pomerano (BREMENKAMP, 2014) e o hunsrückisch (KLIPPEL-MACHADO, 2018). Portanto, faz-se importante especificar, entre os fatores subjetivos de manutenção ou substituição linguística, as causas do abandono do vêneto. Na próxima seção, iremos aprofundar-nos nessa questão.

7.3 Fatores de manutenção/substituição linguística

As consequências linguísticas e sociais do contato entre diferentes povos não são simples nem uniformes. Pelo contrário, há muitos e diferentes fatores atuando sobre os processos de manutenção e substituição linguística, de forma que é importante analisar cada comunidade individualmente, para que tenhamos uma noção mais real de sua situação sociolinguística. No capítulo 4, listamos os fatores considerados mais importantes, segundo os pesquisadores do Contato Linguístico. Conforme afirmamos, os fatores que levam um grupo de falantes de uma língua minoritária a mantê-la ou a substituí-la são basicamente os mesmos: a depender das atitudes do grupo, uma ou outra situação ocorrerá (APPEL; MUYSKEN, 1996; BAKER; JONES, 1998).

Nesta seção, vamos analisar alguns fatores que consideramos fundamentais para explicar a substituição do vêneto em São Bento de Urânia, os quais, de acordo com Fishman (2006), fazem referência aos comportamentos sociolinguísticos dos

informantes: i) a relação entre o seu sentimento de identidade e a cultura e a língua ancestral; ii) as atitudes dos moradores de São Bento de Urânia em relação ao vêneto, seu sentimento de pertencimento étnico, a ação do preconceito para a substituição linguística e como nossos informantes veem sua linguagem; e iii) Por fim, trataremos das políticas linguísticas que atuaram para a substituição do vêneto e as que poderiam ser implementadas para mantê-lo vivo nessa localidade.

7.3.1 O sentimento de identidade como fator de manutenção/substituição linguística

A presença do vêneto ainda hoje na comunidade pesquisada está estreitamente relacionada à própria trajetória de vida de seus moradores. Nesse sentido, o uso da língua passou por diferentes estágios, como mostram os excertos a seguir.

Excerto 6

Entrevistado 13	IV, feminino, até 4 anos de escolarização
Relato	<p>I: A minha avó sempre conta historinha, de criança, né? Que quando ela morreu, eu estava com quanto? Quinze anos, né? Mais ou menos, né? Ela contava que quando elas vieram da Itália, vieram com doze anos os dois mais velhos, né?</p> <p>E: Os pais de vocês falavam italiano com vocês?</p> <p>I: Sim, sim. Tudo italiano. Por isso que nós estamos tudo enrolado</p>
Entrevistado 14	IV, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	<p>I: Os meus avós vieram tudo da Itália. [...] começava do zero. E vinha para cima de Alfredo Chaves, tudo loteado.</p> <p>E: E falavam italiano?</p> <p>I: Ah, todos!</p> <p>E: Todos?</p> <p>I: É, nós mesmos... eu até de solteiro, era tudo italiano em casa. Depois que... depois que nós casamos então... começamos a falar em... brasilei...</p> <p>E: Os pais de vocês falavam italiano com vocês?</p>

	I: Tudo. Tudo italiano.
Entrevistado 15	III, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	<p>E – E você chegou a ouvir, quando você era criança, assim, eles falarem alguma coisa em italiano?</p> <p>I – Não. Meus avós, os meus avós, eles só conversavam em italiano até que minha avó faleceu. E conversava bastante em italiano.</p> <p>E – Ah é?!</p> <p>I – Eu, eu sei entender o que eles falam e alguém falar eu sei entender. Porque os meus avós eles não... entre os dois, entre eles com os meus pais, eles nunca conversavam em brasileiro, sempre italiano, né [xxx] ⁷⁵? Eles, meus avós mesmos, eles iam até pegar os animais, que eram as vaquinha deles, os boizinhos aí para dentro... então eles só conversavam em italiano até... quando ela teve aquele problema de Alzheimer, acho que era lugar de memória, então, ela só conversava em italiano, ela não conversava em português, só em italiano. Chegava qualquer pessoa para conversar com ela, ela entendia, respondia só em italiano. [...] Hoje eu, para falar para você, tudo que você falar em italiano para mim eu entendo. Só que... a gente já está quase perdendo... eu mesmo, com minha filha, acho que ela nunca ouviu eu conversar italiano, é... nunca, eu com meu pai não converso em italiano. Alguma coisa perdida.</p>

Os excertos demonstram que o vêneto era utilizado normalmente pelos antigos moradores. No entanto, os contextos de uso foram diminuindo com o passar do tempo, pelas situações já expostas nesta tese, principalmente a Campanha de Nacionalização de Vargas, que atingiu as instituições mais importantes da sociedade – família, escola, igreja, os meios de comunicação –, e o preconceito, forçando os imigrantes e seus descendentes a irem abandonando a sua língua de herança.

Exemplo do que dizemos é o depoimento de nosso informante 14, que afirma que falava *italiano* – isto é, o vêneto –, mas que, depois do casamento, começou a usar o português com sua esposa – a informante 13 –, a qual julga que fala *enrolado* até hoje, ou seja, com muitos traços de sua língua materna. Também o informante 15 nos revela que seus pais falavam o vêneto com seus avós, mas atualmente ele não o

⁷⁵ A fim de preservar a identidade das pessoas nas entrevistas, ocultamos o nome aqui expresso.

utiliza mais, nem com seu pai, nem com sua filha.

Exemplos do estigma contra quem falava e fala *diferente*, alcançando os atuais moradores, são estes depoimentos:

Excerto 7

Entrevistado 16	III, feminino, até 4 anos de escolarização
Relato	Eu não sei por que a gente, assim, tipo assim, a gente vai na cidade, as pessoas... você conversa, as pessoas já falam na rua: “Nossa, você é da onde? Tem o sotaque diferente!”
Entrevistado 17	II, feminino, 5 a 8 anos de escolarização
Relato	É porque um dia cheguei eu e minha cunhada, a [xxx], a gente entrou numa loja, acho foi Piúma, aí a mulher viu que a gente conversava meio... ela não soube dizer se era depressa ou enrolado. Aí ela falou assim: “Vocês são é... de Santa Catarina?” Aí a gente: “Não!” “Mas vocês falam de um jeito diferente”. Aí a [xxx] falou assim: “Não, nós somos italianos”. “Ah! Porque tem vez que não entende nada”, ela falou. Mas é o jeito de falar, talvez depressa e muitos dos parentes puxam o “R”, os [xxx], a maioria puxa o “R”. Eu tento não puxar, mas tem vez a pessoa acaba puxando.
Entrevistado 18	IV, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	I: <i>E porcei a grace se copeie se... cozinhe⁷⁶...[...]</i> eu queria que você...entendesse, que tivesse uma pessoa para me ajudar... precisava daqueles [xxx] lá embaixo. [...] Eles [referindo-se aos filhos] têm vergonha de falar quando vão na cidade, talvez naqueles é... escritório, aquelas secretarias bonitonas que tem lá. Eles ficam com vergonha de falar por causa do sotaque deles

⁷⁶ Transcrito conforme ouvido pela autora.

Conforme mencionamos nesta pesquisa, a língua, assim como a identidade de uma pessoa, adquire valor sempre que esta estiver ligada a um contexto que suporta valores concretos subjacentes, isto é, “se a língua é propriedade individual, quem determina o seu valor é a sociedade” (MEY, 1998, p. 79). O vêneto, atualmente, no distrito de São Bento de Urânia, se apresenta como língua minoritária, sem reconhecimento oficial, e, devido ao período em que ficou proibida de ser falada em público, permaneceu restrita ao domínio familiar. Acrescente-se, também, o fato de ser considerada, por aqueles que não a identificam como sua língua de herança, como uma “língua errada” e, por conseguinte, propícia a deixar de ser falada:

Excerto 8

Entrevistado 19	IV, feminino, até 4 anos de escolarização
Relato	Misturado, tudo misturado [o modo como fala]. Por isso que... a gente fala tudo meio errado.

O fato de a sociedade não ter uma clara noção de classificação (socio)linguística das línguas e de suas variedades, em que não se considera uma melhor ou pior que outra, faz com que muitos falantes se sintam inseguros e desmotivados a usar uma língua diferente daquela que é a majoritária na sociedade. Dessa forma, podemos afirmar que os moradores de São Bento de Urânia percebem o *status* inferiorizado que recebe a língua vêneta e a sua variedade do português, marcada por traços do vêneto, resultado do contato linguístico.

Appel e Muysken (1996) afirmam que o *status* de uma língua está relacionado ao seu poder e prestígio. Assim, algumas línguas, como o inglês, o espanhol e o português, por exemplo, têm *status* alto, ao passo que línguas não oficiais em seus países têm *status* mais baixo. Igualmente, é comum que, em contextos multilíngues, conforme demonstra Fishman (1979), surjam valorações da língua minoritária relativas aos costumes e às contribuições culturais dos falantes dessas línguas, o que pode elevar seu *status* na sociedade.

Se pensarmos nas funções citadas por Calvet (2007) – língua oficial, internacional, veicular, gregária, de ensino e da religião – os usos de uma língua estão estreitamente ligados ao seu nível de reconhecimento na comunidade – o seu *status*. No caso do vêneto em São Bento de Urânia, as poucas – ou inexistentes –

possibilidades de interação que têm os falantes de usar essa língua nas diferentes funções na comunidade, como o ensino, o comércio e a religião – a celebração de cultos –, faz com que seu grau de funcionalidade e seu *status* sejam menores, favorecendo o seu abandono. Por outro lado, também é preciso considerar que uma língua não oficial, falada por um grupo minoritário em um espaço em que ela é reconhecida e aceita por uma população orgulhosa de sua cultura, pode ter seu *status* garantido, o que aponta para a sua continuidade.

Dessa forma, a identidade e a diferença de cada grupo de indivíduos não podem ser compreendidas fora do sistema de significação – cultural e socialmente atribuído –, por meio do qual adquirem sentido; elas são o resultado da cultura e dos sistemas simbólicos que as constituem (SILVA, 2006, 2008). Assim, a identidade dos falantes de vêneta se manifesta na sua linguagem – nas situações, nos propósitos, na forma como utilizam a língua e com quem. Para falantes bilíngues, o uso da linguagem reflete a sua necessidade e seu desejo de se identificar com ambas ou com parte de cada comunidade linguística.

Devemos considerar, ainda, que todo o processo para a construção da identidade leva tempo, sendo que ela está em constante transformação. Seja identidade individual ou coletiva, entendemos que ela somente pode ser compreendida numa cadeia discursiva de diferenças, isto é, “aquilo que é” é inteiramente dependente daquilo que “não é” (SILVA, 2006, p. 47). Como mencionamos anteriormente, com Bauman (2005) e agora citando Hall (2006), nada há de natural na construção identitária; por isso é válido discorrer sobre a relação entre a identidade dos falantes de línguas minoritárias e alguns outros fatores fundamentais para a sua manutenção ou a sua substituição.

7.3.2 O papel da cultura na construção identitária

Reconhecemos a identidade cultural e linguística dos informantes de São Bento de Urânia no equilíbrio entre os aspectos específicos da cultura vêneta e os traços da cultura brasileira ou de outra que, porventura, possam ter conhecido, no decorrer de sua trajetória. Há, no distrito, a valorização dos traços de identidade vêneta para manter a noção de comunidade e, por isso, os moradores tentam manter e/ou recuperar as tradições de seus antepassados, na forma de músicas, cultos, jogos,

vestuário e comida, que reconhecem como identificadores da sua cultura. Assim, os descendentes de imigrantes tentam manter-se ligados a seus ancestrais.

Em nossa pesquisa, procuramos saber se a cultura dos antepassados ainda se faz presente no distrito, a fim de identificarmos se tais elementos compõem os traços identitários dos informantes selecionados. Nas 62 entrevistas de Cominotti (2015), 5 elementos da cultura vêneta foram citados, os quais constam do quadro a seguir.

Quadro 5: Elementos da cultura vêneta presentes na comunidade de São Bento de Urânia, segundo os informantes

Elementos citados	Número de citações
Comida	42
Jogos	13
Festas e reuniões	7
Celebrações de domingo (cultos religiosos)	3
Língua	1

Fonte: Cominotti (2015 p. 99).

Como poderemos depreender, a comida é a grande representante da cultura vêneta em São Bento de Urânia, com 42 citações. Acreditamos que isso se deve ao fato de a culinária ter uma forte ligação com a memória familiar dos descendentes de imigrantes. Apesar de alguns pratos terem sofrido modificações ao longo do tempo, eles remetem às tradições familiares dos informantes. Muitos entrevistados afirmaram que a comida que fazem e o seu preparo seguem a tradição de seus ancestrais, o que certamente os faz se lembrar de sua infância e do passado. O segundo item da cultura vêneta mais lembrado nas 62 entrevistas (13 citações) – mas muito atrás da comida – foram os jogos; em terceiro lugar, com 7 citações, estão as festas e reuniões; e, em quarto lugar, os cultos religiosos, com 3 citações.

Associamos essa diferença entre as citações ao fato de que esses últimos elementos podem ser menos perceptíveis ou marcantes para os entrevistados, por terem sofrido a influência da cultura brasileira. De fato, o futebol está muito presente na comunidade, ao lado dos jogos de bocha e mora; as festas acontecem muito mais

espaçadamente e, nelas e nos cultos, a língua falada é a portuguesa. cremos que dessa presença maciça do português na comunidade advém a única citação para a língua vêneta como elemento cultural dos antepassados. Estes depoimentos exemplificam os resultados exibidos no quadro acima.

Excerto 9

Entrevistado 20	II, masculino, + de 8 anos de escolarização
Relato	Sim [a cultura está presente]. Nos xingamentos, na comida, macarrão feito em casa, polenta, linguiça etc., nos jogos de mora, de bola de massa. [...] Na linguagem, o sotaque, principalmente o “r”.
Entrevistado 21	II, feminino, + de 8 anos de escolarização
Relato	Comida. Na Festa da Uva e do Vinho. No jogo de mora e bocha.
Entrevistado 22	II, masculino, + de 8 anos de escolarização
Relato	Festa da Uva e Vinho. A coisa mais tradicional aqui é a da uva (festa). Polenta é tradicional.
Entrevistado 8⁷⁷	III, masculino, + de 8 anos de escolarização
Relato	No plantio da uva, no cultivo do feijão, do milho para fazer a polenta. Hoje em qualquer casa fazem a polenta ainda. Meu pai de manhã come polenta ainda. Quando eu era criança, no domingo se comia na casa de outra pessoa e levava um agrado para a casa. Quando matava um porco, você dava a brizola ⁷⁸ para o vizinho. Hoje mudou muito, mas o que permanece é o domingo ⁷⁹ .
Entrevistado 23	III, feminino, + de 8 anos de escolarização
Relato	Na culinária, polenta, o queijo, linguiça, que isso aí não se perdeu. As famílias, a fabricação artesanal do vinho, ter as parreiras e produzir o vinho, né? E tem... papa, pamonha, que eles continuam fazendo... mais o quê?... o macarrão feito em casa, tem muitas famílias ainda que fazem.

⁷⁷ Informante já identificado anteriormente.

⁷⁸ Refere-se a uma parte do animal. Um pedaço.

⁷⁹ O informante refere-se aos jogos e encontros de amigos e famílias que conversam e jogam após o culto religioso da comunidade.

Observamos que a culinária, citada nos depoimentos acima, revela uma forte marca identitária relacionada aos antepassados dos moradores do distrito de São Bento de Urânia. Outro elemento que nos chama muita atenção é a Festa da Uva e do Vinho, que já se encontra em sua 56ª edição, realizada, geralmente, nos primeiros dias do mês de fevereiro de cada ano, de acordo com a colheita da uva na localidade. Essa festa é apontada pela comunidade como o ápice da manifestação cultural do distrito.

Excerto 10

Entrevistado 6⁸⁰	III, feminino, + de 8 anos de escolarização
Relato	É tradição daqui, né? Foi feita... já tem cinquenta anos... cinquenta e um, né? [...] Depende tudo do amadurecimento da uva, né? Eles observam isso.

A prática de plantar uvas e comemorar sua colheita nos revela um traço vêneto marcante, mas, para além desse fato, toda a festa se apresenta com base na cultura ancestral, como podemos ver no quadro e nas fotos⁸¹.

Quadro 6: Programação da Festa da Uva e do Vinho em São Bento de Urânia

<p>Programação da 56ª Festa da Uva e do Vinho em São Bento de Urânia</p> <p><i>A festa popular será realizada nos dias 15 e 16 de fevereiro, na localidade da zona rural de Alfredo Chaves.</i></p> <p>Dia 15/02 - Sábado 12h - Abertura da Festa 13h - <u>Torneio de Bocha</u>⁸² 16h - <u>Torneio de Mora</u> 19h - <u>Dança Italiana com Grupo Folclórico Pietra Azzurra</u> 19h30 - Desfile da Rainha da Uva 2020 22h - Forró com Lucas Silva, Beijo com Mel e Garotos Tradição</p> <p>Por Redação SafraES, 6/02/2020 11h48. Atualizado em 10/02/2020 21h45</p>

Fonte: <https://www.safraes.com.br/eventos/confira-programacao-56-festa-uva-do-vinho-sao-bento-urania>. Acesso em: 17 fev. 2020.

⁸⁰ O depoimento pertence a uma informante já apresentada nesta tese.

⁸¹ As fotos estão disponíveis no site de Alfredo Chaves, para pesquisa.

⁸² Os grifos são nossos.

Fotografia 5: Vencedoras do Concurso Rainha da Festa da Uva e do Vinho de 2018 com roupas típicas



Fonte: <https://www.safraes.com.br/eventos/sao-bento-urania-comemora-sagra-uva-com-festa-1>. Acesso em: 13 fev. 2020.

A permanência da comemoração da Festa da Uva e do Vinho, no distrito, nos revela que, a partir de critérios objetivos, como a origem comum, a identidade é vista como uma herança étnico-cultural, a qual constitui uma junção fundamental no nível social, em que se estabelecem os vínculos mais determinantes do indivíduo.

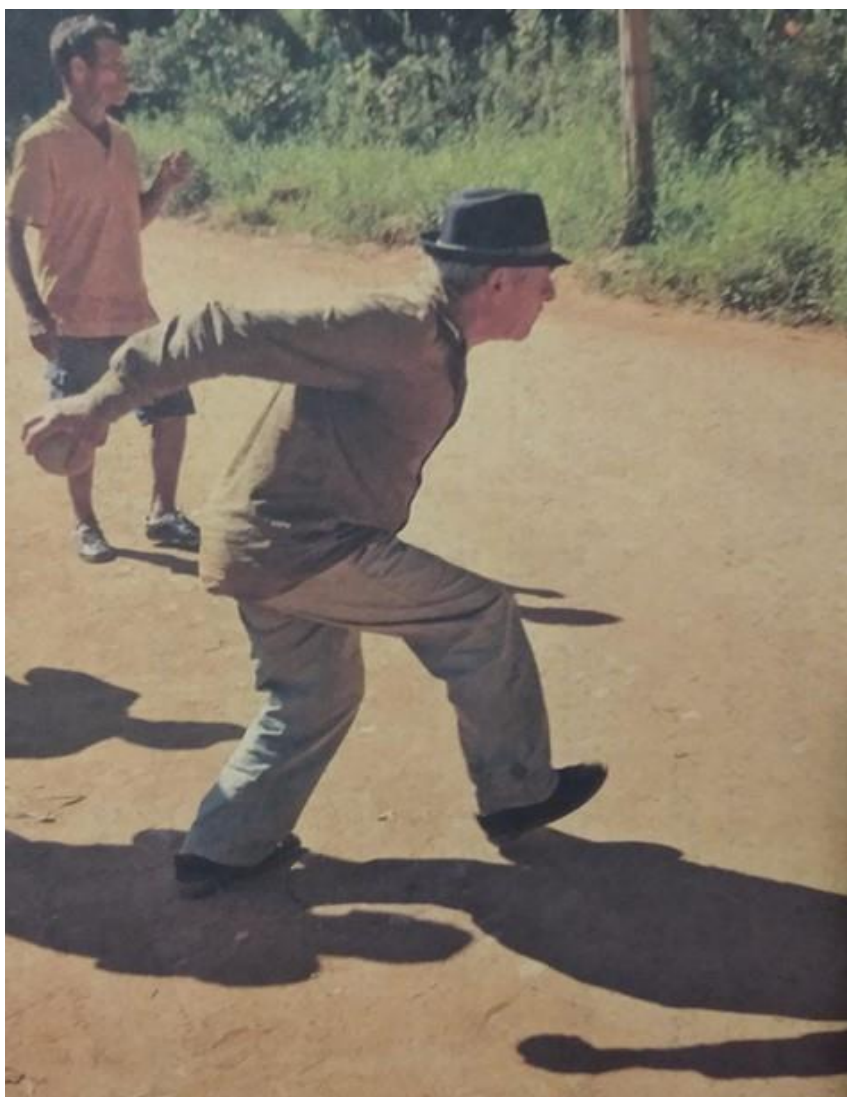
A cultura, assim como a identidade, se (re)constrói e está naquilo que vivemos e naquilo para o que vivemos, como “afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual” (EAGLETON, 2005, p. 184). Essa manifestação festiva da comunidade é essencial para que se estabeleça a identificação dos moradores tanto com a cultura em que eles estão inseridos quanto com a de seus ancestrais. A cultura acumula e constrói conhecimentos e experiências ao longo das gerações. Esses conhecimentos e experiências são transmitidos ao homem por seus semelhantes e, a partir dessa transmissão, são (re)vividos e (re)atualizados, gerando novos conhecimentos e novas experiências.

Por isso, a cultura não é resultado da ação isolada de um único indivíduo, mas de uma coletividade e se configura como sinônimo de criação, de aprendizagem e de

cooperação. Daí afirmarmos que a cultura é o instrumento que permite a inserção do indivíduo no meio social, pois ela o instrumentaliza a adotar padrões de comportamento aceitos em sua comunidade.

Os jogos, principalmente os de bocha e mora, também foram mencionados como importantes caracterizadores da identidade vêneta e símbolo da preservação de sua cultura em São Bento de Urânia. Apesar de esses jogos serem uma prática constante na comunidade, principalmente aos domingos, depois do culto religioso, durante a Festa eles adquirem uma maior importância, havendo inclusive um concurso para determinar os melhores jogadores de bocha e mora do ano, como mostra o quadro 6, à página 131.

Fotografia 6: Jogo de bocha



Fonte: Vilaça (2010, p. 89).

Fotografia 7: Jogo de mora

Fonte: Vilaça, 2010, p. 100.

Compreendemos, então, como a cultura, em muitas de suas definições, representa a forma de pensar de um determinado grupo, um reflexo de como este se vê e percebe o mundo ao seu redor, como enfatiza Sues (2002):

A cultura de um povo representa um sistema, inserido na história de um povo ou grupo social, onde se entrelaçam um saber acumulativo com comportamentos internamente normativos e práticas legitimadoras. A cultura fornece a chave de leitura para o significado dos símbolos e do imaginário coletivo. Este sistema “cultura” permitiu aos diferentes povos construir sua identidade, atravessar a história e resistir contra as ameaças de morte. A cultura - este “segundo meio ambiente” coletivamente construído - é um sistema de resistência e uma estrutura que ampara a vida. (SUESS, 2002, p. 10).

Segundo Boas (2010), cada cultura se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, da arte etc., que lhe são particulares e que exercem influência sobre o comportamento humano: a cultura é “a totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam a conduta dos indivíduos que compõem um grupo social, coletiva e individualmente” (BOAS, 2010, p. 113). Assim, podemos observar que a

cultura aqui apresentada e descrita por nossos informantes designa um conjunto de caracteres próprios da comunidade em estudo, aquilo que genuinamente são.

O legado cultural, como o aqui exposto, é parte determinante do modo de proceder desses indivíduos, uma influência da qual muitas vezes eles nem têm consciência, mas passam a tê-la no decorrer do tempo. Quando começam a percebê-la e analisá-la, com base no conhecimento repassado pelos antepassados e nos saberes adquiridos pela própria vivência pessoal, esses indivíduos se (re)conhecem como parte da comunidade.

Entendemos, pois, que a cultura dos descendentes de imigrantes vênnetos em São Bento de Urânia continua se (re)construindo pouco a pouco, por meio de costumes e experiências vividas. Ressaltamos, pois, a importância da cultura no processo da construção identitária dos moradores de São Bento de Urânia, já que as *raízes* são o pensamento de tudo o que é profundo, único e singular, que lhes dá segurança e consistência. Os atuais descendentes reconhecem isso e ressaltam o quão importante é dar continuidade aos costumes e tradições de seus antepassados.

Excerto 11

Entrevistado 24	III, masculino, + de 8 anos de escolarização
Relato	<p>E: Você acha importante passar a cultura?</p> <p>I: Eu, eu acho muito importante pela questão de você manter a... a questão da origem, né? E por nós estarmos numa área rural, deveria ser resgatado com mais intensidade.</p>

Por sua vez, o processo histórico é fundamental para que as pessoas construam sua identidade social e cultural, uma identidade que nasça no cotidiano, que esteja presente nas atividades de trabalho, no lar, na escola, na vizinhança, na rua, nos hábitos, nos costumes e nas relações que as pessoas mantêm entre si, como vemos na comunidade pesquisada. Suas práticas culturais comunitárias e história local são fatores que fornecem as bases para processos coletivos de conhecimento, reconhecimento, autoconhecimento e autorreconhecimento. Em outras palavras, forneceram e fornecem as bases para a construção da identidade local: “Até hoje eu

faço a polenta no moinho. Eu e a Lydia (esposa) temos a tradição de cortar a polenta com barbante, como faziam os antigos.” (VILAÇA, 2010, p. 79).

Fotografia 8: Representação da culinária italiana



Fonte: Vilaça, 2010, p.76.

Apontar que restam ainda importantes traços da cultura dos ascendentes é, de certa forma, uma maneira de se orgulharem do passado de suas famílias. Essas imagens criadas pelo imaginário os fazem sentir-se parte dessa mesma história, como se o legado deixado pelos ancestrais estivesse incorporado neles mesmos. Dessa forma, os valores positivos dados a esse legado significam o reconhecimento da própria identidade, que passa por diferentes estágios do ambiente cultural em que vivem e que são submetidos a uma avaliação crítica de cada indivíduo até que esta se estabeleça e concretize. Em outras palavras, os moradores locais vão se (re)construindo com base no que vivem e acreditam, passam por um estágio de se autoconhecer – como percebemos nas declarações de vários informantes – e, em seguida, se reconhecem como descendentes de imigrantes italianos e (re)afirmam isso.

Por fim, é oportuno mencionar a memória dos imigrantes, muito importante no trabalho de (re)construção e na continuidade da cultura da comunidade em estudo, uma vez que a ligação dos descendentes de imigrantes com a cultura vêneta e, mais

relevantemente, com a língua, mesmo que remotamente, mantém-se presente em muitos elementos que remetem ao passado. São as memórias dos nossos informantes que costuram os aspectos que doravante aqui apresentamos, tanto no nível individual quanto social, uma vez que são versões do passado, afeiçoadas e selecionadas a partir da vivência social.

Contudo, as representações assimiladas por meio da cultura dos antepassados não se registram no imaginário dos descendentes de forma irrestrita. Conforme mencionamos, vêm mediadas por representações, adquiridas pelas vivências que se vão sedimentando de geração em geração, na vida individual e coletiva, de forma que podem manifestar-se articuladamente ou em fragmentos – pedaços de memória, um misto de sentimentos, lembranças, imagens da terra distante reproduzida no imaginário coletivo. No entanto, estas perduram e podem nos oferecer pistas para explicar o comportamento desses descendentes de imigrantes.

Enfatizamos, ainda, que as manifestações culturais de um grupo ou povo podem fornecer-nos o conhecimento de sua realidade e sua história, uma vez que nelas se encontram informações que revelam juízos de valor, assim como as razões que levaram a eles. Refletem fortemente a formação da identidade, pois, como já mencionamos neste estudo, esta engloba elementos discursivos, memória coletiva, relações de poder, interesses, relatos e mitos, entre outros aspectos que compõem a cultura de um determinado grupo de pessoas.

Em síntese, é desse modo que a cultura se manifesta na construção da identidade: fluida, movente e que está em constante processo de construção. E, apesar da forma sistemática que a constitui, não é hermética, pronta e acabada. É um contínuo que faz parte do processo de constituição de indivíduos em sujeitos.

7.3.3 As atitudes linguísticas

Conforme tratamos em nosso capítulo teórico, as atitudes linguísticas são um aspecto fundamental do comportamento linguístico de um indivíduo e de um grupo, que pode levá-los a manter ou a substituir uma língua minoritária. Dessa forma, propusemo-nos a analisar as atitudes linguísticas dos informantes de São Bento de Urânia, a fim de descrevermos com mais precisão a história e a situação do vêneto nessa localidade.

Para alcançarmos esse objetivo, nos instrumentos de coleta de dados, abordamos a aquisição, os usos e a preferência linguística dos informantes, bem como o que pensavam sobre ensinar o vêneto para os filhos, se gostariam que a escola oferecesse aulas dessa língua dentro da matriz curricular, se percebiam algum tipo de preconceito – ou prestígio – em relação à língua etc.⁸³. Além disso, queríamos estabelecer uma relação entre a língua vêneta e outros elementos de sua cultura, como a religião, as festividades, a culinária etc., já que se trata de fatores que podem construir identidades. Por fim, igualmente era nosso objetivo investigar se há consensos e/ou conflitos em torno dos usos linguísticos no distrito.

Dessa forma, com o intuito de compararmos as crenças dos sujeitos de diferentes faixas etárias a respeito do vêneto, perguntamos aos informantes o que achavam da língua de herança. Os resultados para os 74 respondentes crianças e adolescentes e para os 32 respondentes adultos estão na tabela a seguir.

Tabela 4: Características da língua vêneta, segundo os informantes

O que você acha da língua vêneta?	Faixa I (8-17 anos)		Faixa II (acima de 21 anos)		TOTAL (%)	
	N	%	N	%	N	%
Bonita	26/74	35,14	29/32	90,63	55/106	51,89
Feia	3/74	4,05	1/32	3,13	4/106	3,77
Moderna	6/74	8,11	-	-	6/106	5,66
Antiquada	9/74	12,16	1/32	3,13	10/106	9,43
Fácil	6/74	8,11	3/32	9,38	9/106	8,49
Difícil	26/74	35,14	2/32	6,25	28/106	26,42
Outro	7/74 ⁸⁴	9,46	-	-	7/106	6,60

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos questionários 1 e 2 - Apêndices A e B.

⁸³ Voltaremos a este assunto adiante.

⁸⁴ Os 7 (sete) informantes não responderam quais eram as outras características.

Ao observarmos os resultados obtidos, percebemos que a língua vêneta é considerada bonita para 35,14% das crianças e adolescentes e para 90,63 dos adultos acima de 21 anos. Vemos, assim, uma grande distância entre as concepções das duas faixas etárias, pois é nítido que o vêneto é mais considerado entre os mais velhos. Entretanto, foi a característica mais selecionada entre todas, escolhida por 51,89 dos respondentes.

Para “fácil”, outra característica positiva, curiosamente houve uma certa semelhança entre as escolhas de jovens (8,11%) e adultos (9,38%), mas muito menos selecionadas do que “bonita”. A opção “moderna”, outra característica positiva, foi marcada por 8,11% das crianças e adolescentes e por nenhum adulto, o que nos leva a pensar que os mais velhos realmente associam o vêneto aos antepassados. Outra possibilidade de interpretação é o conhecimento dos adultos de que o vêneto é uma língua minoritária também na Itália e que, assim, pode ser substituída pelo italiano, sendo falada pelos mais idosos.

Para as características negativas, também houve concordância na maioria das opções, entre as duas faixas etárias: muito poucos consideram o vêneto uma língua “feia” e poucos a veem como “antiquada”, especialmente os adultos. Entretanto, é nítido que os jovens a consideram “difícil”, o que pode significar uma resistência ao seu aprendizado e a razão do baixo número de falantes da língua entre eles. O contrário acontece com os adultos, que tiveram mais contato com ela, pois, para alguns, o vêneto também é a sua língua materna.

Enfim, os resultados gerais da tabela indicam uma atitude positiva dos sujeitos para com sua língua de herança, o que sinaliza sua aceitação na comunidade. Ainda é possível notar, diante dos resultados, que os moradores do distrito de São Bento de Urânia – mesmo os mais jovens – demonstram consciência da diversidade linguística da comunidade, ou seja, sabem da existência do contato entre culturas e línguas, e, pelas respostas, explicitam o prestígio da língua vêneta entre eles. Aqui falamos da noção de prestígio segundo Moreno Fernandez (1998), quando afirma que se trata de um processo de concessão de estima e respeito a indivíduos ou grupos que reúnem certas características e que leva à imitação de condutas e crenças, como já apresentamos nesta pesquisa.

Também resgatamos a afirmação de Fishman (1979) sobre as atitudes linguísticas. Estas atuam diretamente sobre o elemento cognitivo (um saber ou

crença), o afetivo (uma atitude) e o conativo (uma conduta). Portanto, toda observação referente a uma língua depende de nossa atitude, crença e ação. Assim, a atitude linguística de um indivíduo é a soma de suas crenças, conhecimentos, afetos e tendência a comportar-se de uma forma determinada, diante de uma língua ou de uma situação sociolinguística (AGUILERA, 2008).

Diante disso, se a atitude linguística pode ser vista como uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante; e se seus componentes essenciais são os pensamentos e as crenças, os sentimentos (ou emoções) e as tendências para reagir, podemos dizer que uma atitude está formada pelo encontro inter-relacionado desses componentes, ou seja, quando se associam coerentemente os sentimentos e as tendências reativas específicas com uma maneira particular de pensar em certas pessoas ou acontecimentos. Assim, se considerarmos que muitos informantes de São Bento apontam a língua de seus ancestrais como bonita, significa que eles realmente acreditam nisso e, mesmo, que este fato está estreitamente relacionado com o sentimento de pertencimento a um grupo e a uma cultura, tema já abordado anteriormente.

Ao fazermos tais apontamentos, concordamos com Grosjean (2001), quando afirma que as atitudes em relação aos indivíduos são transferidas para a língua de que são usuários, influenciando a sua postura e o seu comportamento frente a essa língua e gerando consequências para a sua manutenção. Sabemos ainda que, em contextos bi/multilíngues, é possível encontrar atitudes linguísticas favoráveis a uma língua e contrárias à utilização de outra, a depender do prestígio que as línguas detêm na comunidade. E a língua de prestígio é, muitas vezes, considerada mais bonita, mais expressiva, mais lógica e mais capaz de expressar os pensamentos abstratos. Daí ela continuar mantendo o seu prestígio e o seu uso.

Em contrapartida, é comum a língua desprestigiada ser considerada agramatical, primitiva e grosseira (GROSJEAN, 2001). Nos resultados apresentados na tabela acima, observamos que as características negativas aparecem com baixos índices, como dissemos. Assim, confirma-se o bom conceito que a vêneta detém em São Bento de Urânia, o que aponta para um sentimento favorável à sua proteção.

Por fim, é possível ainda notarmos que, para os mais jovens, a língua se mostra associada aos avós, pais e tios das crianças e jovens, ou seja, são os mais velhos que mais a utilizam. As justificativas encontradas para essa atitude estão nos vínculos afetivos que demonstram pela língua de seus antepassados, como mostra o excerto a seguir.

Excerto 12

Entrevistado 25	I, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	<p>I – Ah, mas meu bisavô falava.</p> <p>E – Falava?</p> <p>I – Falava italiano.</p> <p>[...]</p> <p>E – Você sabe alguma coisa [de italiano]?</p> <p>I – Ah, só mesmo <i>mama mia</i>. <i>Polenta</i> já é uma coisa italiana e o queijo é <i>fomai</i>, só.</p> <p>E – Quem te ensinou?</p> <p>I – Ah, papai. Papai sabe um pouco... que nós sabemos pouco aqui, mas, mas pega mesmo as pessoas mais velhas, sabem muito! [...] Nós somos... eu sou brasileiro, mas eu sou descendente da Itália!</p>

Pelo depoimento acima, percebemos que os fatores étnico e afetivo estão também ligados ao comportamento linguístico, tendo em vista que o informante (25) se declara descendente italiano. Esse fato vai ao encontro de Calvet (2002), quando afirma que a relação entre o falante e sua língua nunca é neutra: “existe todo um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que as utilizam” (CALVET, 2002, p. 65).

Nesse sentido, as atitudes linguísticas se apresentam como uma disponibilidade, um estado mental de prontidão, uma tendência para agir ou reagir positivamente ou não, quando o indivíduo tem que se posicionar diante da sua ascendência. Em outras palavras, mesmo não sendo falantes da língua vêneta, nossos informantes jovens demonstram que suas atitudes positivas perante a língua

estão sempre presentes, apesar de muitas vezes parecerem imperceptíveis aos olhos dos membros da comunidade. Assim, cremos que, havendo um incentivo maior para a revitalização da língua, a afeição pela língua será acrescida do esforço em aprendê-la e a usá-la.

Para verificarmos se nossos informantes adultos consideram importante falar o vêneto, fizemos essa pergunta no questionário destinado a eles. Na tabela a seguir apresentamos os resultados referentes a 27 sujeitos que responderam à questão.

Tabela 5: A importância do vêneto, segundo os informantes adultos

Você acha importante falar a língua de herança?	TOTAL (%)	
	N	%
SIM	21/27	77,78
NÃO	5/27	18,52
MAIS OU MENOS	1/27	3,70

Fonte: Elaborada pela autora a partir do questionário 2 - Apêndice B.

Ao perguntarmos para os adultos sobre a importância de se falar vêneto, 77,78% responderam que sim, o que implica uma coerência com as demais respostas positivas dadas. As respostas contrárias – não é importante e mais ou menos – somam apenas 22,22% do total. Atribuímos esses resultados ao fato de a localidade ser constituída por descendentes de italianos e pela importância que os moradores

locais atribuem à manutenção das tradições, dos costumes e dos valores culturais do grupo.

Weinreich (1970 [1953]) revela que é em uma situação de contato linguístico que as pessoas mais facilmente se tornam cientes das peculiaridades de sua língua e é assim que a língua minoritária mais facilmente se torna o símbolo de pertencimento de um grupo. Mesmo que os sentimentos de lealdade não se vinculem a situações imediatas de contato, eles surgem como reação a uma ameaça real ou imaginária para a língua.

Pelas respostas dos adultos obtidas até agora, observamos realmente uma atitude positiva em relação à língua dos ascendentes. Esse fato, segundo Appel e Muysken (1996), reflete as estreitas relações entre a língua e a identidade social dos grupos etnolinguísticos. Dessa forma, é relevante apresentar as justificativas dadas pelos 24 adultos que responderam à questão sobre a importância de se aprender o vêneto.

Tabela 6: A importância de aprender o vêneto

Justificativas	Número de citações	%
Aprender sobre nossas origens/descendência	7/24	29,17
Cultivar os costumes de nossos pais e avós	3/24	12,5
Onde moro se fala muito/diálogo bom [conversar com outras pessoas que falam]	2/24	8,33
Visitar o país de origem - Itália	2/24	8,33
Diferencial no mercado de trabalho	2/24	8,33
Tradição	2/24	8,33
Bonita de se falar	1/24	4,17
Possibilidade de dialogar com pessoas que falam outra língua	1/24	4,17
Esteve presente na família	1/24	4,17
Aprender é sempre bom	1/24	4,17
Moro num bairro italiano	1/24	4,17
Finalidade de passar de geração a geração	1/24	4,17

Fonte: Elaborada pela autora a partir do questionário 2 - Apêndice B.

A partir das respostas acima, verificamos que o vêneto ainda é importante para os informantes, principalmente por estar vinculado a seus costumes, tradições e

origens, e que, mesmo tendo seus usos diminuídos no decorrer dos anos e ser falado por poucos da geração mais jovem, os sujeitos ainda consideram a sua manutenção como relevante para a comunidade.

As respostas dadas também evidenciam que, apesar de existirem razões de ordem social e profissional, como “Diferencial no mercado de trabalho” e “Porque podemos dialogar com pessoas de outra língua”, a principal razão pela qual consideram importante falar o vêneto é de ordem afetiva, relacionada ao vínculo com os ancestrais – “Aprender sobre nossas origens/descendência” e “Cultivar os costumes de nossos pais e avós” –, o que demonstra que, apesar de a língua vêneta não exercer um papel importante nas instituições da comunidade – igreja, escola, comércio e posto de saúde⁸⁵ –, ela ocupa um lugar privilegiado na memória dos moradores locais. O apreço pelas origens faz com que muitos informantes tenham vontade de aprender a língua vêneta, como demonstram estes depoimentos:

Excerto 13

Entrevistado 26	I, feminino, até 4 anos de escolarização
Relato	Eu gostaria de falar e aprender. É bonito.
Entrevistado 27	II, feminino, + de 8 anos de escolarização
Relato	Minha mãe fala e meus avós falavam. Quando eu tinha 8 a 10 anos, na casa do vovô, a maioria falava italiano. Eu acho que os municípios erram. As escolas, em vez de ensinar inglês, era para a descendência. Eu sempre falei, desde que estudei ⁸⁶ , eu acho bonito. Os alemães aprendem a língua da descendência e o nosso município é muito fraco. Eles eram para ensinar o italiano, que a descendência é 99%. Para nós o básico deveria ser italiano.
Entrevistado 28	III, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	Ah, sim. É importante conhecer, é importante aprender.
Entrevistado 29	IV, masculino, + de 8 anos de escolarização
Relato	Eu falo pouco, mas gostaria de aprender mais.

⁸⁵ Este assunto é detalhadamente apresentado em Cominotti (2015), onde se explicita que o português é a língua da maioria dos moradores do distrito.

⁸⁶ Nesse trecho, a informante afirma que continuou falando a língua dos ancestrais, mesmo depois de frequentar a escola.

Apesar de esses e outros informantes expressarem a vontade de aprender o vêneto, sabemos que isso não vem acontecendo. Entretanto, percebemos que a língua dos imigrantes italianos está fortemente vinculada a importantes significados sociais que são atribuídos a ela pelos seus falantes e pelos que não a falam. Salientamos que conhecer as conotações sociais da língua nos ajuda a entender a dinâmica de seu uso pela comunidade.

Nesse sentido, torna-se importante pontuar que foram frequentes os depoimentos afirmando que, apesar de serem falantes do português, sentem a necessidade de preservarem a língua de seus ancestrais, o que mostra uma estreita relação entre língua e identidade, pois os entrevistados sentem orgulho de serem descendentes de imigrantes italianos. Os excertos a seguir evidenciam o orgulho pelas origens.

Excerto 14

Entrevistado 30	II, feminino, até 4 anos de escolarização
Relato	Eu tenho orgulho [da ascendência]. Acho que a gente tem que ter orgulho da ascendência
Entrevistado 31	II, feminino, + de 8 anos de escolarização
Relato	Tenho orgulho. Nunca na minha família falou o contrário.
Entrevistado 32	IV, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	Eu tenho orgulho de ser italiano, do meu jeito.
Entrevistado 33	IV, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	Ah, eu gosto. Ah, sim. Tenho o maior prazer de ser italiano.

O que acontece no meio social do indivíduo será refletido nas atitudes em relação à(s) língua(s) que aquela comunidade usa, o que, por sua vez, será refletido também nos membros dessa comunidade. Dessa forma, discutir e analisar as atitudes linguísticas dos descendentes de imigrantes italianos do distrito de São Bento de Urânia nos possibilitou compreender os sentimentos, as crenças, os desejos e os comportamentos que os moradores das comunidades que compõem o distrito manifestam em favor da língua vêneta. Oportunizou-nos, também, entender o desejo que os descendentes têm de que sua língua ancestral seja reconhecida como

elemento de composição de sua identidade e cultura, a partir das atitudes linguísticas reveladas por nossos informantes no decorrer desta pesquisa.

No atual cenário desse distrito, em que a língua dos imigrantes perde um espaço considerável para a língua portuguesa, a possibilidade do desaparecimento da língua de herança possibilitou que as pessoas se apercebessem das peculiaridades que ela apresenta, fazendo com que o vêneto se tornasse um dos símbolos da comunidade, identificando seus falantes como pertencentes àquela localidade.

Concluimos, pois, que os usos de uma língua são influenciados pelas atitudes de seus falantes e, portanto, elas representam pensamentos, sentimentos e tendências de comportamento através de uma variedade de contextos (BAKER; JONES, 1998). Comprovamos, pelos depoimentos aqui transcritos, que as atitudes linguísticas desempenham um papel de extrema importância na vida dos usuários de uma língua, sobretudo, porque elas incidem diretamente sobre seus elementos cognitivo, afetivo e o conativo.

Pontuamos, ainda, que as atitudes são "construções psicológicas", sentimentos que as pessoas nutrem acerca de um objeto – em nosso caso, em relação a uma língua. As atitudes vinculadas às línguas minoritárias possibilitam uma maior compreensão acerca dos processos de sua preservação ou substituição, haja vista que, dentro do contexto social em que um indivíduo cresce, ele desenvolve atitudes que podem levá-lo a manter ou substituir uma língua minoritária. Nesta pesquisa, podemos dizer que nossos informantes percebem a força e o valor do vêneto na comunidade, embora o português seja a língua de maior utilização atualmente.

Por fim, nossos resultados ressaltam a estreita relação entre língua e identidade étnica, na comunidade, considerando-se que a(s) língua(s) por eles falada(s) é(são) uma das formas de expressão da identidade desses indivíduos. Tal relação nos leva ao conceito de *etnicidade*, que consideramos relevante abordar.

7.3.4 *Etnicidade*

O conceito de etnicidade, conhecido desde a primeira metade do século XX, mas difundido amplamente somente na década de 1970, relaciona-se com o pertencimento a um grupo: imigrantes, ciganos, indígenas etc. No início dos estudos sobre esse conceito, a etnicidade dizia respeito a um grupo minoritário – como, em

nosso caso, os imigrantes –, mas depois expandiu-se para todos os grupos, inclusive os majoritários (BAKER; JONES, 1998).

Fishman (1988) declara que

A etnicidade não é usualmente definida em termos de unidades de tamanho ou escala. Pode ser uma propriedade de unidades agregadoras como pequenas faixas, clãs ou assentamentos, ou pode caracterizar unidades agregadoras, ocupando regiões específicas em determinados países, países inteiros ou mesmo vários países vizinhos, em que a filiação étnica e a filiação política não precisam ser idênticas⁸⁷. (FISHMAN, 1988, p. 5)

De maneira geral, um grupo étnico é definido com base em características biológicas, geográficas, linguísticas, culturais ou religiosas (LIEBKIND, 1999). Essa autora, ao caracterizar os grupos étnicos nesses critérios, chama a atenção para o fato de que estes podem sofrer mudanças culturais sem que se alterem os seus *laços*, fazendo com que os membros da terceira ou quarta geração de imigrantes, por exemplo, se diferenciem dos da primeira geração, mas se definam como membros de seu grupo étnico ancestral.

Fishman (1988), por sua vez, considera que, para falarmos de etnicidade, devemos levar em conta três dimensões diferentes: i) a paternidade/família: dimensão em que a etnicidade está ligada ao sentimento de continuidade; ii) o patrimônio: o legado da coletividade, perspectivas e comportamentos que nos definem (música, roupa etc.); e iii) a fenomenologia: o significado que atribuímos à paternidade e ao legado, e tem a ver com as atitudes subjetivas dos indivíduos diante do seu pertencimento a um grupo étnico potencial.

Assim, ao descrevermos e analisarmos os descendentes de imigrantes italianos de São Bento de Urânia, encontramos um grupo de pessoas que mantêm muitos hábitos culturais de seus ancestrais, como também encontramos outras pessoas que já quase os perderam. Ao mesmo tempo, vemos indivíduos que reconhecem a importância de sua ascendência, mas que preservam pouco da cultura de seus ancestrais, como pontuamos anteriormente.

⁸⁷ No original: "Ethnicity is not usefully definable in terms of units of size or scale. It may be a property of aggregative units as small as bands, clans or settlements, or it may characterize aggregative units occupying specific regions in particular countries, entire countries or even several neighboring countries, ethnic affiliation and political affiliation need not be identical".

Nesta pesquisa, analisamos a identificação étnica dos habitantes de São Bento de Urânia com base nas considerações de Appel e Muysken (1996) e de Frosi (2013), como o sentimento de pertença a determinado grupo étnico, diferenciado por elementos que se opõem aos de outros grupos. No caso dos descendentes de imigrantes italianos deste estudo, nós os caracterizamos por sua identificação com uma história de vida comum, pela prática da mesma religião católica, por seus hábitos alimentares, por sua organização social e familiar etc.

No decorrer das entrevistas (COMINOTTI, 2015), foi comum ouvir declarações semelhantes dadas por pessoas de famílias diferentes em relação às suas histórias de vida. Dessa forma, pudemos constatar que os elementos culturais citados por nossos informantes são como marcas que os identificam: (1) a reza diária do terço, praticada até os dias atuais; (2) o hábito de comer polenta; (3) a prática de falar alto; (4) a criação de animais (como porco, galinhas etc.) e os cultivos dos alimentos, alguns somente para o consumo próprio. Esses hábitos podem ser verificados nos depoimentos a seguir.

Excerto 15

Entrevistado 34	IV, masculino, + de 8 anos de escolarização
Relato	I – Ah, o descendente de italiano todo ele fala alto. É, ué! Você se assusta. [...] Parece que está brigando.
Entrevistado 35	IV, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	Mamãe fazia comida, fazia aquela polentona, assim. Polenta, suco, carne, queijo, que já tinha boi, vaca de leite. Fazia aquelas polentas assim. Aí comia polenta com queijo, puína, sabe o que é puína? Linguíça, que tinha porco.
Entrevistado 36	III, masculino, + de 8 anos de escolarização
Relato	A questão da roça em si, ele é muito baseado no que veio de lá [referindo-se à Itália]. Então, quando eu era criança, que eu era um molecão, eles plantavam muita batata. [...] Aí depois era a batata, feijão e o milho, era uma coisa categórica deles porque tinha que fazer a polenta. Então hoje, se for em qualquer casa, se faz a polenta normalmente ainda. Então lá em casa a gente faz polenta ainda. Na casa da minha sogra faz polenta. Minha mãe faz polenta até hoje ainda. Meu pai não come pão, ele só come polenta de manhã cedo.

Entrevistado 37	IV, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	Quando chegava a noite ia dormir, descansar... E – Rezava o terço? I – Rezava o terço tudo junto... todo dia, se falhasse um dia, a minha mãe... Até hoje tem algum que reza o terço.
Entrevistado 38	III, feminino, de 5 a 8 anos de escolarização
Relato	Desde os 10 anos de idade eu trabalho na roça. [...] Na época que eu era assim criança, a gente trabalhava na... mexia mais com milho, feijão, com tomate também na época, né? Mas não é igual a hoje, que mexe mais com verdura, né? Mexia com coisa mais... naquela época, sei lá, era mais pobreza, né? [...] Agora é... a gente aqui praticamente é inhame, tomate, pimentão e repolho. São as verduras que mais a gente cultiva aqui, no momento são essas. [...] Assim, outras verduras a gente come também, mas a gente planta assim pelo consumo próprio.

Nos depoimentos acima, os informantes pontuam alguns dos costumes da comunidade quando eram crianças e que ainda hoje estão presentes no cotidiano do lugar. Esses fatos os marcaram e são vistos por eles como um legado dos antepassados. Entre as práticas citadas, a mais perceptível na comunidade é o plantio de verduras. A localidade é cercada por lavouras, e uma grande parcela dos moradores trabalha na roça desde pequenos. Os uranienses sempre conviveram com o duro trabalho na roça, conforme constatamos em muitas entrevistas durante nossa pesquisa. Desde a formação da comunidade, a lavoura foi o único meio de sustento da maior parte das famílias, fazendo com que esse trabalho se tornasse uma característica dos moradores do distrito⁸⁸.

Diante disso, cremos ser importante acrescentar as considerações de Cohen (1985), quando afirma que a etnicidade é um tipo de identificação internamente construída, e a cultura local (ou da comunidade), na forma simbólica, é considerada uma expressão da diferença. O autor enfatiza o papel central atribuído à cultura local para evidenciar que a realidade da comunidade tem maior expressão na percepção

⁸⁸ O trabalho duro na lavoura teve o reconhecimento merecido no ano de 2019, quando São Bento de Urânia recebeu o título de capital nacional do inhame, o que demonstra que essa atividade, no distrito, vai muito além do simples consumo: gera renda e emprego.

dos seus membros acerca da vitalidade da sua cultura – recurso e repositório de símbolos identitários (COHEN, 1985). Vemos, pois, que a comunidade aqui é tida como um local territorialmente restrito capaz de expressar etnicidade oposta a outras, ou seja, considerando que os membros de um grupo têm algo em comum e se distinguem, de modo significativo, de outros grupos.

Dessa maneira, os critérios definidores da identidade étnica vão além da língua. Appel e Muysken (1996) ressaltam que a língua materna não é um aspecto indispensável da etnicidade, sendo apenas uma de suas manifestações mais óbvias, mas suscetível de substituições e deterioração. É importante, contudo, ressaltar que as substituições ocorrem quando os grupos minoritários tentam integrar-se à cultura majoritária. Nesses casos, segundo os autores, a função habitual da língua materna decresce, passando a manter uma função ritual, ou seja, usada esporadicamente.

Assim, em muitas comunidades bi ou multilíngues, a identidade étnica dos moradores está vinculada a vários aspectos, sendo que a língua é apenas um deles. Por consequência, outros fatores passam a ser significativos para a identificação de um grupo, como os meios de sustento, a alimentação, a religiosidade e as festas tradicionais, por exemplo. Todas elas contribuem, juntamente com a língua, para que se crie e se mantenha uma identidade étnica.

Por meio das entrevistas de Cominotti (2015), observamos que, em São Bento de Urânia, a história, os valores comuns e as experiências de vida são compartilhados pelos descendentes de imigrantes italianos. Além daqueles já citados, podemos acrescentar outro costume que, para os moradores, representam com profundidade as suas raízes: assistir ao culto dominical e, logo após, realizar jogos como mora, bocha e baralho, falando em vêneto. Os depoimentos a seguir evidenciam o que falamos.

Excerto 16

Entrevistado 39	III, masculino, + de 8 anos de escolarização
Relato	Mas uma coisa que continua na nossa comunidade é o domingo, eu acho que é a única comunidade em que a... as pessoas ficam na comunidade no domingo e é o dia de lazer. De jogar bola de massa ⁸⁹ , é o dia de jogar baralho, é

⁸⁹ Jogo de bocha.

	o dia de diversão, de ficar na comunidade.
Entrevistado 40	IV, feminino, até 4 anos de escolarização
Relato	<p>Eu ia na igreja...</p> <p>[Marido: tem aquele negócio de jogar mora]</p> <p>... me sentia perdida ali, sabe por quê?...</p> <p>[Marido: mora, aquele negócio de mora jogava]</p> <p>... na porta da igreja todo mundo conversava italiano.</p> <p>(Marido: só origem italiana)</p>

Nossos informantes, nas entrevistas, declaram que, após o culto de domingo, durante as conversas e os jogos, é mais comum ouvir as pessoas falando o vêneto. Constatamos que esse é um costume antigo e que ganhou força nos últimos anos. Esse fato nos revela um senso de união dos moradores, assim como se tornou um símbolo da representatividade de seus membros, reconhecido em todo o município de Alfredo Chaves.

Além disso, esse momento de lazer é uma importante atividade de prática do vêneto fora do domínio do lar, o que propicia a sua divulgação entre as pessoas mais jovens, já que o culto é frequentado por praticamente todos os membros das famílias. Neste ponto, reproduzimos os resultados do questionário destinado às 81 crianças e adolescentes, em que perguntamos se algum familiar sabia falar outra língua além do português, se a falavam cotidianamente e onde falavam ⁹⁰:

- 1) *Alguém na sua família (bisavós, avós, pais ou irmãos) sabe falar outra língua além do português?*
 - a) sim: 69 (85,19%);
 - b) não: 12 (14,81%).

- 2) *Se alguém da sua família fala outra língua além do português, eles usam essa outra língua no dia a dia?*
 - a) sim: 53 (65,43%);
 - b) não: 28 (34,57%).

⁹⁰ Nessa pergunta, o jovem poderia marcar mais de uma opção.

- 3) *Em que lugares o(s) familiar(es) usa(m) a outra língua?*
- a) em casa: 41 respostas;
 - b) em outras casas: 7 respostas;
 - c) no trabalho: 5 respostas;
 - d) na igreja: 4 respostas;
 - e) no comércio: 3 respostas.

Pelas respostas, percebemos que a maioria ouve o vêneto em casa, mas 12 informantes o escutam fora do lar, em âmbitos como o trabalho, a igreja e o comércio.

Diante do exposto, nossas constatações vão ao encontro das dimensões propostas por Fishman (1988), ao estabelecer os elementos caracterizadores de um grupo étnico: 1) a dimensão ligada ao sentimento de continuidade adquirida dos pais, do mesmo modo que estes o adquiriram dos seus, e assim sucessivamente; 2) a dimensão do legado da coletividade, das perspectivas e dos comportamentos que nos definem e que foram adquiridos pelos antepassados: profissão, roupa, música etc.; e 3) as atitudes subjetivas dos indivíduos para com seu grupo étnico. Por tudo o que apresentamos referente aos moradores do distrito de São Bento de Urânia e suas atitudes, concluímos que todos os elementos que os caracterizam como tais são relevantes. Ressaltamos, neste aspecto, também o papel da língua, que, segundo Fishman (1977, 1979), é o símbolo *par excellence* da etnicidade, visto que por ela se faz a transmissão dos elementos culturais relevantes, dos usos e costumes do grupo étnico, da prática dos ritos etc.

Por fim, queremos especificar que, de acordo com Poutignat e Streiff-Fenart (1998) e Appel e Muysken (1996), quando diferentes grupos entram em contato, é bastante provável acontecer um processo de assimilação cultural, em que os grupos étnicos minoritários se integrariam aos majoritários e, conseqüentemente, abandonariam sua língua, cultura e etnia, com o objetivo de se inserir no grupo considerado mais importante. Contudo, essas previsões não se concretizaram totalmente em São Bento de Urânia, pelo contrário. Apesar do declínio do uso da língua ancestral, a comunidade não permite que sua cultura seja abandonada e/ou esquecida, fazendo com que seus descendentes, assim como sua identidade, se renovem e se transformem continuamente.

Observamos, pois, na comunidade estudada, o que Frosi, Faggion e Dal Corno (2010) ressaltaram a respeito da manutenção e do revigoramento da etnicidade de um grupo, os quais, de acordo com as autoras, estão ligados à solidariedade. Este termo é definido por elas como “condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir no grupo unidade sólida e resistente às forças exteriores” (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010, p. 27). Nesse sentido, devemos observar três aspectos importantes: (1) as marcas que estigmatizam também identificam o grupo; (2) as memórias de medo e repressão compartilhadas identificam o grupo – memória coletiva⁹¹; e (3) o uso da língua como marca de pertencimento ao grupo garante a sua proximidade e reforça os vínculos.

Portanto, ao estudarmos a etnicidade dos descendentes de imigrantes italianos de São Bento de Urânia, consideramos as identidades que emergiram e emergem da situação de contato linguístico e social, uma vez que ela favorece o progresso da identidade étnica. Assim, seus comportamentos – suas marcas identitárias – são importantes como orientadores de suas relações sociais, isto é, permitem a autoidentificação étnica. Faz-se relevante lembrarmos que os aspectos próprios de um grupo étnico são recursos simbólicos socialmente negociados para diferenciá-lo de outros (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998) e que esses aspectos são estabelecidos por contraste: um grupo se considera possuidor de uma identidade étnica específica quando é suficientemente diferente dos outros (APPEL; MUYSKEN, 1996).

Dessa forma, cremos ser necessário que haja situações plurais a partir das quais emergem as relações étnicas. Entendemos, como Poutignat e Streiff-Fenart (1998), que “a interpenetração e a interdependência entre os grupos não devem ser vistas como dispersões das identidades étnicas, mas como condição de sua perpetuação”, pois esse fator viabiliza a mobilização coletiva em prol das especificidades culturais. Como destacamos na comunidade pesquisada, isto significa que ser identificado como pertencente a um grupo étnico implica compartilhamentos, inclusive de critérios de avaliação e de julgamentos.

Concluimos, enfim, que a convivência dos descendentes de imigrantes com a contínua transformação social e cultural da comunidade os levou a um aumento da

⁹¹ Este tema será detalhadamente descrito no próximo item.

consciência e da significação de sua identidade étnica. E a consciência étnica, segundo Grosjean (2001), provoca reforço da lealdade e solidariedade de um grupo.

Com a finalidade de abordar a questão identitária nessa concepção dinâmica, é importante abranger todo o contexto em que ela se dá, para entendermos o porquê, por exemplo, de essa identidade italiana poder ser afirmada, como mostramos no item anterior, ou reprimida, como descrevemos a seguir.

7.3.5 A ação do preconceito nesse cenário

Em toda sociedade encontramos variação linguística, isto é, a existência de variedades que compõem uma língua. Por sua vez, as sociedades que se depararam com situações de contatos entre diferentes línguas podem tornar-se plurilíngues, se as ações públicas e civis em relação às línguas minoritárias forem de tolerância e respeito. Entretanto, em muitas situações de contatos linguísticos, as atitudes do grupo majoritário em relação às línguas minoritárias são pautadas pelo preconceito, que pode ser consciente ou não, subjetivo ou objetivo e com propriedade de fundar e governar tanto as relações de poder quanto o prestígio ou o desprestígio das formas linguísticas de um grupo.

Em Cominotti (2015), foi possível observar o preconceito como um fator determinante para que a língua vêneta fosse sendo gradativamente substituída pelo português, no distrito de São Bento de Urânia⁹². Assim, nesta pesquisa, buscamos compreender como os uranienses lidam com o preconceito linguístico que dizem sofrer pelos brasileiros de outras localidades.

A presença de traços da língua vêneta no português falado em São Bento de Urânia pode ser facilmente observada, mesmo no primeiro contato com a comunidade, por meio das conversas com e entre os moradores. O contato com o português trouxe a substituição da língua minoritária, mas esta deixou suas marcas na linguagem dos atuais moradores. Procuramos, pois, na presente pesquisa, investigar se é como eles percebem as características de sua fala.

Com relação aos traços vênets presentes na linguagem dos informantes, faz-se importante esclarecer que, apesar de termos ouvido, durante nossa coleta de

⁹²Cf. Peterle (2017); Peres, Cominotti e Pardini (2018); e Peres e Coelho (2019), para os estudos de alguns dos traços vênets na linguagem dos uranienses.

dados, casos que poderíamos classificar como *code-switching*, denominamos os termos estrangeiros inseridos no português como empréstimo⁹³, conforme Romaine (1995). Assim, enquanto o *code-switching* implica algum grau de competência nas duas línguas, os empréstimos ocorrem em qualquer língua, seja na fala do monolíngue ou na do bilíngue. De modo geral, no contato, os empréstimos acontecem mais com as palavras gramaticais – adjetivos, substantivos, verbos – do que com as palavras funcionais, como os artigos, pronomes e conjunções, pois os elementos gramaticais têm uma relação direta com os conteúdos culturais, sendo mais fácil a sua inserção no léxico da outra língua (APPEL; MUYSKEN, 1996; MATRAS, 2009).

De acordo com os autores do Contato Linguístico, a motivação – ou a falta dela – por parte do grupo étnico para falar sua língua e a quantidade de jovens que desejam falá-la estão diretamente ligadas à manutenção de uma língua minoritária. Dessa forma, quisemos saber o que pensam os moradores do distrito a respeito de sua linguagem. Algumas respostas estão descritas nos excertos a seguir.

Excerto 14

Entrevistado 41	II, feminino, + de 8 anos de escolarização
Relato	O pessoal que vinha de fora falava que a gente falava errado. [...] As pessoas me chamavam atenção, corrigiam quando eu falava.
Entrevistado 42	II, feminino, + de 8 anos de escolarização
Relato	O nosso sotaque tem a ver com a descendência italiana. Antigamente as pessoas iam na cidade, principalmente as pessoas da roça, eu achava que tinha muita indiferença. Eu sou descendente de italiano, eu vou ter que sotaque? Você vê um argentino, um boliviano, eles têm o sotaque deles. Então...
Entrevistado 43	III, feminino, até 4 anos de escolarização
Relato	O pessoal aqui em São Bento, minha mãe arrasta o “l”. Eu cresci ouvindo isso e acostumando desse jeito. É uma tradição italiana. Não fala caRRo, fala caRo. Quantas vezes fui para Vitória ou Marechal, eles perguntam de onde eu sou. Um cara chegou e um cara falou que as pessoas daqui falam tudo errado. É um constrangimento.

⁹³ Romaine (1995) afirma que o empréstimo de uma língua para outra pode ocorrer a partir da competência monolíngue do sujeito.

Os depoimentos acima confirmam que a fala dos moradores de São Bento de Urânia apresenta um sotaque diferente das demais regiões e que ele é claramente perceptível, quando saem da comunidade. Já o depoimento da informante (39) aponta para o preconceito que ela sofreu com respeito à sua linguagem. Por outro lado, podemos observar que o sotaque é entendido como uma herança dos ascendentes italianos, conforme atestam as informantes (40) e (41). A linguagem dos uranienses criou um estereótipo e uma estigmatização, fazendo com que esses indivíduos sejam vistos como *diferentes e/ou colonos*.

São atitudes como essas, desrespeitosas, que levam os falantes a sentirem que sua linguagem é inferior. Segundo Trudgill (2000), fatos assim evidenciam a estrutura da sociedade, em que os valores sociais se refletem por julgamentos concernentes às variedades linguísticas. Quanto aos uranienses, eles são conscientes de que as pessoas de fora, muitas vezes, não lhes atribuem prestígio, justificando esse preconceito por seu modo de falar, pois é por essas diferenças linguísticas que é possível identificar a origem regional e social de um falante, conforme indica Castilho (2010).

O preconceito leva um falante bilíngue a responsabilizar a língua de herança pelo seu sotaque peculiar e, conseqüentemente, pelos constrangimentos por que passam. Essa foi uma das razões apontadas em Cominotti (2015) para o abandono da língua ancestral no distrito. Sabemos que todas as línguas e suas variedades são igualmente válidas e boas, mas essa verdade ainda não chegou à maior parte da população. Portanto, o preconceito serve como agente de humilhação e marginalização de pessoas, levando-as à vergonha de falar uma língua minoritária ou o português com traços dessa língua, como evidenciam os excertos a seguir.

Excerto 15

Entrevistado 44	III, masculino, + de 8 anos de escolarização
Relato	Porque a gente vai na sociedade [o informante quis dizer na cidade] e lá na cidade não tem ninguém que fala italiano e a gente tem que ir conforme o barco. Não conversa porque o jovem, a juventude tem vergonha do sotaque.
Entrevistado 45	III, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	Acho que o sotaque [o deboche dele] influenciou as pessoas a não falarem.

Entrevistado 46	IV, feminino, até 4 anos de escolarização
Relato	Muitas vezes já perguntaram [onde morava]. Tipo um deboche. A gente puxa muito.
Entrevistado 47	III, feminino, + de 8 anos de escolarização
Relato	Mas até hoje em dia quando você sai da escola de São Bento pra Pedra Azul eles riem e debocham da gente desde o 1º ano, eles falam que a gente é do interior, não sabe falar, caipira [...] Eu não ligava mas tem gente que tem mais vergonha, se sente muito mal, né?

Podemos observar, assim, que o falante de uma língua minoritária ou de uma variedade com traços dessa língua, ao se sentir constrangido, tende a utilizá-la com menos frequência, uma vez que a estigmatização tem efeitos traumáticos. Conforme Frosi (1998, p. 163), “falar em dialeto italiano é feio, falar em língua portuguesa com interferências fônicas dos dialetos italianos também é feio”. Por conseguinte, como já mencionamos nesta tese, muitos falantes não transmitiram a língua dos seus antepassados aos filhos ou netos, para que estes não fossem alvo de chacotas e se sentissem mal por isso. Outros exemplos de preconceito se encontram nestes depoimentos.

Excerto 16

Entrevistado 48	IV, feminino, de 5 a 8 anos de escolarização
Relato	Os G* [família do marido] fala com a língua presa então eu prefiro ensinar o português pra minha filha. Sim já passei por constrangimento. Não... na verdade eles [Falando de outra pessoa] falam feio.
Entrevistado 49	III, masculino, de 5 a 8 anos de escolarização
Relato	O povo fica olhando. Eu me sinto mal. A gente tem a voz atrapalhada. Hoje não compensa aprender, os mais novos falando é muito feio. Dá nojo.
Entrevistado 50	III, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	Eu passo vergonha. Essa semana mesmo. Eu fiquei nervoso e falei umas coisas e as mulheres começaram a rir. Pediram desculpas. É meu jeito de falar. As pessoas têm que ter bom senso, não te chamar de burro. Enquanto eles perguntam de onde vocês são tudo bem, mas senão é preconceito.

Por meio do depoimento da informante (48), verificamos que esta atribui somente à família do marido o modo de falar “diferente”. Em seguida, afirma que já passou por constrangimento, e notamos que sua linguagem apresenta muitas características do vêneto encontradas na maioria dos moradores do distrito. A informante (48) igualmente demonstra o porquê da decisão de não transmitir a língua ancestral a seus descendentes: as atitudes negativas com relação a essa língua (GROSJEAN, 2001). Por fim, a informante aponta as características da fala dos descendentes, com a finalidade de se diferenciar dos demais de seu grupo étnico, apesar de falar do mesmo modo. Vemos, assim, as consequências do preconceito com respeito a uma língua minoritária: o seu abandono por parte dos falantes.

Também o informante (49) apresenta sentimentos negativos em relação à sua forma de falar, qualificando-a como atrapalhada e dizendo que a língua vêneta falada pelos jovens é feia e, inclusive, causa nojo. Segundo Fishman (1998), a explicação para esses sentimentos pode estar na possibilidade de associação da língua minoritária com o antimoderno, provinciano, o que torna estranho a língua ancestral ser falada pelos mais jovens. Já o informante (50) afirma que as pessoas chegam a rir do seu modo de falar e que isso é motivo de vergonha para ele. Em seguida, informa que as pessoas que falam como elas são chamadas de burras, apenas por falarem de forma diferente dos demais.

Os relatos acima justificam a decisão de alguns pais e avós não ensinarem o vêneto aos descendentes: para os pouparem do estigma do preconceito. Somado a isso, apareceram em nossas entrevistas relatos de que a escola incutiu o medo e o constrangimento a seus alunos e familiares, contribuindo para que a língua vêneta não fosse transmitida às gerações seguintes. Segundo nossos informantes, a instituição escolar considerava a fala dos descendentes de imigrantes errada, conforme evidenciam os seguintes excertos:

Excerto 17

Entrevistado 51	III, masculino, de 5 a 8 anos de escolarização
Relato	Na escola as professoras pegavam a gente pelo pé. As professoras batiam, eu fiquei de castigo porque a gente conversava mal. Hoje ninguém mais comenta, ninguém dá mais valor, foi desprezada [a língua de imigração].

Entrevistado 52	IV, masculino, + de 8 anos de escolarização
Relato	O que se falava que era errado, [...] por exemplo, eu mesmo, como professor, um dos dilemas da escola era corrigir isso [o vêneto].

A escola promoveu a repressão às línguas minoritárias mesmo após o fim da Campanha de Nacionalização. Assim, as consequências dessa Campanha se estenderam para além das escolas: em casa, os avós e os pais poupavam seus filhos e netos de serem advertidos por falar outra língua. Dessa forma, todo o contexto político e social contribuiu para que os descendentes de imigrantes e suas línguas maternas fossem vistos como inferiores social e linguisticamente, muitas vezes chamados de *caipiras*, seja por não falarem o português, seja por o falarem com um forte sotaque estrangeiro. Esse estigma social marcou os descendentes de imigrantes por muito tempo e talvez ainda os marque.

Durante a execução desta pesquisa e de nosso estudo anterior (COMINOTTI, 2015), observamos que as atitudes negativas em relação ao vêneto contribuíram para a sua rápida substituição pelo português em São Bento de Urânia. Porém, nos chama a atenção o fato de vários de nossos informantes demonstrarem atitudes positivas em relação à língua vêneta, confirmando as investigações de Peterle (2017). Nesse sentido, elaboramos uma pergunta, no questionário direcionado aos informantes adultos, sobre o sentimento de vergonha em falar a língua de herança ou a portuguesa com sotaque. Na tabela a seguir constam os resultados dos 27 sujeitos que responderam à pergunta.

Tabela 7: Sentimento de vergonha devido à linguagem dos informantes

Você já sentiu vergonha de falar a língua de herança ou o português com sotaque?		
	N	%
Não	22/27	81,48
Sim	5/27	18,52

Fonte: Elaborada pela autora a partir do questionário 2 - Apêndice B.

A segunda parte da pergunta foi: “Se sentiu, quando e por quê?” Apenas dois informantes responderam essa segunda parte, justificando o seu “sim”: “Quando não sei falar corretamente” e “Porque não falo corretamente”. Em nossas entrevistas, fizemos a mesma pergunta, e algumas das respostas foram:

Excerto 18

Entrevistado 53	III, masculino, de 5 a 8 anos de escolarização
Relato	Eu me orgulho do meu dialeto.
Entrevistado 54	IV, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	A gente fala, tudo da família tem o sotaque meio puxado. Não fico com vergonha porque tem muito italiano.
Entrevistado 55	III, masculino, de 5 a 8 anos de escolarização
Relato	Além de achar muito bonito, penso que não tenho motivo para me envergonhar de minha cultura.
Entrevistado 56	III, feminino, até 4 anos de escolarização
Relato	Eu acho que falo direitinho, mas as pessoas percebem. Nunca passei vergonha. As pessoas acham bonito.
Entrevistado 57	IV, masculino, de 5 a 8 anos de escolarização
Relato	Orgulho de ser descendente de italiano.

Assim como os informantes dos depoimentos acima, muitos outros uranienses, especialmente os adultos, sentem orgulho de sua gente e de seu jeito de ser e de falar, como podemos perceber nos dizeres das informantes (53 e 57). Observamos pelas respostas que os informantes estabeleceram uma forma de defesa em relação à língua que falam e à sua ascendência.

É possível constatarmos, também, por meio do depoimento da informante (55), o estabelecimento da diferença que os descendentes de imigrantes do distrito de São Bento de Urânia fazem entre o “nós” – falantes de vêneto ou que têm sotaque – e o “eles” – não descendentes de imigrantes ou que são de fora da comunidade. De acordo com Silva (2000), a identidade e a diferença são relações sociais fortemente

sujeitas e ligadas à percepção que as pessoas têm sobre si e, dentro dessas relações, é possível surgirem fronteiras que excluem/incluem ou que estabelecem uma divisão entre “nós” e “eles”, sendo compreendidas como atos de divisão, de atribuição de prestígio ou desprestígio a diferentes grupos.

Segundo Calvet (2007), se uma língua – ou sua variedade – é malvista pela sociedade, seus falantes também sofrerão esse julgamento, mas são os usuários que decidem se vão aceitar ou não essa forma de ver a língua. Assim, os falantes, ao conviverem com diferentes formas, constroem para si “estereótipos desses falares, principalmente aqueles mais marcados como representações do seu próprio dialeto” (CARDOSO, 2015, p. 63).

No caso das línguas de imigração, elas “[...] são comumente vistas como um corpo estranho e diferente, o qual contrasta com a língua oficial [...] algo que, numa perspectiva monolíngüística fortemente ideologizada, dela destoa” (ALTENHOFEN; MARGOTTI, 2009, p. 1-2).

Vale pontuar aqui que os descendentes de imigrantes italianos de São Bento de Urânia carregaram por muito tempo o estigma por serem falantes de uma língua estrangeira. Contudo, com as políticas linguísticas mais recentes implementadas no Brasil, esse estigma não representa mais um fator preponderante para o apagamento de sua língua de herança, o que aponta para a possibilidade de revitalizá-la, nessa comunidade, haja vista o grande número de bilíngües passivos mais jovens e os seus sentimentos positivos em relação às suas origens e à sua língua. Na próxima seção, finalizando esta pesquisa, trataremos dessa questão.

7.3.6 O bilingüismo passivo e o caminho para uma possível revitalização

Desde o início de nossas pesquisas, em 2013, encontramos várias pessoas que não falam a língua vêneta em São Bento de Urânia, porém a compreendem – fenômeno conhecido na literatura como bilingüismo passivo. Esse fato foi atestado por nós na comunidade, como demonstramos na tabela 2, à página 121, que recuperamos parcialmente aqui.

Tabela 8: Habilidades linguísticas declaradas dos informantes

HABILIDADES DECLARADAS NO VÊNETO		Faixa I (8-17 anos)		Faixa II (acima de 21 anos)		Associação de Moradores		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Entende	Bem	6/37	16,22	6/31	19,35	-	-	12/68	17,66
	Razoavelmente	20/37	54,05	12/31	38,71	3/3	100	35/71	49,3
	Pouco	4/37	10,81	13/31	41,94	-	-	17/68	25
	Nada	7/37	18,92	-	-	-	-	7/37	18,92
Fala	Bem	8/33	24,25	1/31	3,23	-	-	9/64	14,06
	Razoavelmente	7/33	21,21	11/31	35,48	3/3	100	21/67	31,34
	Pouco	5/33	15,15	19/31	61,29	-	-	24/64	37,5
	Nada	13/33	39,39	-	-	-	-	13/33	39,39

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos questionários 1, 2 e 3 - Apêndices A, B e C.

Nos depoimentos que apresentamos a seguir, também é possível perceber a questão da fala e entendimento do vêneto:

Excerto 19

Entrevistado 58	III, masculino, + de 8 anos de escolarização
Relato	Ah! Muitas coisas que nós sabemos hoje que aprendemos foi ouvindo eles [seus pais] ou eles falando com a gente.
Entrevistado 59	III, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	Eu sei entender. Ela [a avó do informante] só conversava em italiano. Hoje o que você falar eu entendo.

Entrevistado 60	III, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	[...] Hoje eu, para falar pra você, tudo que você falar em italiano para mim eu entendo.

A partir dos resultados dos questionários, das entrevistas e de nosso conhecimento da comunidade, observamos que, embora o vêneto não seja utilizado em muitos domínios, a maioria de nossos informantes pelo menos entende razoavelmente a língua, quando ela é usada.

Pelo fato de termos ouvido constantemente, durante nossa pesquisa de Mestrado, os moradores de todo o distrito de São Bento de Urânia afirmarem que acham importante a implementação de medidas que visem à revitalização do vêneto nas comunidades locais, incluímos no questionário destinado aos adultos uma pergunta aberta sobre quais medidas poderiam ser tomadas pelo governo – municipal, estadual ou federal – para preservar o vêneto na comunidade. Dos 34 adultos, 28 (82,35%) deram suas sugestões, o que indica a importância do tema para os nossos informantes. As respostas dadas aparecem resumidas no quadro a seguir.

Quadro 7: Medidas de preservação e revitalização do vêneto declaradas pelos informantes adultos

Sugestões	Número de citações
Instituir o seu ensino na escola local como disciplina na grade curricular	14
Oferecer cursos para os interessados	4
Incentivar a utilização da língua e conscientizar sobre a sua importância (na escola e internet)	4
Divulgar a cultura local (na comunidade, no município e nas redes sociais)	3
Contratar um professor para ensinar a língua na sede da Associação de Moradores	3
Não fazer nada	2

Fonte: Elaborado pela autora a partir do questionário 2 - Apêndice B.

Considerando as respostas dadas por nossos informantes, vemos que a maioria acredita ser o ensino o principal meio de incentivar a revitalização do vêneto na comunidade, seja com a implantação de uma disciplina escolar, seja com a contratação de um professor, que utilizaria a sede da Associação para ensinar a língua. Cabe pontuarmos que, quando os informantes falam em implantação da língua na grade curricular, partem da ideia de que seja o ensino do italiano *standard*. Acreditamos que esse seja um passo importante para o fortalecimento e a preservação das raízes italianas dos moradores e que, posteriormente, possa ser implantado também o ensino do vêneto⁹⁴. Entendemos, ainda, que, para a realização do ensino informal, seria relevante encontrar alguém da própria comunidade, falante de vêneto, que pudesse e quisesse ministrar cursos aos interessados.

Com relação ao incentivo e à conscientização da importância da língua ancestral, a escola foi apontada pelos informantes como um lugar privilegiado para essa promoção e, sem dúvida, uma instituição oficial como a escola, acolhendo e divulgando uma língua minoritária, é de fundamental importância para a sua valorização e, por conseguinte, para a sua revitalização.

Uma pequena parcela dos informantes respondeu que nenhuma medida precisa ser realizada, ou seja, não é necessário fazer nada para que o vêneto permaneça vivo, o que indica que alguns moradores acreditam que a língua não está desaparecendo ou está ameaçada. Contudo, ressaltamos a importância da implementação de ações que promovam a conscientização linguística dos moradores, especialmente dos mais jovens.

Dessa forma, ao analisarmos as sugestões apresentadas e os muitos depoimentos dados nas entrevistas, identificamos duas características principais relacionadas à vitalidade do vêneto no distrito de São Bento de Urânia:

- i) O desejo de revitalização da língua é real, na comunidade; e
- ii) o conhecimento passivo da língua dos imigrantes pelos mais jovens, se não incentiva a sua manutenção, tampouco anula as possibilidades de sua revitalização.

⁹⁴ Temos consciência da dificuldade de ensinar na escola uma língua que tão poucos sabem ler e escrever. Entretanto, é preciso começar a pensar em vencer essas dificuldades, para que o vêneto também tenha um lugar destacado na instituição escolar.

Em resumo, os resultados de nossa pesquisa indicam a substituição do vêneto pelo português nas próximas gerações, se nada for feito; por outro lado, os resultados indicam também um ponto de partida para ações de revitalização dessa língua. Constatamos que os moradores das localidades analisadas possuem uma forte identidade e um sentimento bastante positivo com respeito a seus antepassados, o que constitui um fator primordial para a manutenção da língua.

Assim, ainda que o bilinguismo passivo das gerações mais jovens possa trazer dificuldades à aprendizagem do vêneto, cremos que a língua dos imigrantes possa manter-se viva na comunidade, mesmo que ela não volte a ser falada como era antigamente, pois todas as línguas mudam com o tempo, e com o vêneto não poderia ser diferente, ainda mais em situação de contato com o português.

Atentemo-nos ao excerto 8, já apresentado neste estudo:

Entrevistado 61	III, masculino, até 4 anos de escolarização
Relato	<p>Não, meus avós, os meus avós eles só conversavam em italiano até que minha avó faleceu.</p> <p>E – Ah é?!</p> <p>I – Eu, eu sei entender o que eles falam e [se] alguém falar eu sei... entender. Porque os meus avós eles não... entre os dois, entre eles com os meus pais, eles nunca conversavam em brasileiro, sempre italiano.</p> <p>[...] Hoje eu, para falar para você, tudo que você falar em italiano para mim eu entendo. Só que... a gente já está quase perdendo... eu mesmo, com minha filha, acho que ela nunca ouviu eu conversar italiano, é... nunca, eu com meu pai não converso em italiano. Alguma coisa perdida.</p>

O testemunho do informante mostra que, mesmo apenas ouvindo o vêneto falado por seus avós, consegue compreender a língua, o que lhe dá condições de, hoje, com métodos adequados, falar o vêneto.

Por fim queremos frisar que diferentes estudos – entre os quais apontamos Mackey (1972) e Romaine (1995) – evidenciam os benefícios do bilinguismo: este é visto como um fator positivo, principalmente no desenvolvimento integral da criança. Assim, embasados nos resultados de nossa análise, defendemos a ideia da elaboração e aplicação de ações que possam agilizar a revitalização do vêneto na

comunidade de São Bento de Urânia, uma vez que seus moradores reconhecem essa importância e agem com esforço contínuo e comunitário para preservar os seus costumes.

Portanto, seguimos Mackey (1972), quando afirma que o bilinguismo não é um fenômeno da língua, mas uma característica de seu uso e uma propriedade do indivíduo, o qual afeta a maioria da população mundial e, por isso, necessita de mais pesquisas e descrições. Sugerimos para o início do processo de revitalização linguística, por exemplo, a elaboração e aplicação de oficinas na escola nos contraturnos para as crianças e os adolescentes, pois acreditamos ser esta uma maneira mais realista de inserir o vêneto, haja vista a complexidade da implantação de um currículo bilíngue na escola da comunidade, como sugerido por nossos informantes. Outra sugestão seria oferecer cursos de vêneto a todos que se interessarem pela aprendizagem da língua, como também outras possibilidades: encontros de falantes de outras localidades, bailes da terceira idade, cozinha de receita dos antepassados, uma rádio local (no domingo) com programação em vêneto, concurso de poesia/conto/música, coral e grupo de dança e de teatro, missa/culto em vêneto etc. Ressaltamos, por fim, que as ações de revitalização da língua vêneta precisam ser abrangentes, para promover a conscientização da riqueza linguística do distrito, a fim de que todos os moradores se sintam agentes desse processo. Dessa forma, a língua ganhará novos domínios de uso.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Cominotti (2015), analisamos como os fatores que favorecem a manutenção ou a substituição de línguas minoritárias atuaram entre os descendentes de imigrantes italianos residentes no distrito de São Bento de Urânia, município de Alfredo Chaves. Vivendo situações políticas, econômicas e sociais semelhantes à de outros grupos étnicos no estado do Espírito Santo, como os germânicos, nosso intuito, entre outros, foi verificar por que a língua dos antepassados vênets, embora perdendo muito espaço para o português, ainda permanecia sendo falada em alguns domínios e por alguns moradores mais jovens. Dos resultados obtidos anteriormente, nossas análises indicaram o fator identitário como primordial para a permanência da língua nessa comunidade.

Dessa forma, neste estudo, investigamos de que forma o sentimento de identidade dos uranienses age para que o vênets, mesmo em contato com o português, ainda esteja presente na localidade. Também buscamos contribuir para o planejamento de políticas linguísticas que possam fomentar o bilinguismo e ajudar na revitalização de línguas de imigração nessa localidade e em outras igualmente formadas por descendentes de imigrantes, haja vista que, em São Bento de Urânia, assim como em outras comunidades de Alfredo Chaves, não houve, por parte do poder público, qualquer ação de incentivo à manutenção das línguas dos muitos imigrantes que ajudaram a colonizar o município.

Para analisar mais profundamente o contato linguístico em São Bento de Urânia, estipulamos alguns objetivos que buscamos alcançar nesta pesquisa. Primeiramente, tentamos verificar se os membros das comunidades que formam o distrito se sentem identificados como descendentes de italianos cultural e linguisticamente, tendo em vista que os costumes dos ancestrais permanecem e que a sua linguagem com traços do vênets revela a presença dessa língua, falada por muito tempo na localidade. Essas marcas linguísticas são um legado dos antigos imigrantes italianos que estão preservadas na memória dos seus descendentes mais idosos, que tiveram contato com os membros das primeiras e segundas gerações, fazendo com que aprendessem a língua dos imigrantes de forma natural e simultânea com o português.

Igualmente analisamos a transmissão intergeracional como um fator essencial da questão identitária. Identificamos que a presença da cultura italiana no distrito está diretamente ligada à transmissão que ocorre na família, como era esperado. Não há como negar ou ignorar esse fato nos dados da pesquisa: foi e é a família que apresenta o ancestral italiano às novas gerações, que cria o sentimento de pertencimento desses indivíduos e, conseqüentemente, constrói a sua primeira identidade, bem como é a principal responsável pela permanência do vêneto na localidade.

Com respeito à questão identitária, tínhamos por hipótese que a comunidade em estudo, por estar na zona rural e ser formada, em sua maioria, por descendentes de imigrantes italianos, mesmo que de quarta ou quinta geração, teria uma grande identificação com seus ascendentes, e nossos resultados confirmaram essa hipótese: nossos informantes demonstram ter a convicção de serem descendentes de italianos e afirmam sentir orgulho de seus antepassados.

Entretanto, nossos dados evidenciam que, na infância e adolescência, os sujeitos estão menos atentos para a valorização da língua e da cultura ancestral do que os mais velhos, como um provável reflexo dos contatos cada vez mais frequentes e intensos com jovens de outras localidades, principalmente no Ensino Médio, ofertado fora do distrito. Contudo, é preciso fazer uma análise mais apurada dos dados referentes à faixa etária II, além de se obterem dados complementares quanto à diminuição no uso do vêneto, para melhor entendermos essa questão.

Outro objetivo desta pesquisa foi identificar as representações e atitudes linguísticas dos moradores locais em relação ao vêneto. Atestamos que a cultura e as atitudes linguísticas dos uranienses estão intimamente ligadas à sua ascendência italiana. Constatamos, também, que suas crenças e memórias exercem um importante papel na constituição de sua identidade, de modo que há que considerá-las como elementos essenciais na formação das comunidades que hoje integram o distrito de São Bento de Urânia. São os traços culturais e as atitudes linguísticas e comportamentais que fundamentam a principal razão pela qual os informantes consideram importante falar e continuar mantendo o vêneto.

Neste estudo ainda analisamos o papel dos diferentes fatores relacionados à identidade como determinantes para a manutenção/substituição da língua vêneta em São Bento de Urânia. Os resultados apontaram que a construção

identitária dos moradores é reforçada pela busca constante de se (re)afirmarem como italianos. De acordo com Oliveira (1976, p. 5), “[...] quando uma pessoa ou um grupo de pessoas se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente”.

Acreditamos que a afirmação de pertencimento está relacionada a muitos outros aspectos que não se restringem somente à língua, e isso faz com que os uranienses busquem preservar sua cultura por meio das festividades, da religião e da culinária. Concordamos, pois, com Santos e Zanini (2009), quando afirmam haver uma construção histórica de identidade ligada a determinados comportamentos que estão associados ao sentido de pertencimento a um grupo.

Também discutimos a questão étnica na comunidade de São Bento de Urânia, quando constatamos que as identidades de seus moradores emergiram e ainda emergem da situação de contato linguístico e social que a comunidade vivenciou e vivencia. Comprovamos, pois, que todas as *marcas* que os identificam, como o trabalho árduo, a religião, a linguagem e seus comportamentos cotidianos os caracterizam como um grupo étnico.

Outro objetivo deste estudo foi investigar quais os sentimentos dos informantes em relação à sua cultura e à sua língua, e os dados dos questionários e as entrevistas não deixam dúvidas quanto aos sentimentos positivos dos informantes em relação a elas. Verificamos, ainda, que a necessidade de reafirmação de sua descendência italiana está bastante relacionada ao preconceito linguístico que sofreram, originado pela política de repressão do Estado Novo de Getúlio Vargas e, posteriormente, perpetuado pela escola e pela sociedade, que advogam em favor do monolinguismo em português e desabonam as línguas minoritárias.

Em São Bento de Urânia, especificamente, a repressão às línguas estrangeiras promovida pelo Estado Novo de Getúlio Vargas reforçou a interrupção da transmissão do vêneto para as gerações seguintes, mas o sentimento de identidade, de ser descendente de italianos, permanece em outros elementos culturais, mesmo entre as faixas etárias mais jovens, o que aponta para a possibilidade de revitalização da língua na localidade.

Em vista desse contexto, pontuamos a necessidade de implementação de políticas linguísticas de promoção e revitalização da língua vêneta em todo o distrito

de São Bento de Urânia, uma vez que, ao buscarmos a existência de ações já implementadas pela comunidade local e/ou poder público em relação à manutenção do vêneto, notamos que pouca coisa ou nada está sendo feito atualmente, apesar de comprovarmos que os moradores concordam com que tais ações são fundamentais no distrito.

Nesse sentido, os moradores indicaram algumas medidas que julgam ser as mais apropriadas para a continuidade e revitalização do vêneto, as quais consideramos válidas e viáveis. Se o governo municipal tiver a consciência da riqueza linguística do distrito e compreender o valor do bilinguismo local, essas ações serão implementadas mais facilmente. Faz-se importante, também, a colaboração da população para a realização desses objetivos. Isso é possível por meio da Associação de Moradores, que é atuante na localidade e que pode e quer atender aos anseios da comunidade.

Queremos, por fim, ressaltar a relevância do tema de nossa pesquisa: o estudo dos fatores subjetivos de manutenção ou substituição linguística – como o sentimento de identidade de descendentes de imigrantes italianos por seus ancestrais – pode contribuir para que haja uma maior compreensão dos processos de contatos linguísticos, bem como oferecer subsídios teóricos e práticos para o estabelecimento de políticas em prol da manutenção do bilinguismo em diversas comunidades com forte presença de descendentes de imigrantes italianos, especialmente no Espírito Santo. Apesar de não termos nos aprofundado nas propostas de revitalização do vêneto, o que foi discutido nesta tese vale como base para a elaboração de políticas em prol da manutenção das línguas italianas de imigração.

Dessa forma, a partir da realização desta pesquisa, temos o propósito de fornecer mais materiais e instigar a realização de novos estudos e projetos referentes a grupos de descendentes de imigrantes italianos em São Bento de Urânia e em Alfredo Chaves e, para isso, utilizaremos outras informações que nos foram dadas nas entrevistas e nos questionários respondidos pelos membros da presidência da Associação de Moradores.

Cabe ainda frisar que as situações de contato linguístico nos enriquecem mutuamente, aumentando nosso potencial de comunicação pelo domínio de mais de uma língua. E que, acima de tudo, está a percepção de que a riqueza linguística está

na variação que origina as variedades, nas particularidades e no valor que as línguas detêm, independentemente de serem minoritárias ou não.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. N. Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da Constituição da República Federativa do Brasil. *In*: ABREU, R. N. **Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos**. São Paulo: Blucher, 2016. p. 161-188.
- AGUILERA, V. de A. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 37, n. 2, 2008, p. 105-112.
- ALKMIM, T. M. Considerações sobre o campo da sociolinguística. *In*: ALBANO, E. C.; ALKMIM, T. M.; POSSENTI, S.; COUDRY, M. I. H. (org.). **Saudades da Língua**. Campinas (SP): Mercado de Letras, v. 1: 593-603, 2003.
- ALLPORT, G. W. [1935] Attitudes. *In*: FISHBEIN, M. (org.) **Readings in attitude theory and measurement**. New York: John Wiley & Sons, 1967,
- ALTENHOFEN, C. V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. *In*: NICOLAIDES, C. *et al.* (org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas (SP): Pontes Editores, 2013.
- ALTENHOFEN, C. V. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana (RILI)**, Frankfurt, v. 1, n. 3, p. 83-93, 2004.
- ALTENHOFEN, C. V.; MARGOTTI, W. F. **O português de contato e o contato com as línguas de imigração no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- ANTHIAS, F. **Belongings in a Globalising and Unequal World: rethinking translocations**. University of East London, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265280705>. Acesso em: 20 maio 2019.
- ANTHIAS, F. **Identity and Belonging: conceptualisations and political framings**. KLA Working Paper Series No. 8; Kompetenznetz Lateinamerika - Ethnicity, Citizenship, Belonging, 2013. Disponível em: http://www.kompetenzla.uni-koeln.de/fileadmin/WP_Anthias.pdf. Acesso em: 12 jul. 2019.
- APPEL, R.; MUYSKEN, P. **Bilingüismo y contacto de lenguas**. Barcelona: Ariel, 1996.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br>. Acesso em: 08 fev. 2019.
- BAGNO, M. Língua, história e sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. *In*: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. Cap. 9. p. 179-199.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, M. Português no Brasil: herança colonial e diglossia. **Revista da FAEEBA**, v, 10, p. 37-47, 2001.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

BAKER, C. Endangered Languages: Planning and Revitalization. *In*: BAKER, C. **Foundations of Bilingual Education and Bilingualism**. New York: Multilingual Matters, 2011. Cap. 3, p. 40-64.

BAKER, C.; JONES, P. S. **Encyclopedia of bilingualism and bilingual education**. Clevedon, Avon, UK: Multilingual Matters, 1998.

BALDAUF J. R. B. Language Planning and Policy: Recent Trends, Future Directions. **American Association of Applied Linguistics**, Portland, Oregon, v. 1, n. 8, p. 1-4, Mai, 2004.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEM, D. J. **Convicções, atitudes e assuntos humanos**. Tradução: Carolina Martuscelli Bori. São Paulo: EPU, 1973. (Coleção Ciências do Comportamento).

BENEDUZI, L. F. Alguns lugares de memória de processos diaspóricos: narrativas de mulheres brasileiras e argentinas na Itália contemporânea. Tempo e argumento. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 3-20, jul./dez. 2009.

BENTO, A. **A língua da “correção política”**. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/antonio_bento_a_lingua_da_correcao_politica.pdf . Acesso em: 10 mar. 2018.

BERGAMASCHI, M. C. Z. **Bilinguismo de dialeto italiano-português**: atitudes linguísticas. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.

BERTONHA, J. F. **Os Italianos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BISINOTO, L. S. J. **Atitudes sociolinguísticas**: efeitos do processo migratório. Campinas: (SP) Pontes editores, 2007.

BLANCO CANALES, A. **Estúdio sociolingüístico de Alcalá de Henares**. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de La Universidad de Alcalá, 2004.

BOAS, F. **A mente do ser humano primitivo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2015, [1996].

BRAGGIO, S. L. B. Línguas indígenas brasileiras ameaçadas de extinção. **Revista do Museu Antropológico**, UFG, v. 5/6, n. 1, jan./dez. 2001/2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF:MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 09 fev. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 12.605, de 03 de abril de 2012**. Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 abr. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12605.htm. Acesso em: 09 fev. 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: 3º e 4º ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília (DF): MEC/SEF, 1998.

BREMENKAMP, E. S. **Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo**. 2014. Dissertação (Mestrado). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2014.

BREMENKAMP, E. S. **Análise sociolinguística do desaparecimento da Língua holandesa no Espírito Santo**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Línguas e Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

BREZINGER, M. Language Endangerment throughout the world. *In*: BREZINGER, M. **Language Diversity Endangered**. Mouton de Gruyter: Berlin - NY. 2007.

BROCH, I. **Ações de promoção da pluralidade linguística em contextos escolares**. Tese (Doutorado), Curso de Estudos da Linguagem, UFRGS, Porto Alegre, 2014.

BROSTOLIN, M. R. Da política linguística à língua indígena na escola. **Tellus**, ano 3, n. 4, p. 27-35, abr. 2003.

BRUBAKER, R.; COOPER, F. Beyond “identity”. **Theory and Society**, v. 29, p. 1-47, 2000.

CALVET, L. J. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

CALVET, L. J. **Les politiques linguistiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

CALVET, L. J. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMPOS, C. M. 2006. **A política da língua na era Vargas**: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Campinas (SP): Editora Unicamp.

CANEVACCI, M. **Sincretismi. Esplorazioni diasporiche sulle ibridazioni culturali**. Milano: Costlan editori, 2004.

CARDOSO, D. P. **Atitudes Linguísticas e Avaliações Subjetivas de Alguns Dialetoes Brasileiros**. São Paulo: Blucher, 2015.

CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2010.

CÉSAR, A. L. S; MAHER, T. M. Políticas linguísticas e políticas de identidade em contexto indígena – uma introdução. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas (SP): IEL, v. 57, n. 3, p. 1297-1312, set./dez. 2018.

CÉSAR, A; CAVALCANTI, M. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. *In*: CAVALCANTI, M.; BORTONI-RICARDO, S. (org.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2007. p. 45-66.

COELHO, L. P; MESQUITA, D. P. C. de. Língua, cultura e identidade: conceitos intrínsecos e interdependentes. **ENTRELETRAS**, Araguaína (TO), v. 4, n. 1, p. 24-34, jan./jul. 2013.

COHEN, A. P. **The symbolic construction of Community**. Londres: Routledge. 1985.

COMINOTTI, K. S. S. **O contato linguístico entre o dialeto vêneto e o português em São Bento de Urânia, Alfredo Chaves, ES: uma análise sócio-histórica**. 2015. Dissertação (Mestrado). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2015.

COOPER, R. L., **La planificación lingüística y el cambio social**. Cambridge: University Press, 1997.

COUTO, H. H. Comunidade de Fala revisitada. **Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 47-72, 2016.

COUTO, H. H. **Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas**. São Paulo: Contexto, 2009.

CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DUBAR, C. Para uma teoria sociológica da identidade. *In*: DUBAR, C. **A socialização**. Porto: Porto Editora, 1997.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 2006.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

EDWARDS, J. **Multilingualism**. London and New York: Routledge, 1994.

ETHNOLOGUE. **Languages of the world**. Disponível em:

<https://www.ethnologue.com/country/BR>. Acesso em: 09 set. 2019.

FASOLD, R. **La sociolingüística de la sociedad**: Introducción a la sociolingüística. Tradução: Margarita España Villasante e Joaquín Mejía Alberdi. Madrid: Visor libros, 1996.

FIORIN, J. L. Língua, discurso e política. **Alea**, v. 11, n. 1, p. 148-165, jan./jun. 2009.

FISHMAN, J. Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism. **Journal of Social Issues**, v. 23, n. 2, p. 29-38, 1967.

FISHMAN, J. **Can threatened languages be saved? Reversing language shift revisited**: a 21st century perspective. Clevedon, Buffalo, Toronto, Sydney: Multilingual matters, 2000.

FISHMAN, J. English only: its ghosts, myths, and dangers. **International Journal of the Sociology of Language**, n. 74, p. 125-140. The Hague: Mouton de Gruyter, 1988.

FISHMAN, J. **Language loyalty in the United States**. The Hague: Mouton, 1966.

FISHMAN, J. **Language Loyalty, Language Planning and Language Revitalization**: Recent Writings and Reflections from Joshua A. Fishman/Edited by Nancy H. Hornberger and Martin Pütz. Clevedon, England: Multilingual Matters LTD, 2006.

FISHMAN, J. Language Maintenance and Language Shift as fields of Inquiry. **Linguistics**, n. 9, p. 77-133, 1972.

FISHMAN, J. **Language, and ethnicity**: in minority sociolinguistic perspective. Clevedon, Philadelphia: Multilingual matters, 1988.

FISHMAN, J. **Reversing language shift**: theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.

FISHMAN, J. **Sociolinguistics**. Rowley, Mass: Newbury House Publishers, 1970.

FISHMAN, J. **Sociología del lenguaje**. Tradução: Ramón Sarmiento y Juan Carlos Moreno. Madrid: Catedra, 1979 [1995].

FOUGHT, C. **Language and Ethnicity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015 [Key topics in sociolinguistic].

FRANCESCHETTO, C. **Imigrantes Espírito Santo**: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

FRANCHI, C. Linguagem – Atividade Constitutiva. **Almanaque 5 – Cadernos de Literatura e Ensaio**. Editora Brasiliense, 1997. p. 9-27.

FROSI, V. M. A Identidade Étnica e Linguística do Ítalo-Brasileiro: sua constituição e reconstrução. **Signum**: Estudos da Linguagem. Londrina, n. 16/2, p. 101-124, dez. 2013.

FROSI, V. M. A linguagem oral da região de colonização italiana no sul do Brasil. *In*: MAESTRI, M. (coord.). **Nós, os ítalo-gaúchos**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 159-167.

FROSI, V. M. Bilinguismo de português e dialetos italianos: nossa língua, nossa cultura, nossa identidade. *In*: FROSI, V. M.; FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. O. M. **Estigma – cultura e atitudes linguísticas**. Caxias do Sul: Educs, 2010. p. 179-197.

FROSI, V. M.; FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. O. M. **Estigma**: Cultura e atitudes linguísticas. Caxias do Sul (RS): Educs, 2010.

GAIO, M. L. M. **Etnicidade linguística em movimento**: os processos de transculturalidade revelados nos brasileiro-italos do eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora. 2017. [Tese]. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF, 2017.

GAL, S. Language shift. *In*: GOEBL, Hans. *et al.* (ed.). **Contact linguistics**: an international handbook of contemporary research. Handbooks of linguistics and communication science. Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1996. p. 586-593.

GILES, H.; BOURHIS, R. Y.; TAYLOR, D. M. Towards a theory of language in ethnic groups relations. *In*: GILES, H. (ed.). **Language, ethnicity and intergroup relations**. Londres: Academic Press, 1977.

GILES, H.; NIEDZIELSKI, N. Italian is beautiful, German is ugly. *In*: BAUER, L.; TRUDGILL, P. (ed.). **Language myths**. London: Penguin Books, 1998. p. 85-93.

GILES, H.; RYAN, E. B.; SEBASTIAN, R. J. An integrative perspective for the study of attitudes toward language variation. *In*: GILES, H.; RYAN, E. B. (ed.). **Attitudes towards language variation**: social and applied context. London: Edward Arnold, 1982. cap. 1. p.1-19.

GOFFMAN, E. **Stigma**: notes on the management of spoiled identity. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1963.

GÓMEZ MOLINA, J. R. Actitudes lingüísticas en Valencia y su área metropolitana: evaluación de cuatro variedades dialectales. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE LA AMÉRICA LATINA – ALFAL, 11. 1996, Las Palmas de Gran Canaria. **Actas...** Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1996. v. 2, p. 1027-1042.

GONÇALVES, M. A. Por um Planejamento Linguístico Local. **Revista Investigações**. v. 22, n. 2, jul. 2009.

GRASSI *et al.* (org.). **Dizionario Enciclopedico delle Migrazioni Italiane nel Mondo**. Roma: SER: Universidade Itali: Fundação Migrantes, 2014.

GROSJEAN, F. **Life with two languages: an introduction to bilingualism**. 11th impr. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2001.

GUIMARÃES, E. Política de línguas na linguística brasileira. *In*: ORLANDI, E. (org.). **Política Linguística no Brasil**. Campinas (SP): Pontes, 2007.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, T. T. da. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 6. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006, p. 103-133.

HALL, S.; CERNICCHIARO, A. C. (trad.). Etnicidade: identidade e diferença. **Crítica Cultural – Critic**, Palhoça (SC), v. 11, n. 2, p. 317-327, jul./dez. 2016.

HAMEL, R. E. “La política del lenguaje y el conflicto interétnico: problemas de investigación sociolingüística”. *In*: ORLANDI, E. P. **Política Lingüística na América Latina**. Campinas (SP): Pontes, 1988. p. 41-73,

HAMEL, R. E. Introducción: Derechos Lingüísticos como Derechos Humanos: debates y perspectivas. *In*: HAMEL, H. E. (org.) **Derechos Humanos Lingüísticos en Sociedades Multiculturales**. **Revista Alteridades**, v. 5, n. 10, p. 11-23.

HAMEL, R. E. Políticas y planificación del lenguaje: una introducción. **Revista Iztapalapa**, año 13, n. 29, p. 5-39, enero-junio 1993.

HAMEL, R. E. Regional Blocs as a Barrier against English Hegemony? The Language policy of Mercosur in South America. *In*: MAURIS, J.; MORRIS, M. A. (ed.). **Languages in Globalizing World**. Cambridge: Cambridge University Press: 2003. p. 111-142.

HOFFMAN, M. Sociolinguistic Interviews. *In*: HOLMES, J.; HAZEN, K. **Research Methods in Sociolinguistics**. A Practical Guide. Chicester: Wiley Blackwell, 2014.

HOLMES, J.; HAZEN, K. **Research Methods in Sociolinguistics**. A Practical Guide. Chicester: Wiley Blackwell, 2014.

HOLZ, F. C. **Subsídios linguísticos para o trabalho com a ortografia de alunos bilíngues**. 2020. 160f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS). Vitória: Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **ES em mapas**. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>. Acesso em: 08 fev. 2019.

JERNUDD, B.; NEKVAPIL, J. History of the field: a sketch. *In*: SPOLSKY, B. (org.). **The Cambridge handbook of language policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 16-36.

JOHNSON, D. C. **Language policy**. New York: Palgrave Macmillian, 2013.

JUNGBLUTH, K. Doing Identities in Regional, National and Global Contexts: The Catalan Case in Spain. *In*: JUNGBLUTH, K.; MEIERKORD, C. (ed.). **Identities in Migration Contexts**. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2007. p. 75-98.

KAUFMANN, G. Language maintenance and reversing language shift. Spracherhalt und Umkehr von Sprachwechsel. *In*: AMMON, U. DITTMAR, N.; MATTHEIER, K.; TRUDGILL, P. (ed.). **Sociolinguistics: An International Handbook of the Science of Language and Society**. 2nd complet. Rev. and exit. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2006.

KLOSS, H. **Research Possibilities on Group Bilingualism**. Quebec: International Center for Research on Bilingualism, 1969. 69 p.

LABOV, W. Atitudes na sociolinguística: aspectos teóricos e metodológicos. *In*: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V.; RASO, T. (org.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.121 – 135.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAGES, M. F., MATOS, A. T. Da multiculturalidade à interculturalidade. *In*: LAGES, M. F., MATOS, A. T. (org.). **Povos e culturas – Nº 13. Portugal Intercultural**. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2011. p. 9-43.

LAMBERT, W. E. *et al.* A study of the roles of attitudes and motivation in second language learning. *In*: FISHMAN, J. A. **Reading in the sociology of language**. The Hague: Mouton, 1972. p. 473-491.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. **Psicologia social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. **Psicologia social**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

LASAGABASTER, D. Attitude. *In*: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K., J.; TRUDGILL, P. (ed.). **Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society** (v. 1). 2. ed. Berlin: Walter de Gruyter, 2004. p. 399-405.

LE PAGE, R. B. **Projection, Focursing and Diffusio**. York Papers in Linguistics. 1980.

LE PAGE, R. B.; TABOURET-KELLER, A. **Acts of identity: creole-based approaches to language and ethnicity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LECLERC, J. Politiques linguistiques. **L'aménagement linguistique dans le monde**. Quebec: CEFAN, Université Laval. Disponível em: www.axl.cefan.ulaval.ca/monde/index_politique-Ing.htm . Acesso em: 23 mai. 2019.

LEITE, M. Q. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo, Contexto, 2008.

LIEBKIND, K. Social psychology. *In*: FISHMAN, J. A. (ed.). **Handbook of language and ethnic identity**. New York: Oxford University Press, 1999. p. 140-151.

LÓPEZ MORALES, H. **Sociolingüística**. Madrid: Editorial Gredos, 1993.

MACHADO, R. K. **Práticas de oralidade e de escrita nas aulas de português em contexto de diversidade linguística: o contato entre as línguas portuguesa e hunsrückisch em Marechal Floriano, ES**. Dissertação (Mestrado). Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Letras, Vitória, 2018.

MACKEY, W. F. The Description of Bilingualism. *In*: FISHMAN, J. A. (ed.). **Reading in the sociology of language**. 3. ed. The Hague: Mouton, 1972. p. 554-584.

MAHER, T. M. A. Do Casulo ao Movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. *In*: CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (org.). **Transculturalidade, Linguagem e Educação**. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2007, p. 67-96.

MAHER, T. M. A. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. *In*: NICOLAIDES, C. *et al.* (org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas (SP): Pontes Editores, 2013.

MARGOTTI, F. W. **Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil**. Tese (Doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 2004.

MARIANI, B. **Colonização linguística: línguas, política e religião (Brasil, sécs. XVI a XVIII e Estados Unidos da América, século XVIII)**. Campinas (SP): Pontes, 2004.

MARTINS, G. de A. **Estudo de Caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINUZZO, J. A. **Germânicos nas terras do Espírito Santo**. Tradução: Helmar Reinhard Rölke. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009. Edição bilíngue Português e Alemão.

MEIHY, J. C. S. B. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MENDES, E. **Abordagem comunicativa intercultural (ACIN): uma proposta para ensinar e aprender língua no diálogo de culturas**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). UNICAMP, Campinas (SP), 2004.

MEY, J. L. Etnia, identidade e língua. *In*: SIGNORINI, I.(org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas (SP): Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 69-88.

- MIORANZA, C. O futuro dos dialetos italianos. *In*: DE BONI, Luís A. (org.) **A presença italiana no Brasil**, vol. II, Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 595-601.
- MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2002.
- MOITA LOPES, L. P. Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. *In*: MOITA LOPES, L. P. **Por uma Linguística Aplicada**: Indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006, p. 13-44.
- MONSERRAT, R. M. F. Política e planejamento linguístico nas sociedades indígenas do Brasil hoje: o espaço e o futuro das línguas indígenas. *In*: VEIGA, J e SALANOVA, A. (org.) **Questões de Educação Escolar Indígena**: da formação do professor ao projeto da escola. Brasília: FUNAI/DEDOC. Campinas (SP): ALB, 2001. p. 127-159.
- MORELLO, R. (org.). **Leis e línguas no Brasil**: o processo de cooficialização e suas potencialidades. Florianópolis: IPOL, 2015. 140 p.
- MORENO FERNÁNDEZ, F. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.
- MORTARA, G. Immigration to Brazil: some observations on the linguistic assimilation of immigrants and their descendants in Brazil. *In*: MORTARA, G. **Cultural assimilation of immigrants**. Supplement to Population Studies. London, New York: Cambridge University Press, 1950. p. 39-44.
- MUNDO EDUCAÇÃO. **Identidade Cultural**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/identidade-cultural.htm>. Acesso em: 21 nov. 2020.
- OLIVEIRA, G. M. (org.). Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. *In*: SILVA, F. L. de; MOURA, H. M. de M. M. (org.). **O Direito à fala**: a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Insular, 2000. p. 83-92.
- OLIVEIRA, G. M. (org.). **Declaração universal dos direitos linguísticos**. Campinas (SP): Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALAB); Florianópolis: IPOL, 2003.
- OLIVEIRA, G. M. de. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016. [www.revel.inf.br].
- OLIVEIRA, G. M.; ALTENHOFEN, C. V. O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil: inserção e exclusão do plurilinguismo na educação e na sociedade. *In*: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C.; RASO, T. (org.). **O contato linguístico e o Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- OLIVEIRA, G. M.; MORELLO, R. Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras. **Revista Patrimônio**. 2006. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=211>.

- OLIVEIRA, R. C. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- OLIVEIRA, T. C. M. Os Elos da Integração. *In*: OLIVEIRA, M. A. M.; COSTA, E. (org.). **Seminário de Estudos Fronteiriços**. v. 1. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009. p. 25-44.
- ORLANDI, E. (org.) **Política Linguística no Brasil**. Campinas (SP): Pontes, 2007. p. 1-13.
- PADILLA, A. M. Psychology. *In*: FISHMAN, J. A. (ed.). **Handbook of language and ethnic identity**. New York: Oxford University Press, 1999. p. 109-121.
- PATRÍCIO, M. F. A identidade nacional num mundo intercultural. *In*: MATOS, A. T. de; LAGES, M. F.; GIL, I. C. *et al.* **Percursos de Interculturalidade: Desafios à Identidade**. 4 v. 2008. p. 424-466.
- PENNA, M. **O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina**. São Paulo: Cortez, 1992.
- PENNYCOOK, A. A Linguística Aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. *In*: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (org.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas (SP): Mercado de Letras, 1998. p. 21-46.
- PERES, E. P. Análise da vitalidade do vêneto em uma comunidade de imigrantes italianos no Espírito Santo. **Revista (Con)textos linguísticos** (UFES), v. 5, p. 83-100, 2011b.
- PERES, E. P. Aspectos sócio-históricos do contato entre o dialeto vêneto e o português no Espírito Santo. *In*: **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 8, n. 10.1, p. 53-71, 2014.
- PERES, E. P.; COELHO, M. do S. V. A realização variável da segunda pessoa por bilíngues em vêneto e português em uma comunidade rural do Espírito Santo. **Revista Estudos Linguísticos**, v. 48, n. 2, p. 1012-1029, jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2357>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- PERES, E. P.; COMINOTTI, K. S. S.; DADALTO, M. C. O contato linguístico entre o vêneto e o português em São Bento de Urânia, Alfredo Chaves, ES: uma análise sócio-histórica. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 9, n. 14, p. 106-215, 2015.
- PERES, E. P.; COMINOTTI, K. S.; PARDINHO, V. da M. **O ditongo nasal ão em São Bento de Urânia (ES)**. **PAPIA**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 83-107, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/3050>. Acesso em: 28 nov. 2020.

PERES, E. P.; DADALTO, M. C.; BOTTER, B. A imigração italiana e os contatos linguísticos no Espírito Santo. *In*: FROSI, V. M.; MISTURINI, B. **Imigração Italiana: estudos e pesquisas**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

PETERLE, B. D. **Análise sociolinguística da realização do ditongo nasal tônico em São Bento de Urânia, Alfredo Chaves/ES: o papel da variável sexo/gênero**. 2017. Dissertação (Mestrado). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2017.

PICANÇO, F. **GT discute a diversidade linguística brasileira**. (2009). Disponível em: <http://ipol.org.br/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PINHEIRO, L. M. S. **O Papel do Inglês e do Pomerano na Construção de Identidades em Comunidades Pomeranas do ES**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

PIRES, C. R. S. O uso da língua geral e sua restrição na América portuguesa. **Espaço acadêmico**, n. 93, fev. 2009.

PLUMMER, K. Identidade. *In*: **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 369-371.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

POZENATO, J. C. **Processos culturais. Reflexões sobre a dinâmica cultural**. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES, ES. **Eventos**. Disponível em: <http://www.alfredochaves.es.gov.br/detalhe-da-agenda/info/50a-festa-da-uva-e-do-vinho-de-sao-bento-de-urania/508>. Acesso em: 13 fev. 2020.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? *In*: SIGNORINI, I. (org.). **Lingua(gem) e identidade**. Campinas (SP): Mercado de Letras, 1998. p. 21-45.

RAJAGOPALAN, K. Política linguística e a política da linguística. *In*: SIMÕES, d.; HENRIQUES, C. C. (org.). **Língua Portuguesa, Educação & Mudança**. Rio de Janeiro, Ed. Europa, 2008. p. 11-22.

RAJAGOPALAN, K. Política Linguística: Do que é que se trata, afinal? *In*: NICOLAIDES, C. *et al.* (org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas (SP): Pontes Editores, 2013.

RICENTO, T. Historical and theoretical perspectives in language policy and planning. **Journal of Sociolinguistics**. v. 4, n. 2, p. 196-213, 2000.

RICENTO, T. **An introduction to language policy: theory and method**. Malden: Blackwell Publishing, 2006.

ROCHA, S. **O poder da linguagem na era Vargas**: o abasileiramento do imigrante. Disponível em:

http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VI/Individuais/O%20PODER%20DA%20LINGUAGEM%20NA%20ERA%20VARGAS%20O%20ABRASILEIRAMENTO%20DO%20IMIGRANTE.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

ROKEACH, M. **Naturaleza de las actitudes**. Enciclopedia internacional de las ciencias sociales, v. I, Madrid: Aguilar, 1974. p. 14-21.

ROMAINE, S. **Bilingualism**. 2nd Edition. Oxford: England: Blackwell, 1995. [1989].

ROUSSEAU, L. J. Élaboration et mise en oeuvre des politiques linguistiques. **Cahiers du Rifaal**, Bruxelles, n. 26, p. 58-71, 2005.

SAFRAES. **Eventos**. Disponível em: <https://www.safraes.com.br/eventos/sao-bento-urania-comemora-sagra-uva-com-festa-1>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SANTOS, M. de O.; ZANINI, M. C. C. Especificidades da Identidade de Descendentes de italianos no Sul do Brasil: Breve Análise das Regiões de Caxias do sul e Santa Maria. **Antropolítica** - Niterói, n. 27, p. 21-41, 2. sem. 2009.

SAVEDRA, M. M; LAGARES, X. Política e planificação linguística: Conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. **Revista Gragoatá**, Niterói: EdUFF, n. 32, p. 11-27, 2012.

SAVILLE-TROIKE, M. **The ethnography of communication**: an introduction. 2nd ed. Oxford: Blackwell, 2003.

SCHIFFMAN, H. F. **Linguistic culture and language policy**. London/New York: Routledge, 1996.

SELLA, A. F.; AGUILERA, V. de A.; CORBARI, C. C. Reflexões sobre atitudes linguísticas em espaço de línguas em contato: o contexto de fronteira. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, UEL, v. 15, n. 3, p. 3170-3179, 2018.

SIEMUND, P.; KINTANA, N. **Language Contact and Contact Language**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 2008. 341 p.

SIGNORINI, I. **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas (SP). Mercado de Letras, (2002) 2016.

SILVA, E. R. da. A pesquisa em Política Linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas (SP), v. 2, n. 52, p. 289-320, jul./dez. 2013.

SILVA, S. A migração dos símbolos – diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n. 3, p. 77-83, jul./set. 2005.

SILVA, T. T. da. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, T. T. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, p. 73-102, 2011*

SKUTNABB-KANGAS, T.; PHILLIPSON, R. Linguicide and linguicism. *In: GOEBL, H. et al. (ed.) **Contact linguistics**: an international handbook of contemporary research. Berlin: Walter de Gruyter, 1996. p. 667-675.*

SOARES, I. V. P. Direito à Diversidade Linguística no Brasil e sua Proteção Jurídica. *In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, 2014: Foz do Iguaçu, PR. **Anais [...]**. organização Marcus Vinícius Carvalho Garcia et al. Brasília (DF): Iphan, 2016.*

SPOLSKY, B. **Language Management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SPOLSKY, B. **Language policy**: key topics in Sociolinguistics. Cambridge: Cambridge, 2004.

SPOLSKY, B. What is language policy? *In: SPOLSKY, B. **The Cambridge Handbook of Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 3-15.*

SUESS, P. (2002). **Culturas em diálogo**. Disponível em: <http://latinoamericana.org/2002/textos/portugues/SuessPortuguesLongo.htm>. Acesso em: 28 fev. 2020.

THOMASON, S. G. **Language Contact**. Edingburgh: University Press, 2001.

THURSTONE, L. L. (1928) Attitudes can be measured; *In: FISHBEIN, M. (org.) **Readings in attitude theory and measurement**. New York: John Wiley & Sons, 1967, p. 77-89.*

TRENTO, Â. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. Studio Nobel, 1989.

TRIFONE, P. L'italiano. Lingua e identità. *In: TRIFONE, P. (ed.). **Lingua e identità**: una storia sociale dell'italiano. Roma: Carocci, 2010. p. 15-45.*

TRUDGILL, P. **Sociolinguistics**: an introduction to language and society. 4th ed. London: Penguin Group, 2000.

UNESCO ad hoc Expert Group. **Language Vitality and Endangerment**. (Document submitted to the Internacional Expert Meeting on UNESCO Programme Safeguarding of Endangered Language). Paris, 10-12 March 2003.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/actualidade/22252>. Acesso em: 20 set. 2018.

VILAÇA, A. **Receita para um romanceiro**. São Bento de Urânia (ES). SEBRAE, Vitória, 2010.

WEINREICH, U. **Languages in Contact**. Findings and Problems. With a preface by André Martinet. 7th ed. Paris: Mouton & Co. 1970.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução: Marcos Bagno; revisão técnica: Carlos Alberto Faraco; posfácio: Maria da Conceição A. de Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola, 2006.

WINFORD, D. **An introduction to contact linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008. p. 7-72.

APÊNDICE A – Questionário 1**Destinado aos Alunos da Escola de Ensino Fundamental de São Bento de Urânia**

Seu nome:

Data de nascimento:

Sexo: () feminino () masculino

Local/município em que nasceu:

Comunidade em que mora:

Em qual ano, turma e turno você estuda?

1) Há quanto tempo sua família mora em São Bento de Urânia?
() menos de 15 anos () de 16 a 25 anos () mais de 25 anos.

2) Da(s) língua(s) que você conhece, além do português, como você entende, fala, lê e escreve

3) Língua 1: (nome)

Entende: () bem () mais ou menos () pouco () nada

Fala: () bem () mais ou menos () pouco () nada

Lê: () bem () mais ou menos () pouco () nada

Escreve: () bem () mais ou menos () pouco () nada

Língua 2 (nome):

Entende: () bem () mais ou menos () pouco () nada

Fala: () bem () mais ou menos () pouco () nada

Lê: () bem () mais ou menos () pouco () nada

Escreve: () bem () mais ou menos () pouco () nada

Língua 3 (nome):

Entende: () bem () mais ou menos () pouco () nada

Fala: () bem () mais ou menos () pouco () nada

Lê: () bem () mais ou menos () pouco () nada

Escreve: () bem () mais ou menos () pouco () nada

4) O que você acha dessa(s) língua(s)? (pode marcar mais de uma opção)

Língua1: _____

() fácil () difícil () bonita () feia () moderna () antiga () outro. O quê?

Língua 2: _____

() fácil () difícil () bonita () feia () moderna () antiga () outro. O quê?

Língua 3: _____

() fácil () difícil () bonita () feia () moderna () antiga () outro. O quê?

5) Qual dessas línguas você acha a mais bonita? _____

6) Qual dessas línguas você acha a mais útil na sua vida?

7) Qual língua você gostaria de aprender um pouco mais? _____

8) Alguém na sua família (bisavós, avós, pais ou irmãos) sabe falar outra língua além do português? Se sim, quem é/são e qual(is) língua(s) sabe(m)?

APÊNDICE B – Questionário 2

Destinado aos Pais/Responsáveis dos Alunos da Escola de Ensino Fundamental de São Bento de Urânia

Nome: _____

Sexo: () F () M

Idade: () de 21 a 40 anos () 41 a 60 anos () acima de 60 anos.

Comunidade de São Bento de Urânia em que reside: _____

Naturalidade: _____

Escolaridade: _____ Profissão: _____

1) Que nome você dá para a língua que era falada pelos imigrantes italianos que chegaram a São Bento de Urânia?

2) Seus pais falam/falavam a língua de herança? () sim () não

3) Que língua eles aprenderam primeiro: () de herança

() o português () outra. Qual? _____

4) Você sabe falar a língua de herança? () sim () não

5) Além do português e da língua de herança, você fala outra(s)? () sim
() não. Se sim, qual(is)? _____

6) SE VOCÊ FALA A LÍNGUA DOS SEUS ANTEPASSADOS, responda às questões 6.1 a 6.5 (pode marcar mais de uma opção em cada uma delas):

6.1 Como são suas habilidades na língua de herança?

Entende: () bem () mais ou menos () pouco () nada

Fala: () bem () mais ou menos () pouco () nada

Lê: () bem () mais ou menos () pouco () nada

Escreve: () bem () mais ou menos () pouco () nada

6.2 Você gosta de falar a língua dos antepassados italianos?

() sim () não. Por quê? _____

6.3 Com quem e/ou em que situações você costuma falar a língua dos antepassados?

() com os avós () com os pais () com os irmãos

() com os filhos () com os netos () com os vizinhos e/ou amigos

() no trabalho () na Igreja () no comércio

() no(s) grupo(s) de que participa () nos jogos/brincadeiras (bocha, mora, futebol, baralho etc.)

() outra(s) pessoa(s)/local(is)/situação(ões). Qual(is)? _____

6.4 Você transmitiu a sua língua de herança aos seus filhos?

() sim () não. Por quê? _____

6.5 Se você não transmitiu, pretende transmitir a língua de herança a seus descendentes? () sim () não. Por quê? _____

7) O que você acha da língua de herança? (pode marcar mais de uma opção)

- bonita feia moderna antiquada
 fácil difícil outros. O quê? _____

8) O que você acha da língua portuguesa?

- bonita feia moderna antiquada
 fácil difícil outros. O quê?

9) Qual língua você considera mais fácil para aprender?

- português língua de herança. Por quê? _____

10) Você acha que há alguma vantagem em falar outras línguas, além do português? sim não. Por quê? _____

11) Você acha importante falar a língua de herança? Por quê? _____

12) Alguma vez você já sentiu vergonha por falar a língua de herança ou o português com sotaque? Se sentiu, quando e por quê?

13) Você acha importante que se preserve a língua de herança em São Bento de Urânia? sim não. Por quê? _____

14) Você gosta de morar em São Bento de Urânia ou gostaria de morar em outro lugar?

- Gosto de São Bento Gostaria de morar em outro lugar. Por quê?

15) O que você acha que os Governos municipal, estadual e/ou federal poderiam fazer para ajudar a preservar a língua de herança em São Bento de Urânia?

APÊNDICE C – Questionário 3

Destinado ao Presidente e aos Membros da Associação de Moradores de São Bento de Urânia, Alfredo Chaves, ES

1. A Associação de Moradores de São Bento de Urânia foi fundada quando e por quem?
2. Quais eram os objetivos da Associação, à época de sua fundação?
3. Atualmente ela tem quantos associados?
4. O quadro de associados tem aumentado, diminuído, ou tem se mantido estável, ao longo dos anos?
5. Quais são as faixas etárias das pessoas que compõem a associação?
6. Atualmente quais são as principais atividades (semanais, mensais ou anuais) promovidas pela Associação?
7. No quadro atual, quantos associados são descendentes de italianos?
8. Na Associação, é possível encontrar itens culturais italianos, tais como jornais, revistas, filmes, livros, gravações de música etc., em vêneto ou em italiano?
9. A respeito da cultura italiana, ela é divulgada e/ou promovida na comunidade? De que forma?
10. A língua vêneta é usada nas reuniões ou nas atividades promovidas pela Associação, mesmo que seja apenas por alguns grupos?
11. A Associação tem algum projeto voltado para a língua vêneta, no sentido de ensiná-la, divulgá-la, promovê-la etc.?
12. Os membros da Associação têm interesse em promover encontros específicos para falarem a língua dos antigos imigrantes que chegaram a São Bento?
13. Você tem uma ideia aproximada de quantos (em percentual) associados falam o vêneto? E quantos seriam capazes de entender razoavelmente bem, mesmo sem conseguir falar?
14. Com relação à língua vêneta, você: (pode marcar mais de uma opção)
Entende: () bem () razoavelmente () pouco () nada

Fala: () bem () razoavelmente () pouco () nada

Lê: () bem () razoavelmente () pouco () nada

Escreve: () bem () razoavelmente () pouco () nada

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Aplicação dos Questionários

Eu, _____, RG nº _____, estou sendo convidado(a) a participar de um estudo sobre o distrito de São Bento de Urânia, município de Alfredo Chaves, Espírito Santo.

A minha participação no referido estudo será no sentido de responder um questionário sociolinguístico. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer dado que possa, de alguma forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado(a) de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. A pesquisa será realizada pela aluna-pesquisadora Katiuscia Sartori Silva Cominotti, RG nº 1.526.692-SSP/ES, sob a orientação da professora Dr^a. Edenize Ponzo Peres, ambas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Estou ciente de que as informações prestadas por mim serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa e manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Alfredo Chaves, _____ de _____ de 20____.

(Assinatura)

Obs.:Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato com Katiuscia Sartori Silva Cominotti. Telefone: (27)99615-8684. E-mail ksscominotti@gmail.com.

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Uso de Imagem

Eu, _____, RG nº _____, estou sendo convidado(a) a participar de um estudo sobre o distrito de São Bento de Urânia, município de Alfredo Chaves, Espírito Santo.

A minha participação no referido estudo será no sentido de autorizar minha imagem em uma foto. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer dado que possa, de alguma forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado(a) de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. A pesquisa será realizada pela aluna-pesquisadora Katiuscia Sartori Silva Cominotti, RG nº 1.526.692-SSP/ES, sob a orientação da professora Dr^a. Edenize Ponzo Peres, ambas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Estou ciente de que as informações prestadas por mim serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa e manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Alfredo Chaves, _____ de _____ de 20____.

(Assinatura)

Obs.: Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato com Katiuscia Sartori Silva Cominotti. Telefone: (27)99615-8684. E-mail ksscominotti@gmail.com.

APÊNDICE F – Acesso às Respostas dos Questionários 1, 2 e 3

Devido ao grande volume de dados coletados nesta pesquisa, não seria possível colocar todas as respostas aos questionários aplicados como apêndice desta tese.

Dessa forma, para acessar as respostas dados aos questionários analisados neste trabalho, favor usar o seguinte *link*:

https://drive.google.com/drive/folders/15o_iUk6i0fYeqkLGI_dVSsqT91a5zdqY?usp=sharing

APÊNDICE G – Áudios dos Excertos

Os áudios referentes aos excertos descritos nesta pesquisa estão disponíveis no link abaixo:

<https://drive.google.com/drive/folders/1F7qJXs5KA9tXjrAr0gCUumXM9UTsN7WI?usp=sharing>

ANEXO A – Roteiro de Perguntas para as Entrevistas com os Descendentes de Italianos (COMINOTTI, 2015)

Entrevistador: Esta entrevista é sigilosa, está bem? Seu nome não vai aparecer e ninguém, além de três pessoas do grupo de pesquisa, saberá que você conversou comigo. Você aceita gravar esta entrevista?

- 1- Qual seu nome, sua idade e até que ano estudou?
- 2- É casado(a)? Tem namorada(o)?
- 3- Tem filhos? Quantos? Mais gente mora na casa?
- 4- O que faz durante o dia? (trabalha ou estuda?) E à noite?
- 5- Você gosta de esporte? Pratica algum? O que costuma fazer nas horas livres?
- 6- Este lugar sempre teve este nome? Você sabe quem sugeriu?
- 7- Você gosta do lugar onde mora? Por quê? Pretende sair daqui em alguma época? Para onde?
- 8- A vida aqui é boa? Quais as dificuldades que vocês enfrentam aqui? O que está faltando?
- 9- Você já passou por alguma situação em que você teve muito medo? Pode contar o que aconteceu?
- 10- Quem era italiano na sua família? De que região da Itália sua família veio?
- 11- Você sabe histórias de sua família na Itália? E da chegada ao Brasil? Quais?
- 12- Quando a sua família italiana chegou ao Brasil? Por que eles vieram para o nosso país e para o Espírito Santo? Como foi a viagem deles para cá?
- 13- Quando chegaram ao Brasil, onde eles foram morar? Quais foram as maiores dificuldades que eles enfrentaram quando chegaram a esta região? Eles trabalhavam em quê?
- 14- Como era esta região quando eles chegaram aqui? Já era um povoado, tinha muitas famílias, ou não?
- 15- Eles gostavam de viver aqui?
- 16- Como era a sua família? Tinha muitas pessoas em casa? Eles conversavam em italiano? Você se lembra de alguma história que eles contavam? E músicas?
- 17- Como os homens das famílias italianas costumavam se comportar em casa na convivência com suas mulheres? Eram bravos, severos, mandões, ou eram afetuosos?
- 18- Qual era o papel da mulher nessa comunidade?
- 19- E como eram os pais (e mães) na relação com os filhos? E a relação entre irmãos e entre os parentes e amigos? Como era a educação dos filhos? Como era a infância naquela época? E a sua infância, como foi? Que lembranças, boas ou ruins, você tem a esse respeito? A educação dos filhos mudou muito daquele tempo até hoje?
- 20- Como era a relação da sua família com as pessoas nascidas no Brasil, em especial com os negros? Havia algum tipo de preconceito?
- 21- Como você vê os seus antepassados italianos que vieram para o Brasil (falavam alto, eram brigões, afetuosos, falantes, extrovertidos etc.)? E os atuais descendentes?
- 22- A cultura italiana está presente na região onde você mora? Como: nas brincadeiras e jogos, na linguagem?
- 23- E a religião como era (celebrações, missas, festas, semana santa, santo padroeiro...)?
- 24- E a alimentação dos antepassados, como era? Você sabe fazer alguma comida italiana? Diga como se faz uma.

- 25- Você já ouviu alguém falar o italiano, aqui na região? Onde a língua é falada (igreja, encontros etc.)?
- 26- Por que você acha que o italiano deixou de ser falado pelos descendentes?
- 27- Tinha alguém da sua família que falava com sotaque mais carregado? Como as outras pessoas encaravam isso: havia preconceito? E você, como se sentia?
- 28- Alguém da sua família fala o dialeto italiano? Você gostaria de aprender?
- 29- Você ou sua família ainda tem contato com os parentes fora do Brasil?
- 30- Se pudesse, você iria viver na Itália? Por quê?
- 31- Que sentimentos você tem em relação a ser de origem italiana? Você tem orgulho de ser descendente de italiano? Já pensou em ter dupla cidadania? Por quê?
- 32- Num jogo entre a Itália e o Brasil, para quem você torceria? E se o jogo fosse entre a Itália e outro país?
- 33- Há alguma coisa (fato, caso ou história) que você gostaria de acrescentar?

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a Concessão de Entrevista Usado em COMINOTTI (2015)

Eu, _____, RG nº _____, estou sendo convidado(a) a participar de um estudo sobre o distrito de São Bento de Urânia, município de Alfredo Chaves, Espírito Santo.

A minha participação no referido estudo será no sentido de conceder uma entrevista. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer dado que possa, de alguma forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado(a) de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. A pesquisa será realizada pela aluna-pesquisadora Katiuscia Sartori Silva Cominotti, RG nº 1.526.692-SSP/ES, sob a orientação da professora Dr^a. Edenize Ponzo Peres, ambas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Estou ciente de que as informações prestadas por mim serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa e manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Alfredo Chaves, _____ de _____ de 20____.

(Assinatura)

Obs.: _____

_Quaisquer dúvidas, favor entrar em contato com Katiuscia Sartori Silva Cominotti. Telefone: (27) 99615-8684. E-mail ksscominotti@gmail.com.